

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE MAPAS SOBRE AS  
ÁREAS QUILOMBOLAS DAS MINAS GERAIS DOS SETECENTOS:  
os quilombos da região do Campo Grande**

Edson da Silva Filho

**Belo Horizonte  
2011**

Edson da Silva Filho

**A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE MAPAS SOBRE AS  
ÁREAS QUILOMBOLAS DAS MINAS GERAIS DOS SETECENTOS:  
os quilombos da região do Campo Grande**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho

Co-orientador Prof. Dr José Flávio Morais Castro

Belo Horizonte

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

5586c

Silva Filho, Edson da

A contextualização histórica e geográfica de mapas sobre as áreas quilombolas das Minas Gerais dos setecentos: os quilombos da região do Campo Grande / Edson da Silva Filho. Belo Horizonte, 2011.

181.: il.

Orientador: Oswaldo Bueno Amorim Filho

Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial

1. Quilombos – Minas Gerais - mapas. 2. Cartografia. 3. Cartografia multimídia. 4. Geografia histórica I. Amorim Filho, Oswaldo Bueno. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

CDU:528.912:981.51

Edson da Silva Filho

**A Contextualização histórica e geográfica de mapas sobre as áreas  
Quilombolas das Minas Gerais dos Setecentos:  
Os Quilombos da Região do Campo Grande**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Geografia.

---

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho (Orientador) - PUC Minas

---

Prof. Dr. José Flávio Morais Castro (Co-orientador) - PUC Minas

---

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz - PUC Minas

---

Profa. Dra. Ângela Maria da Silva Gomes UNI-BH / Faculdade Pitágoras

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

*Ao meu pai Edson da Silva, que pode ter a felicidade de ver o início desse trabalho, mas que foi morar em outro plano e não teve a oportunidade de prestigiar o final dessa pesquisa. A minha mãe Vanda, mulher forte e determinada que com sabedoria e energia, vem conduzindo os rumos dessa família.*

## AGRADECIMENTOS

*Seria uma tarefa hercúlea citar a todo (a)s que de maneira direta ou indireta me auxiliaram na conclusão desse trabalho, quero agradecer a todo (a)s pela compreensão, carinho, paciência, incentivo e sugestões, que sem dúvidas, foram de grande importância, na conclusão dessa pesquisa, então, muito obrigado!*

*Gostaria de forma individual, agradecer a CAPES pela bolsa, sem a qual seria impossível realizar esse trabalho.*

*À Prefeitura de Belo Horizonte pela licença, à Madu, pelo apóio e incentivo, à Claudia Caldeira, pelo paciente trabalho de correção dos textos, sugestões e discussões a cerca do trabalho, à Denise Ziviane e a Mara pelo grande apoio na reta final de conclusão da pesquisa.*

*Agradeço aos meus tios e tias, primos, primas, amigos e amigas e à Elisangela, pelo apoio, confiança e motivação.*

*A minha mãe Vanda, minha irmã Adriane, meus sobrinhos Hemily e Simon, pessoas fundamentais na minha vida, pela compreensão nos momentos de ausência, pela motivação e incentivo.*

*À professora Márcia Maria Duarte dos Santos, minha primeira orientadora, por suas preciosas observações e ponderações que nortearam essa pesquisa.*

*Ao professor Oswaldo, meu orientador, pessoa com que eu muito aprendi e que muito admiro e que foi o grande responsável pelo mérito acadêmico desse trabalho.*

*Ao professor José Flávio, meu co-orientador, por sua detalhada observação e sugestões em todo processo do trabalho de reconstrução dos mapas históricos, fato que sem dúvidas, garantiu a qualidade desse mapeamento.*

*A professora Ângela Maria da Silva Gomes e ao professor Alexandre Diniz, minha sincera gratidão por terem prontamente aceitado ao convite para participarem da banca, pela detalhada leitura do trabalho e pelas importantes observações e contribuições realizadas.*

*Finalmente à Mariana, colega de curso, pessoa com que aprendi os primeiros passos no Programa ArcGis e que muito me auxiliou na reconstrução dos mapas históricos.*

## RESUMO

Neste trabalho, são abordados aspectos da organização dos negros das Minas Gerais do século XVIII em quilombos. Analisam-se a bibliografia e a documentação cartográfica que fazem referência à organização quilombola conhecida como Quilombo do Ambrósio. O estudo em questão versa sobre a decodificação de mapas, dos elementos ou significantes que os constituem, referentes às operações cartográficas de localização, orientação, projeção, redução e expressão gráfica referentes ao “*Mapa de Todo o Campo Grande*” (Costa, 2004); e do “*Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona*” (Costa, 2004), nesse trabalho entendidos como fonte primária de informação e pesquisa. Será apresentado um conjunto de mapas, resultantes da vetorização e da aplicação dos recursos da cartografia digital, relativa aos dois documentos históricos, juntamente com análises geográficas e conclusões desse trabalho.

**Palavras-chave:** Quilombos. Cartografia Histórica. Cartografia Digital. Geografia Histórica, Minas Gerais.

## ABSTRAT

This paper discusses aspects of the organization of the black people in quilombos in the Minas Gerais of the XVIIIth century. We analyze the bibliography and the cartographic documentation that make reference to the set of quilombos located in the ample region known, at that time, as Campo Grande. The study presents the decoding of maps, of the significant elements that constitute them, referring to the cartographic operations of localization, orientation, projection, reduction and graphical expression concerning the “*Mapa de Todo o Campo Grande*” (Costa, 2004) and the “*Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona*”(Costa, 2004), both considered, in this inquiry, as primary source of information and research. It will be presented as well a set of maps resultating of the vectorization and the application of digital cartography to the two historical documents, together with geographic analyses and conclusions.

Keywords: Quilombos. Historical Cartography. Digital Cartography. Historical Geography. Minas Gerais.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 1 Representação da floresta próxima ao Rio São Francisco no norte de Minas Gerais. Litografia colorida de C.Heinzmann. Ca. 1818..... | 34  |
| FIGURA 2 Representação segundo Von Martius das matas da Província de Minas Gerais e dos arvoredos de Minas Novas.....                       | 35  |
| FIGURA 3 Índios Botocudos .....   | 51  |
| FIGURA 4 Botocudos, Puris, Patachós e Machacalis .....  | 52  |
| FIGURA 5 Tecoaba.....   | 53  |
| FIGURA 6 Quilombo de São Gonçalo.....   | 54  |
| FIGURA 7 Povos Nagôs .....  | 83  |
| FIGURA 8 Negros Africanos .....   | 84  |
| FIGURA 9 Negras Vendendo Angu.....  | 85  |
| FIGURA 10 Metodologia de análise de mapas históricos .....  | 94  |
| FIGURA 11 Quilombo de São Gonçalo.....  | 121 |
| FIGURA 12 Quilombo dos Santos Fortes I.....   | 123 |
| FIGURA 13 Quilombo de um dos Braços da Perdição.....  | 124 |
| FIGURA 14 Quilombo do Rio da Perdição .....   | 125 |
| FIGURA 15 Quilombo do Ambrósio .....  | 126 |
| FIGURA 16 Quilombo do Salitre .....   | 127 |
| FIGURA 17 Mapa elaborado pelo escrivão da expedição.....  | 128 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| GRÁFICO 1 População total da capitania das Minas Gerais .....                       | 48 |
| GRÁFICO 2 População Negra e Branca da Capitania das Minas Gerais Setecentista ..... | 49 |

## LISTA DE MAPAS

|   |     |
|---|-----|
| MAPA 1 Mapa das Minas do Ouro e São Paulo e Costa do Mar que lhe Pertence. 1717 .....   | 31  |
| MAPA 2 Minas do Ouro e São Paulo e Costa do Mar que lhe Pretence, Ca. 1717. BN .....  | 37  |
| MAPA 3 Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros, que limitarão a Capitania de Minas Gerais. 1779.....  | 41  |
| MAPA 4 Fragmento do Mapa da Capitania de Minas Gerais com suas divisas de José Joaquim da Rocha 1778.....   | 43  |
| MAPA 5 CARTA GEOGRAPHICA que compreende toda a Comarca do Rio das Mortes,Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Gerais.   | 66  |
| MAPA 6 Os Portugueses na África Ocidental .....   | 69  |
| MAPA 7 Capitania de Minas Gerais com suas divisas. José Joaquim da Rocha 1778 .....   | 91  |
| MAPA 8 Comarca do Rio das Mortes. José Joaquim da Rocha, 1778. ....   | 93  |
| MAPA 9 Mapa do todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Pihuy Cabeceyras do Rio S. Francisco, e Goyazes na entrada que se fez para os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Illmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. - cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada, sob a guarda do IEB ; USP (COL. JFAP, 23, fl. 19)..... | 96  |
| MAPA 10 Mapa Exhaustivo de Todo o Campo Grande .....  | 105 |
| MAPA 11 Mapa de Todo o Campo Grande - Estradas .....  | 107 |
| MAPA 12 Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona, elaborado por Manoel Ribeiro Guimarães, citado como uma cópia de 1784, manuscrita em aquarela, que mede 32 x 40 cm, do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (n. 258/1165).....  | 109 |
| MAPA 13 Mapa Exhaustivo do Mapa da Conquista do Mestre de Campo .....   | 110 |
| MAPA 14 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos.....   | 117 |
| MAPA 15 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos Destruídos pelo Mestre de Campo.....   | 118 |
| MAPA 16 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos Destruídos pelos   |     |

|  |     |
|--|-----|
| Boinos .....   | 119 |
| MAPA 17 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos Indaiá e Ambrósio .....   | 120 |
| MAPA 18 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Arraial .....   | 130 |
| MAPA 19 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Capelas.....  | 131 |
| MAPA 20 Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Fazendas .....  | 132 |
| MAPA 21 Mapa Exaustivo do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande .....   | 133 |
| MAPA 22 Coleção de Mapas do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande ...   | 134 |
| MAPA 23 Coleção de Mapas do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande ...   | 135 |
| MAPA 24 Coleção de Mapas do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande - Quilombos .....   | 136 |
| MAPA 25 Mapa de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Pihuy Cabeceyras do Rio S. Francisco, e Goyazes na entrada que se fez para os sertões das conquistas do Campo grande por ordem do Illmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. - cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada, sob a guarda do IEB; USP (COL. JFAP, 23, fl. 19)..... | 138 |
| MAPA 26 Mapa de Todo o Campo Grande Completo .....   | 140 |
| MAPA 27 Municípios Atuais Referências de Quilombos .....   | 157 |
| MAPA 28 Todo Campo Grande: Quilombos - Casas .....   | 159 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| QUADRO 1 População total da Capitania .....  | 73  |
| QUADRO 2 População Negra existente em Comarcas e Vilas da Capitania.....   | 75  |
| QUADRO 3 Quilombos em Minas Gerais durante o século XVIII .....  | 145 |
| QUADRO 5 localização geográfica atual do conjunto de quilombos cartografado na região do Campo Grande .....      | 155 |
| QUADRO 6 Média da População Negra existente em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais - 1735 a 1749 ..... | 162 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

BN- Biblioteca Nacional

Cap. Capítulo

CRCH- Centro de Referência em Cartografia Histórica

Ed. Editora

Fl. Folha

FLUP- Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEB- Instituto de Estudos Brasileiros

LECH- Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica

Org. Organizador

SIG- Sistema de Informações Geográficas

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

USP- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>14</b>  |
| <b>1 FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS .....</b>  | <b>30</b>  |
| 1.1 Desbravamento e conhecimento do território .....  | 30         |
| 1.2 Os primeiros descobertos e a corrida do ouro.....   | 36         |
| 1.3 A Guerra dos Emboabas.....  | 39         |
| 1.4 Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro.....   | 44         |
| <b>2 SOCIEDADE MINEIRA DOS SETECENTOS: POPULAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL.....</b>  | <b>46</b>  |
| 2.1 População das Minas Gerais dos Setecentos .....   | 46         |
| 2.1.1 <i>A Condição das mulheres negras e pobres nas Minas Setecentistas</i> .....  | 55         |
| 2.1.2 <i>O Clero</i> .....  | 56         |
| 2.1.3 <i>Administração colonial e os governadores das Minas Setecentistas</i> .....   | 59         |
| <b>3 AS ÁFRICAS DAS MINAS GERAIS.....</b>   | <b>68</b>  |
| 3.1 Caracterização da população negra .....   | 68         |
| 3.2 Tratamento dispensado aos escravos .....  | 72         |
| 3.3 A influência Cultural Africana nas Minas Gerais.....  | 80         |
| <b>4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DOS QUILOMBOS DO CAMPO GRANDE .....</b>  | <b>90</b>  |
| 4.1 Minas Gerais dos Setecentos.....  | 90         |
| 4.2 Sobre o objeto e os objetivos do estudo .....   | 93         |
| 4.3 Alguns resultados e discussões: os significantes e os significados do “mapa de todo o campo grande” e do “mapa da conquista do mestre de Campos ... Ignacio Correya Pamplona” ..... | 95         |
| <b>5 ANÁLISE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS QUILOMBOS DO CAMPO GRANDE.....</b>  | <b>137</b> |
| 5.1 Objetos e objetivos .....   | 137        |
| 5.2 Considerações sobre a população absoluta do Campo Grande .....  | 158        |
| 5.3 Divergência Bibliográfica e Cartográfica Histórica .....  | 160        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>165</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>173</b> |

## INTRODUÇÃO

A cartografia muito tem se beneficiado da criação e da evolução de um sistema semiológico gráfico pelo qual é possível realizar a representação gráfica e espacial da superfície terrestre. O resultado é a expansão da capacidade de representar informações espaciais.

A cartografia produzida sobre o território brasileiro no período colonial, atendeu, sobretudo às necessidades da Coroa portuguesa de localizar recursos minerais e conhecer o território. Assim, na primeira metade dos setecentos, as preocupações da Coroa estavam voltadas para a localização, guarda, controle e tributação dos metais e gemas encontrados no território das Minas. O declínio da Mineração em Minas Gerais obrigou a administração colonial a procurar novas fontes de riquezas e a planejar a ocupação de novas áreas do interior da capitania, desafio que demandava o levantamento e conhecimento da região e que teve na ciência cartográfica/geográfica, um grande aliado

O Brasil tem um passado colonial peculiar, que o diferencia de seus vizinhos da América Espanhola. Em primeiro lugar tornou-se sede do governo português, fato que provocou mudanças importantes na política, comércio, ciências e nas artes produzidas no país. Outro fato de relevância foi a transferência da Real Biblioteca para o Rio de Janeiro, juntamente com a corte e com a família real. Esse fato teve um impacto importante na construção do acervo de informações cartográficas e geográficas produzida sobre o território brasileiro.

Os portugueses tinham terras em vários os continentes e, assim, toda documentação cartográfica produzida sobre esses lugares ficavam sob a guarda do Conselho Ultramarino. Grande parte da cartografia produzida sobre Angola e Moçambique ficou sob a guarda desse Conselho em Portugal. No caso do Brasil, a situação foi diferente, pois muito do conhecimento produzido sobre o território ficou guardado em solo brasileiro.

Quando a família real retorna a Portugal, o aparato administrativo e cartográfico não é desmontado, pois o Brasil era uma colônia importante, de solo fértil e rico em recursos minerais. Assim, a representação do território e da localização dos recursos era de fundamental importância para o Estado.

O passado colonial brasileiro teve, entre outras conseqüências, uma grande produção cartográfica, fato que nos permite hoje o estudo de aspectos do passado a partir de representações gráficas.

Destaca-se nesse trabalho a cartografia produzida sobre os quilombos de Minas Gerais no século XVIII, especificamente sobre os quilombos da ampla região, denominada no período setecentista de “Campo Grande”. A produção cartográfica nos sugere que a disseminação geográfica desses núcleos de resistência demandou do Estado à criação de uma rede de infra-estrutura permanente de repressão e combate a esses quilombos<sup>1</sup>.

### **- Relevância / Justificativa**

Nosso trabalho se baseia principalmente no estudo do mapa histórico como fonte primária de informação. É de fundamental importância o conhecimento dos signos cartográficos, signos ícones e signos símbolos no entendimento e leitura dos mapas históricos.

Desta maneira, propomo-nos a preparar a documentação cartográfica histórica para que dela possam ser realizadas interpretações, descrições e informações relevantes para a reconstrução do passado histórico e a análise das informações geográficas.

A relevância do trabalho consiste no fato de que a decodificação da documentação cartográfica histórica irá permitir novas leituras e interpretações sobre essas fontes históricas, o que pode gerar uma releitura do passado, com novas interpretações, teses e hipóteses de nossa história. Irá proporcionar também novas análises sobre as variáveis representadas nas cartas de forma que, através do cruzamento das várias informações descritas na carta, poderemos realizar análises de cunho geográfico, histórico, econômico e cultural, com maior rigor científico e mais amplo alcance intelectual.

Para que novas leituras e interpretações dos mapas históricos sejam feitas, fez-se necessário um estudo do contexto histórico que envolveu a construção dos

---

<sup>1</sup> Uma parte importante das informações e dos argumentos contidos nesta seção foi extraída dos seguintes autores: Castro (2006), Amorim Filho (2007), Barbosa (1972), Cortesão (1975)

mapas. Dessa maneira, é imprescindível o estudo da sociedade das Minas Gerais dos Setecentos, principalmente do período compreendido entre o apogeu e o declínio da mineração do ouro em Minas. É necessário um estudo dos elementos físicos e sociais (culturais, religiosos, condicionantes econômicos e políticos) que nos proporcionarão um melhor entendimento da documentação cartográfica histórica, possibilitando-nos comparar e cruzar informações que serão confrontadas com os signos e elementos cartográficos históricos.

Para que seja realizado o estudo da documentação cartográfica histórica das Minas Gerais no que se refere aos quilombos do Campo Grande, serão analisadas a bibliografia e a documentação cartográfica que fazem referência aos quilombos do Ambrósio e do Campo Grande.

#### **- Objetivos**

Neste trabalho, são abordados aspectos da organização do negro das Minas Gerais do século XVIII em quilombos. Analisa-se a bibliografia e a documentação cartográfica que fazem referência principalmente à organização quilombola conhecida como Quilombo do Ambrósio. Essa organização, oficialmente designada por Quilombo Grande ou Campo Grande, foi destruída e, em seu lugar, outra foi construída, sendo também chamada de Quilombo Grande, embora às vezes aparecesse na correspondência oficial a designação popular de Quilombo do Ambrósio.

Tendo em vista a proposta de análise espacial de ampla região, com utilização de documentação cartográfica histórica, utilizou-se de elementos da disciplina Cartografia Histórica, que compreendem a utilização metodológica de documentação cartográfica com vistas à elaboração de hipóteses, descrições e possíveis explicações que podem ter importância capital para a interpretação ou elucidação de certos fatos que envolveram a população que se refugiou em quilombos na região do “Campo Grande” durante o século XVIII.

Este estudo versa sobre a decodificação dos mapas, a saber, dos elementos ou significantes que os constituem, referentes às operações cartográficas de

localização, orientação, projeção, redução e expressão gráfica. Dessa forma, levantam-se dados que são interpretados e relacionados a eventos histórico-geográficos importantes que ocorreram na Capitania de Minas Gerais, principalmente nos campos econômico e político, até a década de 1780.

Trata-se especificamente do estudo dos seguintes documentos, considerados fontes primárias de informação:

Mapa de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Pihuy Cabeceyras do Rio S. Francisco, e Goyazes na entrada que se fez para os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Illmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. - cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada e do Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona, elaborado por Manoel Ribeiro Guimarães, citado como uma cópia de 1784, manuscrita em aquarela, que mede 32 x 40 cm. (COSTA, 2004, p. 62)

Os mapas originais, após analisados e decodificados, foram retrabalhados a partir dos mapas originais, gerando novos mapas e coleções de croquis interpretativos que objetivam facilitar a realização de análises mais apuradas.

### **- Enfoques de Estudos de Cartografia Histórica**

Geografia e cartografia são atividades tão antigas quanto a humanidade, pois surgem das necessidades fundamentais do homem: saber se localizar, fazer diferenciações, localizar coisas e lugares em um espaço vital imediato. Quando os homens faziam desenhos em paredes das cavernas sob a localização de caça e água, elaboravam os primeiros mapas. Essa cartografia pictórica representava as questões básicas do meio ambiente, orientação (caminhos, rotas, trilhas), etc., constituindo-se assim em uma geografia aplicada<sup>2</sup>.

Do período primitivo aos dias atuais a Cartografia sofreu uma verdadeira revolução sendo entendida como a ciência, arte ou técnica de fazer levantamentos cartográficos e traçar cartas geográficas [...] em que as formas e relevos da superfície terrestre são representados graficamente. (CORTESÃO, 1975, p. 266).

---

<sup>2</sup> AMORIM FILHO, O.B. A evolução do pensamento geográfico e suas conseqüências para o ensino da Geografia. **Revista Geografia e Ensino**. Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 5-18, mar. 1982. p. 6

Segundo Cortesão (1975), a palavra “Cartografia” foi um termo criado pelo Visconde de Santarém em 1839, em uma carta enviada de Paris ao historiador brasileiro Adolfo Varnhagen. Santarém não só inventou a palavra, mas foi o responsável pela criação dos estudos sistemáticos da história da cartografia.

Ainda segundo Cortesão (1975), os estudos histórico-cartográficos sofrem diferenciações em seu enfoque sendo assim distinguidos:

A) Cartografia da história, que, com a ajuda de cartas desenhadas ad hoc, explicar gráfica e vividamente vários pontos da história; B) Cartografia histórica, que consiste na utilização metodológica de documentação cartográfica, muitas vezes de importância capital, para a interpretação ou elucidação de certos fatos ou momentos da história; C) História da cartografia, que se ocupa da origem e da evolução da técnica das cartas geográficas, sua enumeração e seu estudo sistemático através dos séculos. (CORTESÃO, 1975, p. 269).

### **- Panorama da Cartografia Histórica no início do Século XXI**

Os estudos da Cartografia Histórica tiveram grande impulso no final do século XX e início do século XXI com a aplicação dos recursos da multimídia e da Cartografia Digital que tem permitido um acesso rápido a inúmeros documentos que anteriormente eram pouco disponíveis ao grande público e aos estudiosos em geral. A utilização dos vários programas de Geoprocessamento possibilitou a preservação e a disseminação da documentação cartográfica histórica, uma vez que mapas históricos têm sido digitalizados, manipulados e disponibilizados via internet, favorecendo a preservação e a divulgação desses documentos.

O interesse pelos estudos da Cartografia Histórica podem também ser identificados no surgimento de disciplinas específicas da temática nos cursos de graduação em Geografia, do surgimento de grupos de estudos e mapotecas digitais que desenvolvem trabalhos de preservação, digitalização, tratamento e divulgação da documentação cartográfica histórica e tratamento da informação espacial.

O processo de modernização, informatização e tratamento de documentos históricos em ambientes digitais não é um processo exclusivamente brasileiro, ele faz parte de um contexto que envolve diferentes países que têm se utilizado da multimídia e da cartografia digital para a criação de banco de dados, que garantem a

conservação dos documentos originais e possibilitam a manipulação, tratamento, transmissão e acesso a documentos cartográficos históricos, que anteriormente restritos a um pequeno número de usuários e pesquisadores.

A disseminação do uso da Internet possibilitou a criação de **Web sites maps** que hospedam informações e imagens, que podem ser acessadas a qualquer e em quase todo mundo. Algumas instituições que detêm a guarda de documentação cartográfica histórica estão promovendo a modernização de seus acervos, digitalizando mapas antigos e os disponibilizando para consulta, cópia e divulgação.

O Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá no Estado do Paraná, dispõe em sua página institucional<sup>3</sup> uma série de **links** onde podem ser acessados diferentes bancos de dados de bibliotecas virtuais do Brasil e do mundo. Alguns desses **links** fornecem informações e acesso à bases de dados relativos à Cartografia Histórica, que estão hospedados em **sites** de diversas universidades. Um exemplo interessante desse processo é o **link** existente com o **web site map** da Universidade do Texas<sup>4</sup> e da Coleção de Mapas Digitais da Sociedade Americana de Geografia<sup>5</sup>.

Em Portugal a Mapoteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto<sup>6</sup> dispõe, há décadas, de um acervo sobre cartografia (de base temática) produzida por diversas Instituições, de diferentes edições e escalas. A partir de 2008<sup>7</sup>, a Mapoteca da FLUP passa a desenvolver projeto de modernização de seu acervo e construção de arquivo digital de informações Geográficas de forma a tornar a informações acessíveis a pesquisadores. A base de dados sobre cartografia Histórica da Universidade do Porto reúne a cartografia produzida principalmente sobre a cidade do Porto.

---

<sup>3</sup> DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2011.

<sup>4</sup> Informações cartográficas sobre a coleção de Mapas Históricos da Universidade do Texas. (AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY LIBRARY DIGITAL MAP COLLECTION, 2009).

<sup>5</sup> Reúne documentação cartográfica importante produzida sobre estados e cidades norte americanas e de países e cidades localizadas em todos os continentes. (AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY LIBRARY DIGITAL MAP COLLECTION, 2009).

<sup>6</sup> NOGUEIRA, Miguel. Cartografia histórica: as coleções de cartografia histórica em formato digital disponível na Mapoteca, 2010.

<sup>7</sup> Processo e digitalização pelo qual passou a Mapoteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2010).

Em território brasileiro podem-se encontrar alguns exemplos de criação, manutenção e disponibilização de documentação cartográfica histórica em ambiente digital. A Universidade de São Paulo (USP) através do trabalho do Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (LECH) concebeu o projeto de criação da Biblioteca de Cartografia Histórica<sup>8</sup> da USP, que foi criada com o apoio técnico do Centro de Informática de São Carlos<sup>9</sup>. O site disponibiliza arquivos digitais de mapas, cujos documentos originais encontram-se sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Em Minas Gerais, são identificados dois grupos de estudos ligados à Cartografia Histórica. O Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que se encontra sediado nas dependências do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG.

As pesquisas desenvolvidas pelo CRCH visam “extrair da documentação cartográfica histórica informações que ampliem seu valor documental”<sup>10</sup>, tendo seu foco de estudo concentrado no conjunto de mapas e reproduções cartográficas dos períodos Colonial e Imperial, referentes à representação do território do atual estado de Minas Gerais que, devido à abundância de recursos minerais, foi uma das mais cartografadas da antiga colônia.

Em 2006, foi criada a Linha de Pesquisa em “Cartografia Histórica e História da Cartografia” no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) da PUC-Minas, a partir da metodologia desenvolvida por Castro et al. (2006), que consiste no georeferenciamento de mapas históricos e na análise de documentação cartográfica histórica, adotando-se como bases teórico-metodológicas a Comunicação Cartográfica, a Análise Espacial e a Visualização Cartográfica.

Concomitantemente ao trabalho desenvolvido por esses e outros grupos de estudo, a Cartografia Histórica tem sido marcada por uma série de encontros, simpósio, cursos e atividades ligadas à temática, como por exemplo, o XXXIII

---

<sup>8</sup> No web site da Biblioteca Nacional é possível fazer consulta e cópia da documentação cartográfica. Encontra-se também discriminados os objetivos específicos do projeto. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2011)

<sup>9</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011.

<sup>10</sup> Histórico de criação, o trabalho e as atividades realizadas pelo CRCH/UFMG. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011).

Congresso Brasileiro de Cartografia - I Congresso Brasileiro de Geoprocessamento, realizado pela Sociedade Brasileira de Cartografia, no ano de 2007<sup>11</sup>. O evento foi realizado no Rio de Janeiro e teve eixos voltados especificamente para a apresentação de trabalhos e discussão sobre Cartografia Histórica.

Em 2009, o CRCH organizou em Ouro Preto, o III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e contou com a colaboração de parceiros importantes do Brasil e de Portugal<sup>12</sup>. O Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, que caminha para sua quarta edição<sup>13</sup>, está se tornando um evento importante envolvendo Brasil e Portugal, no campo da Cartografia Histórica.

Em São Paulo, foi realizado na USP o 3º Simpósio Ibero Americano de Cartografia Histórica, que ocorreu no período de 26 a 30 de abril de 2010. Esse evento, bianual, está também se firmando enquanto importante atividade no campo da Cartografia Histórica da América Latina, uma vez que os encontros têm sido realizados em diferentes países do subcontinente. O primeiro encontro aconteceu em Buenos Aires em 2006 e, novamente, na Cidade do México em 2008<sup>14</sup>.

A dimensão geográfica das atividades e eventos nos permite afirmar que o momento vivido pela Cartografia Histórica é de descoberta, marcado por produções acadêmicas envolvendo o desenvolvimento de dissertações, teses e artigos científicos. É cada vez mais presente a disciplina Cartografia Histórica nos cursos de Graduação, fato que tem contribuído para o avanço da pesquisa do tema no Brasil e em diversos lugares do mundo.

---

<sup>11</sup> Trabalhos apresentados no Congresso consultar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2007).

<sup>12</sup> Colaboraram para a realização desse evento: o Arquivo Histórico do Exército, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, a Mapoteca do Itamaraty, a Sociedade Brasileira de Cartografia, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Instituto Geográfico Português e o Arquivo Digital de Cartografia Urbana de Lisboa com o apoio do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Maiores informações sobre o III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica consultar: (CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARTOGRAFIA, 2009).

<sup>13</sup> Previsto para ser realizado no Universidade do Porto no período de 9 a 12 de novembro de 2012. (UNIVERSIDADE DO PORTO, 2011).

<sup>14</sup> Maiores informações sobre as atividades desenvolvidas no Simpósio consultar: (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010).

## **- A Representação e a Produção Cartográfica sobre a Capitania de Minas Gerais nos Séculos XVII e XVIII**

A administração colonial portuguesa via-se frente a um grande desafio no início do século XVII, marcados por novas descobertas de ouro e diamantes tanto na capitania de Minas Gerais, quanto na de Mato Grosso e Goiás. Com a divulgação da descoberta de ouro e diamantes, a população das Minas Gerais crescia rápida e desordenadamente. A Coroa não conhecia efetivamente as terras que possuía, pois os mapas disponíveis eram baseados nas rotas dos sertanistas e bandeirantes, que eram imprecisas e assinalavam como referência elementos nem sempre estáveis do espaço geográfico.

Diante desse desafio, a Coroa, separou a Capitania de Minas Gerais da de São Paulo, criou inicialmente três comarcas com vistas a criar uma estrutura administrativa e tratou de ampliar a produção cartográfica, ferramenta indispensável para o exercício das atividades administrativas, judiciárias e fiscais.

O trabalho de cartografar a colônia portuguesa na América foi uma tarefa árdua, gradativa e realizada por especialistas com diferentes formações. Os religiosos tiveram um papel de destaque na representação do território das Minas Gerais e no avanço científico da cartografia. O padre Jaques Cocleo (Cocleo), francês, professor de matemática, sacerdote da Companhia de Jesus e astrônomo, embarcou em Portugal com direção ao Brasil em 1660. Segundo Renger e Machado (2005) Cocleo realizou trabalhos de catequese no interior da Bahia e no Ceará e foi reitor do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro. Confeccionou o mapa intitulado “Mapa da parte da Costa e Sertão do Brasil”<sup>15</sup>, documento que destaca aspectos importantes da hidrografia como o rio São Francisco e o Rio das Velhas, descreve o descobrimento de minerais e o caminho novo que ligava Minas Gerais do rio das Velhas ao Rio de Janeiro. O mapa de Cocleo, foi durante muito tempo, importante referência cartográfica sobre o território de Minas Gerais.

De acordo com os estudos e Renger e Machado (2005), o português Diogo Soares e o italiano Domingos Capassi (Domenico Capacci), chamados “padres

---

<sup>15</sup> Renger e Machado (2005), discutem a relevância do trabalho realizado pelo religioso e enfatizam a importância dos mapas produzidos pelos religiosos utilizados como referência para a cartografia produzida nas Minas Gerais.

matemáticos”, foram enviados ao Brasil no final de 1729, com a missão de fazerem mapas das costas e sertão. Criaram um observatório astronômico no Colégio dos Jesuítas, de onde determinaram a longitude do Rio de Janeiro e foram responsáveis por uma grande renovação da cartografia produzida no Brasil, ao referenciar seus mapas em coordenadas geográficas, utilizando, como origem, o meridiano do Rio de Janeiro para todos os documentos por eles produzidos<sup>16</sup>. Nos anos de 1732 a 1735, os padres matemáticos produziram uma coleção de quatro mapas destacando as regiões das minas de ouro e as novas descobertas de diamantes da Comarca do Serro Frio, vilas e arraiais existentes à época.

Dentre os militares envolvidos no trabalho de representação cartográfica da capitania, destaca-se o trabalho de José Joaquim da Rocha<sup>17</sup>, que produziu mapas manuscritos, aquarelados, apresentando iluminuras de fino acabamento estético, podendo ser considerados verdadeiras obras de arte. Seus mapas possuem coordenadas geográficas que apresentam como origem o Meridiano da Ilha de Ferro, assim chamado por cortar a mais ocidental das ilhas do arquipélago das Canárias<sup>18</sup>. A unidade de medida espacial definida foi à escala léguas. Rocha produziu um conjunto de mapas sobre Minas Gerais, datados de 1778, que consistem em um Mapa da Capitania com as divisas de suas comarcas e de mapas das comarcas do Serro Frio, Rio das Mortes, Sabará e Vila Rica. Em todos os documentos repetem-se os aspectos paisagísticos de relevo e hidrografia, com aspectos da abordando elementos da organização humana no espaço: cidades, vilas, paróquias, capelas, fazendas, estradas, aldeias de gentios e postos da guarda.

Segundo Martins (2009), o trabalho de síntese dos conhecimentos cartográficos produzidos sobre a Capitania de Minas Gerais ficou a cargo de Antônio Pires da Silva Pontes Lemos. Nascido em Mariana em 1750, Pontes Lemos matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1772, tornando-se doutor em matemática em 1777. Em seguida foi nomeado matemático-astrônomo e enviado ao Brasil, onde trabalhou uma década demarcando os limites ocidentais da Amazônia e

---

<sup>16</sup> COSTA, Antônio Gilberto (Org.), (2004) apresenta uma longa descrição do trabalho e das atividades desenvolvidas pelos religiosos no campo da observação astronômica e da cartografia.

<sup>17</sup> Renger e Machado (2005) realizam uma síntese do trabalho de cartografia do território realizado pelo militar.

<sup>18</sup> Maiores informações consultar Costa (2004) Os Grandes Momentos da Cartografia de Minas Gerais

do Mato Grosso. Foi incumbido da confecção de um novo Mapa do Brasil, apresentado em 1798, intitulado “A Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil” (MARTINS, 2009, p.09) e considerado um documento síntese sobre a cartografia produzida no Brasil e na América, no período setecentista. Medindo 148 x 133 cm, o mapa representou, através de convenções, a localização de cidades, vilas, freguesias, fazendas, lugares, acidentes geográficos, caminhos, minas, vulcões, etc. Ainda segundo Martins (2005), a representação dos vulcões nos permite verificar que as informações contidas no mapa extrapolam a extensão do território brasileiro, envolvendo terras que atualmente pertencem ao Chile, Argentina, Guiana Francesa e Colômbia.

#### **- O Trabalho Escravo no Brasil e os Quilombos do Campo Grande**

O trabalho escravo negro foi o propulsor da economia do Império Português do Atlântico sul. A exploração dessa mão-de-obra foi primeiramente utilizada na produção do açúcar e do fumo que, até a segunda metade do século XVII, formavam a base da economia do Brasil. A mineração do ouro, descoberto principalmente nas Minas Gerais, foi iniciada a partir do século XVIII, também com utilização da mão-de-obra escrava.

A escravidão negra foi um elemento fundamental na economia do Brasil colonial, fosse ela doméstica, nas minas ou nos campos. Ela garantiu a realização da maioria das atividades laborais na América portuguesa. O trabalho era considerado vergonhoso se executado pela população não-negra: não existia a noção de dignidade do trabalho. Dessa forma, os senhores de engenhos, proprietários de minas, funcionários da Coroa, militares, sacerdotes e toda sorte de homens com alguma educação, com exceção da população branca extremamente pobre, eram mantidos pelo trabalho dos negros<sup>19</sup>.

Estudando a organização dos negros das Minas Gerais do século XVIII em quilombos, faz-se necessária a análise dos aspectos históricos, econômicos, sociais

---

<sup>19</sup> Grande parte das considerações realizadas nessa seção foram baseadas nos trabalhos realizados por: BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil**, 2000.

e geográficos que contribuíram ou condicionaram o surgimento desse movimento. As Minas Gerais do período colonial receberam um contingente humano significativo de homens e mulheres, trazidos de diferentes pontos do continente africano, que sofreram influência e influenciaram o modo de vida dessa Capitania.

Quilombo foi definido pelo Conselho Ultramarino como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (MOURA, 1987, p. 11). Nessa pesquisa, trabalhou-se com uma noção mais ampliada de quilombo, que a apresentada pelo Conselho Ultramarino, entendendo-se tratar de local geralmente distante do núcleo urbano, onde se reuniam os negros fugidos das fazendas, das minas, da casa dos senhores, com o objetivo de escaparem do sistema escravista que os oprimia. Para o quilombo se dirigiam negros livres, forros, mestiços e até mesmo brancos empobrecidos que, por motivos variados, refugiavam-se nesses núcleos.

Existem basicamente três correntes de pensamento sobre as razões de formação dos quilombos<sup>20</sup>, porém acredita-se, com esse trabalho, que a formação de quilombos ocorria devido a uma série de fatores que derivam principalmente da luta do negro contra sua condição de escravizado, devendo ser entendida no todo, considerando tanto os aspectos da sobrevivência física quanto aqueles relativos ao exercício da dignidade humana, ligada diretamente ao direito de liberdade e expressão.

Terras de pretos e mocambos foram outros nomes dados aos quilombos (ANJOS, 2005), que acabaram se constituindo, no Brasil, na mais elaborada forma de resistência e organização da população escravizada contra a ordem escravista. Eles variavam de extensão, organização social, militar e econômica, porém todos tinham o mesmo objetivo: fugir da ordem escravista. Os pequenos quilombos eram muito simples e constituíam-se praticamente apenas em grupos armados; já os grandes quilombos tinham uma organização complexa.

Segundo Moura (1987), a ocupação e o uso da terra nos quilombos eram completamente opostos ao sistema latifundiário-escravista praticado pelos portugueses no Brasil. Seguindo o exemplo de Palmares, a base da economia dos

---

<sup>20</sup> O autor realiza discussões sobre as possíveis causas que levaram à formação de um grande número de quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. (GUIMARÃES, 1988, p. 17).

quilombos era a agricultura policultora-comunitária, que satisfazia a necessidade dos quilombolas, produzindo ainda um excedente comerciável. Artesanato, metalurgia e tecelagem constituíam-se também em importantes atividades econômicas desenvolvidas dentro dos quilombos. Em muitos quilombos, como em Palmares, a religião era constituída de um cristianismo sincretizado com valores religiosos africanos, variando em grau e intensidade de um mocambo para outro. Segundo Barbosa (1972), nos grandes quilombos, desenvolveu-se uma indústria bélica, que fabricava lanças, facas, flechas e outras armas. Os sistemas de defesa foram estabelecidos com o uso de muralhas, buracos com estrepes (lanças) e paliçadas, no intuito de surpreender os invasores. (MOURA, 1987).

O quilombo do Ambrósio foi um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário. A população do quilombo era subdividida em setores de atividades em que cada grupo trabalhava segundo sua especialidade<sup>21</sup>. O trabalho era coletivo, todos trabalhavam para a manutenção, sustento e defesa da comunidade. Não há relato de trocas monetárias dentro da estrutura do quilombo. O negro Ambrósio é descrito pela literatura como um exemplo de líder que se destaca por sua inteligência, bravura, organização, capacidade de delegar funções e agregar as pessoas em torno de si.

A localização do Quilombo do Ambrósio, também conhecido como Quilombo Grande, é assinalada no lugar conhecido por “Sertão da Farinha Podre, situado entre as Capitâneas de Minas Gerais e Goiás” (MARTINS, 1995, p.165), em um espaço que hoje corresponderia às regiões mineiras do médio São Francisco, Alto Paranaíba, Triângulo, Centro-Oeste e Sudoeste do estado.

Com base nas discussões de Martins (1995), Souza (1982) e Amantino (2001), são realizadas considerações quanto à formação populacional dos quilombos do Campo Grande, que, em tese, teriam sido formados não só por escravizados de origem africana ou brasileira, mas também por homens e mulheres forros e livres que por diferentes motivos buscavam refúgio nos quilombos. Acredita-se que os quilombos do Campo Grande eram formados por pessoas que apresentavam um fenótipo muito variado, composto por negros, pardos, possivelmente brancos empobrecidos, indivíduos que apresentavam situações

---

<sup>21</sup> Barbosa (1972) realiza uma interessante discussão sobre a divisão das atividades laborais realizadas dentro do quilombo, sua produção de alimentos e de artefatos manufaturados. (BARBOSA, 1972, p. 31).

sociais distintas que os levavam a sobreviver nos quilombos.

As reflexões sobre a constituição da população das Minas Gerais do primeiro quartel dos setecentos são elaboradas com base nas formas de ocupação do Espaço Geográfico. Esta população era composta pela presença dos negros forçadamente trazidos para o trabalho compulsório, das populações nativas formadas pelos diversos povos indígenas que já habitavam o território e pelo europeu ou, brasileiro, atraído para as Minas pelo desejo de enriquecimento rápido, graças à mineração do ouro e diamantes.

As Minas Gerais do início dos Setecentos é marcada por uma verdadeira corrida pelo ouro e a característica marcante do migrante desse período era ser homem branco, sem família, que havia chegado às Minas em busca de fortuna ou oportunidade de melhorar substancialmente sua condição financeira. As mulheres brancas eram quase inexistentes na província, fato que levou os aventureiros a se unirem às negras, constituindo diferentes relacionamentos que chegavam até ao concubinato ou matrimônio, fato que, segundo Martins (1995), gerou nas Minas a maior concentração de pardos<sup>22</sup> do mundo.

### **- Distribuição dos Capítulos e Temas**

Em seu conjunto, o trabalho está organizado nos seguintes capítulos e temas.

Na introdução são discutidas a relevância, justificativa e objetivos do trabalho. Nessa seção também são apresentados: um breve histórico da cartografia produzida sobre o Brasil no período colonial; as reflexões sobre o panorama atual da Cartografia Histórica influenciada pelos sistemas de informações geográficas e pela multimídia; as características do trabalho escravo no Brasil e a organização quilombola conhecida como quilombo Grande ou quilombo do Campo Grande.

O primeiro capítulo, Formação da Capitania de Minas Gerais trata da evolução histórico-geográfica da ocupação da Capitania das Minas Gerais, envolvendo aspectos ligados ao desbravamento e à gradual ocupação do território. São abordados os condicionantes de caráter político e econômico, que se iniciam

---

<sup>22</sup> Indivíduo de cor mestiça, fruto da miscigenação entre pessoa de cor branca e preta.

com as primeiras descobertas e a corrida do ouro, abordando a Guerra dos Emboabas, conflito que opôs paulistas e demais forasteiros pelo controle das jazidas de ouro. Apresenta também a formação das Capitânicas de São Paulo e Minas do Ouro, seus governadores mais importantes. Finalmente, destaca os fatores que levaram à criação da Capitania das Minas Gerais.

O segundo capítulo, Sociedade Mineira dos Setecentos: mineração, escravidão e formação de quilombos, tem por objetivo fazer uma contextualização histórica, social e econômica da Capitania das Minas Gerais dos Setecentos, abordando aspectos do apogeu e declínio da produção aurífera e as transformações que essas mudanças provocaram nessa sociedade, bem como as causas que geraram a formação dos quilombos.

Será feito um levantamento tanto dos nomes dos lugares, quanto das personagens envolvidas no trabalho, de forma que o leitor possa ter uma compreensão dos principais fatos, lugares e personagens que estão aqui apresentados.

Procurou-se fazer um breve relato sobre certas medidas tomadas pelos governadores que administraram a Capitania, desde sua criação em 1711 até o governo de D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, o Conde de Valadares, que tomou posse em julho de 1768. O recorte temporal delimita um período demarcado por dois momentos relevantes: a catalogação dos primeiros quilombos, realizada por Guimarães (1988) datadas de 1711, e as expedições realizadas pelo último governador, o Conde de Valadares, para ocupar o sertão e destruir os quilombos ainda existentes na região.

O terceiro capítulo, A África das Minas Gerais, apresenta a caracterização da população negra presente nas Minas Gerais, abordando aspectos tais como: origem, tratamento dispensado aos escravizados, atividades, cultura, entre outros. Trata também dos negros que conseguiam fugir da escravização e se refugiavam em quilombos, localizados geralmente em regiões distantes dos maiores núcleos urbanos, regiões comumente conhecidas como "sertão". Busca-se então apresentar as imagens e idéias sobre o sertão e seus habitantes que povoavam o imaginário da população não-negra e urbana. Finalmente, procura-se apresentar as razões, causas e conseqüências para a formação de um número importante de quilombos nas Minas Gerais.

O quarto capítulo, Contextualização Histórica e Geográfica dos quilombos do Campo Grande, destaca a importância da documentação cartográfica histórica como fonte primária de informação e pesquisa, a qual sendo devidamente manipulada e pesquisada, pode fornecer importantes informações sobre o passado. O levantamento histórico realizado para o desenvolvimento deste trabalho teve como objetivo alcançar uma contextualização cartográfica e histórica que permitisse um maior esclarecimento sobre os dois mapas<sup>23</sup>.

O capítulo quinto, Análise e localização geográfica dos quilombos do Campo Grande, aborda a técnica utilizada para realizar a localização dos quilombos. Tal técnica consistiu basicamente em cruzar informações levantadas da interpretação da rota seguida pela expedição de Bartolomeu Bueno do Prado na destruição dos quilombos com elementos da paisagem natural e topônimos usados como recursos de localização.

Será apresentada uma análise da localização dos quilombos proposta por Martins (1988), as concordâncias e discordâncias com esse autor. Os mapas georeferenciados e a coleção de croquis referente a cada um deles serão apresentados e analisados nesse capítulo. Realizar-se-á a análise geográfica do território: posição de vilas, povoados, fazendas, postos da guarda, caminhos, rios, formas de relevo que são entendidos como fatores fundamentais na localização dos quilombos. A partir do cruzamento de todas as informações, procurar-se-á definir os principais fatores que condicionaram a localização dos núcleos quilombolas.

Nas Considerações Finais serão discutidos os possíveis avanços e dificuldades encontradas na realização dessa pesquisa, tanto no que se refere à preparação, à manipulação e à análise da documentação cartográfica histórica, quanto aos estudos histórico, geográfico, político e cultural dos quilombos mineiros localizados na região do Campo Grande, durante os três primeiros quartos do século XVIII. E, finalmente, as contribuições da Geografia e dessa pesquisa ao avanço do estudo dos quilombos localizados nas Minas Gerais do século XVIII.

---

<sup>23</sup> Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande e Mapa da Conquista do Mestre de Campo Ignácio Correia Pamplona.

## 1 FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

### 1.1 Desbravamento e conhecimento do território

Segundo Barbosa (1972), na primeira metade do século XVI, os portugueses realizaram no Brasil o primeiro ciclo extrativo do pau-brasil. Porém, já nesse período, mostravam-se esperançosos e cobiçosos de descobrirem metais preciosos em terras brasileiras, sobretudo após a descoberta de metais nobres com a conquista do Império Inca na América espanhola<sup>24</sup>.

Naquele contexto, foram criados vários mitos sobre a existência de grande quantidade de ouro e outros metais preciosos. Um dos que mais povoaram o imaginário dos desbravadores e aventureiros, ainda no século XVI, foi o da existência da “Serra do Sabarabuçu”, uma região muito rica em ouro, prata e gemas, perdida no sertão, sem localização precisa nem limites definidos. Em busca do “Sabarabuçu” foram organizadas as primeiras expedições, ainda no governo de Tomé de Souza e Duarte da Costa. Partindo da Bahia, adentravam pelo interior do território em busca de riquezas.

A primeira expedição foi comandada pelo espanhol Francisco Bruza de Espinosa, em 1554, partindo de Porto Seguro. Acompanhado por companheiros portugueses, indígenas e um capelão, teriam adentrado o sertão pela Bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, atravessado a Serra do Espinhaço, chegando a um rio muito caudaloso, que pode ter sido o Rio das Velhas ou o Paraopeba.

O século quinhentista foi marcado sobretudo pelo ciclo de expedições que partiram da Bahia e do Espírito Santo em direção ao sertão, explorando as regiões que hoje correspondem ao norte de Minas Gerais, vales do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, percorrendo uma grande extensão de terras interioranas, designadas comumente como “sertão”. Essas entradas tiveram origem oficial, mas mesmo quando organizadas por particulares, contavam com o apoio governamental.

---

<sup>24</sup> Uma parte das idéias e considerações contidas nesse capítulo foram extraídas de autores tais como: Barbosa (1972), Boxer (2000), Souza (1982).

De acordo com Boxer (2000), a economia dos séculos XVI e XVII era baseada principalmente na monocultura da cana e na produção do açúcar, à época localizadas no Nordeste. A Vila de São Paulo do Piratininga não apresentava condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento desse tipo de cultivo, além de se encontrar muito distante do centro econômico nordestino. Dessa forma, a Vila de São Paulo reunia condições geográficas e econômicas que impeliam sua população para o interior. Separado do litoral pela barreira da Serra do Mar, o paulista voltou-se para o desbravamento do sertão, cuja penetração foi favorecida pela presença da bacia hidrográfica do Tietê. O mapa das Minas do Ouro e São Paulo foi a primeira representação cartográfica da capitania.



Mapa 1: Mapa das Minas do Ouro e São Paulo e Costa do Mar que lhe Pertence. 1717  
Fonte: COSTA, 2004, p.50

Como a produção econômica não estava centralizada em São Paulo, seus habitantes fizeram do apresamento e venda de indígenas uma importante atividade econômica. Esses paulistas conhecedores do interior passaram a receber cartas de incentivo da metrópole, estimulando-os a pesquisar e descobrir metais preciosos em troca de títulos de honra, riqueza e reconhecimento da Coroa.

Um novo ciclo de expedições é consolidado, tendo São Paulo como ponto de partida. Por ordem da Coroa, o Governo Geral, à época exercido por D. Francisco de Souza, foi transferido de Salvador para São Paulo, donde continuou a estimular e incentivar os paulistas a encontrarem metais preciosos.

De acordo com Barbosa (1972) e Boxer (2000), essas expedições, conhecidas como “bandeiras”, organizavam-se em bases paramilitares, variavam em número e força, indo de uma reunião de vinte homens até centenas. Geralmente, eram acompanhadas por frades que exerciam o papel de capelães<sup>25</sup>. A maioria das bandeiras era composta por mestiços, paulistas e por ameríndios, que executavam todas as atividades, como guias, carregadores, coletores, dentre outras. Esses aventureiros usavam o arco e a flecha como os mosquetes e demais armas de fogo; sua alimentação era geralmente composta de caça, pesca, raízes e mel silvestre. Geralmente plantavam mandioca nas clareiras das florestas, acampando nas redondezas até a época da colheita. A bagagem de viagem era leve, usavam chapéu de aba larga, camisa, ceroulas e gibões de algodão acolchoado. Deslocavam-se quase sempre descalços, em fila indiana pelas trilhas e caminhos das matas. As bandeiras maiores eram marcadas ainda pela presença feminina, não pelas esposas, mas sim de mulheres ameríndias, que acompanhavam muitos paulistas na condição de concubinas e cozinheiras.

Na segunda metade do século XVI, várias bandeiras partiram de São Paulo em direção ao interior das Minas.

Brás Cubas, por ordem de Men de Sá, penetrara pelo atual território de Minas Gerais, em 1560, acompanhado de um mineiro, Luiz Martins, e, após uma jornada de cerca de trezentas léguas com sua bandeira, escrevia de Santos ao rei, em 1562, enviando amostras de minérios. Sebastião Marinho explorou o Sul de Minas e, segundo alguns autores, teria chegado aos sertões de Goiás. Afonso Sardinha, filho de português de igual nome, acompanhado de diversos moradores de São Paulo e de mais de 100

---

<sup>25</sup> O mapa 1 é o documento mais antigo com os caminhos de São Paulo para a região das Minas (SOUZA, 2004, P. 50)

índios, andou explorando os sertões do Jequitaiá, que é o Rio Grande de hoje, onde aprisionou muitos indígenas. João Pereira de Souza Botafogo, acoroçado pelo Governador Geral, D. Francisco de Souza, partiu em 1596, com sua bandeira bem numerosa, em demanda às nascentes do Rio São Francisco, à procura da Serra Resplandescente, pela qual se empolgara o Governador. Domingos Rodrigues, companheiro de Botafogo, depois da prisão deste, em pleno sertão do Sul de Minas, seguiu rumo ao São Francisco, e, por aí teria chegado à Bahia. (BARBOSA, 1979, p. 21).

Das várias expedições que adentraram e desbravaram o interior das Minas, a que mais se destacou foi a bandeira de Fernão Dias Paes, principalmente por sua organização<sup>26</sup> e caráter povoador. Essa bandeira partiu de São Paulo em julho de 1674, composta por índios, usados como carregadores e sertanistas experientes. Fernão Dias Paes, à medida que adentrava no território mineiro, foi criando uma estrutura que permitia a fixação de alguns elementos de sua bandeira em determinados locais. Abriu caminhos que acabaram se transformando em estradas, criou postos ou feitorias, nos quais se desenvolveu a agricultura, a criação de suínos e aves utilizados para o abastecimento de sua bandeira e de outras que também viessem a utilizar essa picada. Essas localidades, com o decorrer do tempo, acabaram transformando-se em povoados, arraiais e vilas<sup>27</sup>.

Ainda segundo o relato de Barbosa (1979), a bandeira de Fernão Dias Paes teria partido de São Paulo em 21 de julho de 1674, percorrendo o sertão mineiro até 1681. Em 1681, encontrava-se estabelecido no Arraial do Sumidouro, localizado no atual município de Pedro Leopoldo, donde foi acometido pelas “carneiradas”<sup>28</sup>, nome que se dava às febres do sertão, não resistindo e vindo a falecer em maio desse mesmo ano. Seu falecimento teve como consequência o fim da expedição e a dispersão da bandeira.

Essa bandeira não se notabilizou pela descoberta de metais preciosos, uma vez que, em sua longa jornada (Figura 1)<sup>29</sup>, Fernão Dias Paes e seus companheiros não encontraram as tão buscadas esmeraldas, mas somente turmalinas, gemas semipreciosas que se acreditava serem esmeraldas.

---

<sup>26</sup> Maiores informações sobre a importância e características sobre a Bandeira de Fernão dias Paes podem ser consultadas em Barbosa, (1979) que dedicou um capítulo inteiro a esse bandeirante e sua Bandeira.

<sup>27</sup> Maiores informações sobre o caráter povoador da Bandeira e suas características podem ser consultadas em: Barbosa, 1979.

<sup>28</sup> Ver Souza, 1994, p. 11.

<sup>29</sup> A Fig.1 apresenta uma idéia da paisagem no território de Minas Gérias atravessada pelas bandeiras no período em tela.



Figura 1: Representação da floresta próxima ao Rio São Francisco no norte de Minas Gerais. Litografia colorida de C.Heinzmann. Ca. 1818. Fonte: COSTA, 2004, p.91

É de grande importância a imagem mítica das montanhas de ouro, muito presente no imaginário da época. O “Sabarabuçu”<sup>30</sup> foi exaustivamente buscado por desbravadores desse período e teve um papel fundamental na exploração e conhecimento dos sertões das Minas Gerais.

De acordo com Souza (1994), Fernão Dias Paes, perseguindo o sonho das esmeraldas, organizou a bandeira com recursos próprios, uma vez que a subvenção oficial era muito pequena, e partiu em busca da mítica Serra do Sabarabuçu. Esse bandeirante pertencia a uma das mais tradicionais e abastadas famílias de São Paulo, tendo, já no final da vida, empenhado quase toda sua fortuna em busca da Serra de Ouro.

---

<sup>30</sup> Informações sobre a imagem mítica do Sabarabuçu podem ser consultadas em Barbosa (1972) e Boxer (2000).



Figura 2: Representação segundo Von Martius das matas da Província de Minas Gerais e dos arredores de Minas Novas  
Fonte: COSTA, 2004, p. 88

Salomão de Vasconcelos, citado por Barbosa (1979, p.41), dividiu o itinerário da bandeira de Fernão Dias Paes em três etapas: “a primeira, de São Paulo a Ibituruna; a segunda, de Ibituruna ao Sumidouro; e a terceira, de Sumidouro ao Vupabuçu”. Na primeira etapa, a bandeira teria partido de São Paulo, acompanhando o curso do Tieté, avançando pelo Rio Parateí, até atingir a Foz do Rio Paraíba. Pelas margens do Paraíba, teriam chegado às atuais cidades e antigas vilas de Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, chegando à Serra da Mantiqueira, e às escarpas do Embaú, hoje um povoado pertencente ao município de Cachoeira Paulista, na época uma passagem obrigatória para Minas e um importante centro comercial. Penetrou no sul de Minas, na região de Pouso Alto e Baependi, atravessou os vales dos rios Verde e Grande, atingindo a Serra do Ibituruna. A diversidade da paisagem das Minas Gerais setecentista pode ser observada na Fig. 2.

A segunda etapa do trajeto dessa bandeira corresponde ao trecho que vai da Serra do Ibituruna ao Sumidouro. De acordo com Barbosa, Salomão Vasconcelos não se limitou às pesquisas em arquivos e fontes escritas; refez ele mesmo parte do itinerário feito pela bandeira.

Depois de atravessar o rio das Mortes, seguindo a montante desse rio... passando nas imediações de Lagoa Dourada e continuando para o norte, até as proximidades do Rio dos Bois, formador do Pará ou Pitanguí, ganharia o Gambá de Pedra. Daí atingiria as nascentes do Camapuã, descendo pela margem esquerda deste, até certo ponto, rumando depois para a esquerda, atravessando a Serra de Camapuã e detendo-se ali, na baixada, onde fundou a feitoria de São Pedro. Deste ponto, procuraria a bandeira o curso do Paraobepa, que corre a dois quilômetros de distância, margearia esse rio à esquerda e o atravessaria no funil de baixo, tomando então o rumo leste... Daí tomaria o norte, galgando a Serra da Moeda, nas proximidades dos Três Irmãos, passando depois pelas imediações de Betim e Lagoa Santa, para ir ter afinal ao Sumidouro [...] (BARBOSA, 1979, p.43).

Na terceira rota, partindo do Sumidouro, a bandeira explora o Rio das Velhas, deixando uma feitoria com o nome de Roça Grande, fundada nas proximidades da cidade de Sabará. Prossegue em direção ao Serro Frio, nas imediações das atuais cidades de Itamarandiba e Itacambira, no nordeste de Minas. Fernão Dias teria criado as feitorias de Tucambira, que mais tarde se transformou em Itacambira. Itamerindiba, Esmeraldas e Mato das Pedras teriam desaparecido sem deixar sua localização. A última feitoria foi Serra Fria, que mais tarde deu origem à Comarca do Serro Frio e à atual cidade do Serro<sup>31</sup>.

De acordo com a rota descrita acima, a bandeira de Fernão Dias Paes explorou uma grande área do que hoje é o Estado de Minas Gerais, tornou-o conhecido, abrindo caminho para novas bandeiras que não tardaram em encontrar metais preciosos.

## 1.2 Os primeiros descobertos e a corrida do ouro

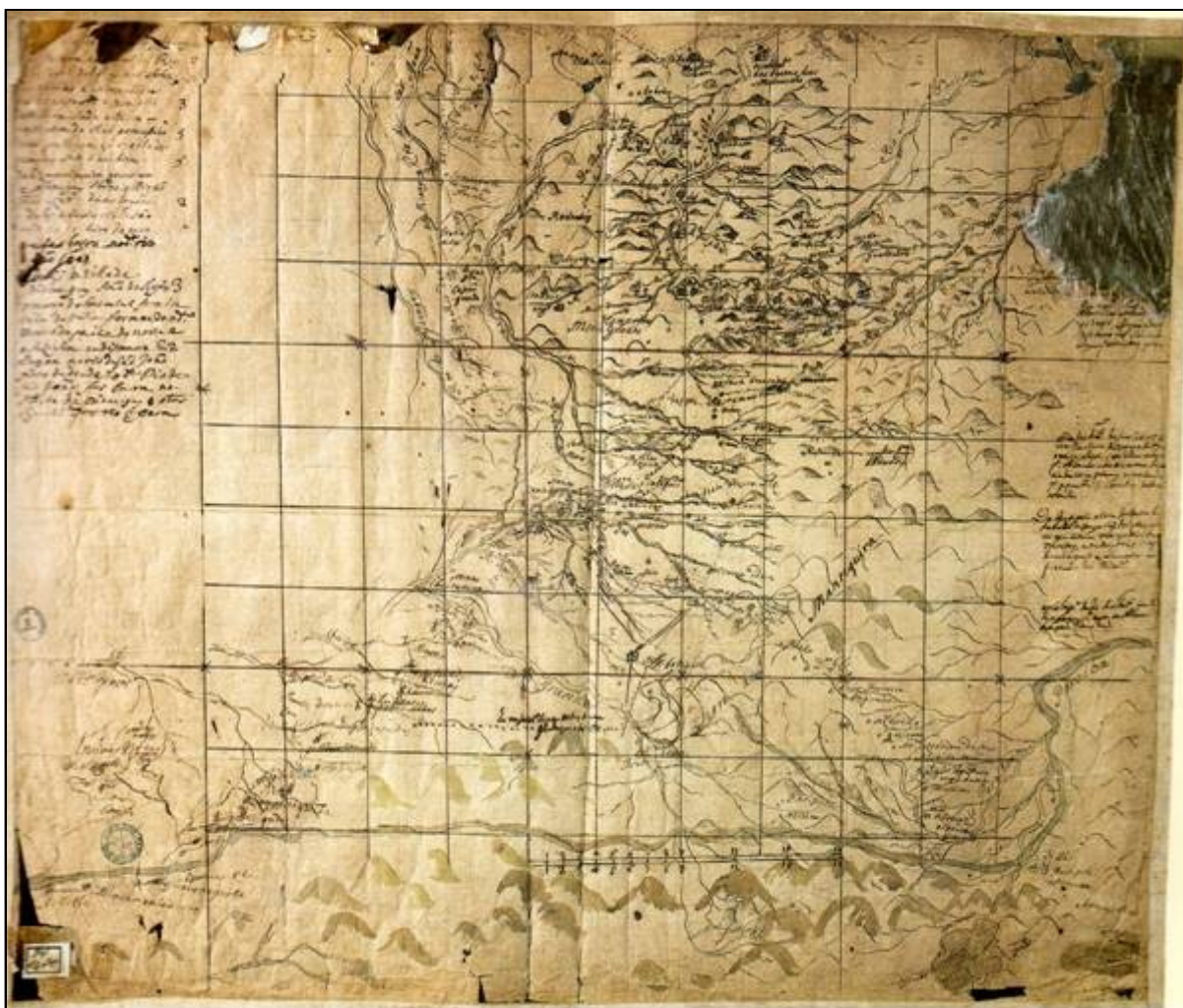
Segundo Costa (2002), o atual território mineiro, assim como São Paulo antes dos descobrimentos das minas de ouro, estava subordinado ao governo do Rio de Janeiro. Com a descoberta do ouro, roteiros, caminhos e traçados cartográficos que levavam às minas passam a envolver imensas possibilidades econômicas e, portanto, eram guardados em prudente segredo.

Não há registro preciso de data e local da primeira grande descoberta. O que ocorreu foi que o ouro foi descoberto quase que simultaneamente entre os anos de

---

<sup>31</sup> Maiores informações sobre itinerário percorrido pela Bandeira de Fernão Dias Paes, esperanças, dificuldades e características podem ser consultadas em: Barbosa, 1979. V III

1693 e 1695 em diferentes regiões do atual Estado de Minas Gerais. Contudo, há indícios de que os bandeirantes já exploravam o ouro na região. Manuel de Borba Gato, como dito anteriormente, estabeleceu-se no Sumidouro, região do Rio das Velhas onde, provavelmente, já na década de 1680, explorava o ouro de aluvião. “Diz-se que manteve o segredo desse achado até o fim do século”. (BOXER, 2000, p.61). O fragmento do mapa das Minas de Ouro e São Paulo (mapa 2), destaca-se pela representação de elementos do relevo, hidrografia, caminhos e a localização das vilas de Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará.



Mapa 2: Minas do Ouro e São Paulo e Costa do Mar que lhe Pretence, Ca. 1717. BN  
Fonte: Mapa sob guarda da BN, citado por COSTA et al., 2004

A descoberta das primeiras minas provocou uma corrida desenfreada de aventureiros de toda parte, em sua maioria paulistas (os verdadeiros descobridores das minas e desbravadores do território), portugueses, baianos, pernambucanos e pessoas originárias de diversas partes do país.

De acordo Boxer (2000), os primeiros momentos dessa corrida ao ouro nas Minas Gerais foram marcados por tumultos, crimes de toda sorte e pelo desabastecimento de gêneros de primeira necessidade. No ímpeto da possibilidade de enriquecimento rápido, tripulações inteiras abandonaram seus navios, soldados da guarda do Rio de Janeiro desertaram em massa, seguindo para as minas. Na pressa insensata de explorar as minas, as primeiras pessoas a chegarem a elas não se preocuparam com a alimentação, não organizaram plantações nem criação de suínos, caprinos ou aves. A consequência imediata foi um grande surto de fome que acometeu as populações envolvidas com as minas entre os anos de 1697 a 1698 e, novamente, entre 1700 e 1701.

A crise foi tão catastrófica que não foram poucos os casos de morte por subnutrição e fome. Segundo informe do governador do Rio de Janeiro à Coroa, por carta enviada em maio de 1698,

a ausência de gêneros alimentícios era tão intensa que muitos não encontraram outra alternativa a não ser abandonar suas minas e procurar pelas matas, com seus escravos, caça, peixes ou frutas, com os quais pudessem se alimentar. (BOXER, 2000, p.71).

Após esse período inicial de crise, a situação melhorou consideravelmente: pequenas granjas e fazendas foram instaladas ao longo dos caminhos, maior atenção foi dada ao plantio e à criação de rebanhos. Muitas pessoas passaram a dedicar-se ao abastecimento de alimentos aos mineiros, uma vez que os preços eram sempre altos, já que a procura era maior que a quantidade disponível.

“De acordo com o Regimento das Minas de 19 de abril de 1702, aquele que descobrisse ouro, deveria imediatamente manifestá-lo, isto é, fazer a comunicação ao superintendente”. (BARBOSA, 1979, p. 54). Uma vez comunicada, a Coroa enviava seu representante, chamado guarda-mor, para o local do descobrimento, onde realizava a distribuição das datas ou lotes mineiros, que mediam trinta braças ou “aproximadamente 66 metros quadrados.” (BARBOSA, 1979, p.54).

Segundo estabelecia aquele regimento, o primeiro homem que descobrisse ouro, fosse onde fosse, tinha o direito de escolher o ponto das primeiras duas datas. A terceira era consignada à Coroa e a quarta ao representante da Coroa, ou guarda-mor. A essas dava-se o nome de datas inteiras, e media cada uma trinta braças quadradas. Todas as outras datas eram distribuídas em lotes desenhados, marcados na proporção dos escravos trabalhadores que cada mineiro empregava, na base de duas braças quadradas por escravo. (BOXER, 2000, p.74).

As demais datas eram distribuídas aos pretendentes, de acordo com o número de escravos de cada um. Se o pretendente tivesse 12 ou mais escravos, ganharia uma data de 30 braças em quadra (cerca de 66 metros quadrados); se o mineiro possuísse menos de 12 escravos, receberia terra mineral na proporção de duas braças e meia por escravo (cerca de 5,5 m<sup>2</sup> por escravo). (BARBOSA, 1979, p 54).

Ainda segundo Barbosa (2000), se o número de candidatos às datas fosse elevado, a posse deveria ser determinada por sorteio. Em um pedaço de papel, escrevia-se o nome de cada um dos candidatos. Os papéis eram dobrados e colocados dentro de um pote. Escolhia-se uma criança, que retirava os papéis, revelando o nome dos contemplados.

A florescente sociedade mineradora já nascia desigual, concedendo privilégios, através da legislação, a indivíduos em situação econômica abastada, uma vez que as maiores datas eram concedidas a proprietários com maior número de escravos.

### **1.3 A Guerra dos Emboabas**

O conflito dos Emboabas, também chamada de “guerra civil nas Minas Gerais” (BARBOSA, 1979, p.90), foi um episódio que opôs paulistas e forasteiros em embates esporádicos entre os anos de 1707 a 1709. Os forasteiros, independentemente de serem portugueses - também chamados por reinos ou portugueses do reino - baianos, pernambucanos ou piauienses, eram comumente denominados pelos paulistas de emboabas<sup>32</sup>.

De acordo com Boxer (2000), desde os primeiros momentos da corrida do ouro, paulistas e emboabas já nutriam uma desconfiança mútua. Os paulistas se

---

<sup>32</sup> Uma parte das idéias e considerações contidas nessa seção foram extraídas de Boxer (2000) III Paulistas e Emboabas

achavam com direito às minas, pelo fato de terem sido os primeiros descobridores, chegando a enviar uma carta da Câmara de São Paulo à Coroa, em 1700, “requerendo que a outorga de terras de Minas Gerais fosse exclusivamente a eles”. (BOXER, 2000, p.88). Já os emboabas comparavam os paulistas a bárbaros, acostumados a uma vida nômade, andando descalços pelas matas, falando o tupi-guarani entre si, usando tanto armas de fogo quanto o arco e a flecha, um pequeno arsenal humano que a todo momento proferia todo tipo de injúria e provocação aos emboabas. Nesse período, os paulistas constituíram-se em figura muito diferentes dos portugueses do reino e dos demais colonos já nascidos no Brasil, fato que serviu para unir portugueses e brasileiros nativos.

Os paulistas tratavam todos os forasteiros de maneira desdenhosa. A palavra emboaba, referindo-se aos forasteiros, tem origem indígena, dos povos Carijós e Tapuias, e era genericamente usada para comparar todos que não eram paulistas a uma ave. Taunay citado por Boxer (2000) define da seguinte maneira a palavra:

Emboaba [...] um pássaro de pernas emplumadas, daí ser o termo aplicado como zombaria aos recém-chegados da Europa e do litoral, que usavam coberturas protetoras para pernas e pés, ao contrário dos paulistas, que andavam descalços e de pernas nuas pelos matagais (TAUNAY apud BOXER, 2000, p. 105).

Ainda segundo Boxer (2000), as regiões mais densamente ocupadas em Minas Gerais, nesse período, eram os vales do Rio das Velhas, Rio das Mortes e o Arraial do Ouro Preto. Paulistas e emboabas se misturavam nessas regiões, com grande predominância numérica dos últimos. Esses dois grupos se faziam representar em torno de seus respectivos líderes na região do Rio das Velhas, onde os paulistas eram representados pelo velho Manuel de Borba Gato, superintendente das Minas, representante legal da Coroa. Os emboabas eram representados por Manuel Nunes Viana, português que imigrou para o Brasil ainda criança, fez fortuna com o contrabando em grande escala entre as Minas e a Bahia, proprietário de grandes rebanhos de gado e de minas em Caeté. Manuel Nunes Viana era ainda administrador das terras de Dona Isabel Maria, “uma das principais latifundiárias do Brasil” daquela época. (BOXER, 2000, p.90).



De acordo com o relato de Boxer (2000), em 1708, no Arraial Novo (São João Del Rey), Nunes Viana, protegendo um emboaba, desafiou o paulista Jerônimo Pedroso para um duelo. Borba Gato, procurando evitar o conflito, edita um aviso público banindo Nunes Viana do Distrito do Rio das Velhas. O edital é reeditado por três vezes, mas não é cumprido por Nunes Viana. O representante da Coroa organiza um encontro, em Caeté, entre os dois contendores, que selam a paz na presença de Borba Gato.

Pouco tempo depois, um paulista foi linchado por emboabas em Caeté. Temendo a reação dos paulistas, os emboabas passaram a desarmar os paulistas nas regiões do Rio das Velhas e de Ouro Preto, sem muita resistência dos paulistas, que se refugiaram no Distrito do Rio das Mortes. Não há relatos sobre as ações de Borba Gato nesse período: ou os emboabas o deixaram em paz ou talvez ele tenha se dirigido para São Paulo.

Em 1708, Manuel Nunes Viana foi proclamado Governador Interino das Minas, até que a Coroa pudesse enviar um representante legal. Nunes Viana passou a agir como governador, fazendo nomeações civis e militares. Os emboabas controlavam a maior parte das Minas e passaram a lançar ofensivas contra os últimos redutos paulistas ao longo do Rio das Mortes.

Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio de Janeiro, após ser acusado de ter assassinado um senhor de engenho, refugiou-se nas Minas, sendo nomeado por Nunes Viana chefe militar e encarregado de dissolver os últimos núcleos de resistência paulista. Bento Amaral não encontrou dificuldade no cumprimento dessa missão, uma vez que a maioria dos paulistas havia fugido para Parati ou São Paulo, e os que ali se encontravam sem oferecer resistência foram deixados em paz.

Somente um grupo de paulistas, composto por aproximadamente cinquenta homens, teria sido cercado pela tropa emboaba. No tiroteio, alguns emboabas teriam sido feridos. Bento Amaral teria prometido aos paulistas que, caso depusessem as armas, seriam poupados e respeitados. Mas assim que os paulistas se renderam e entregaram suas armas, foram todos massacrados. O episódio ficou conhecido na história como o “Capão da Traição<sup>35</sup>.” (BOXER, 2000, p. 93-94 ).

---

<sup>35</sup> Destaque para o rio das Mortes e a Vila de S., João e S. José, localidade onde teria se desenvolvido parte do conflito entre emboabas e paulistas, apresentado no mapa 4



Mapa 4: Fragmento do Mapa da Capitania de Minas Gerais com suas divisas de José Joaquim da Rocha 1778.

Fonte: COSTA, 2004, p. 147

De acordo com Barbosa (1979), o Governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Mascarenhas Lencastre, após receber um extenso relatório de Borba Gato, decidiu intervir pessoalmente no conflito. Depois de vários preparativos, seguiu para as Minas acompanhado de duas companhias de infantaria, atingindo o Arraial Novo, onde conseguiu, com sucesso, o entendimento entre paulistas e emboabas. Seguiu viagem em direção ao Distrito do Ouro Preto, mas foi barrado na altura de Congonhas por uma grande tropa comandada por Manuel Nunes Viana, sendo obrigado a retornar para o Rio de Janeiro.

Como já havia expirado o período de mandato do governador, a Coroa designou Dom Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para o cargo, uma vez que acumulava vasta experiência nos governos das capitânicas do norte, sendo grande conhecedor dos assuntos coloniais. Chegou ao Rio de Janeiro em 1709, dirigindo-se, em segredo e acompanhado de pequena comitiva, para Minas Gerais.

Nesse período, os vitoriosos emboabas já se desentendiam entre si. Nunes Viana entrara em conflito com o fazendeiro baiano Sebastião Pereira do Aguiar, além de ter se tornado antipatizado pelos moradores de Sabará. Antônio de Albuquerque, provavelmente conhecedor dessa divisão, chegou a Caeté silenciosamente, donde intimou Nunes Viana que deixasse as Minas. Viana obedeceu às ordens, retirando-se para suas terras na região do Rio São Francisco.

Corriam boatos de que os paulistas organizavam uma expedição para invadir as Minas. Antônio Albuquerque, em seu retorno ao Rio de Janeiro, resolveu ir ao encontro dos paulistas a fim de dissuadi-los de tal intenção. O encontro foi tenso, os paulistas se negaram a retroceder e Albuquerque, contrariado, seguiu caminho para o Rio de Janeiro, porém enviando mensageiro às Minas, informando sobre o avanço dos paulistas. Quando os paulistas alcançaram a região do Rio das Mortes, aguardava-os um destacamento emboaba formado por aproximadamente “duzentos e sessenta brancos e quinhentos negros entrincheirados em um forte improvisado”. (BOXER, 2000, p.101).

Pequenos combates aconteceram entre quatro a cinco dias, ao fim dos quais os paulistas recuaram, sem causa aparente, sendo este o último episódio da guerra dos emboabas.

#### **1.4 Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro**

Com o final do conflito entre paulistas e emboabas, a Coroa via-se diante de novos desafios marcados pela necessidade de exercer um maior controle sobre as riquezas das Minas e as pessoas que as exploravam, criar condições de executar medidas punitivas contra aqueles que desafiassem o poder real e instituir um mecanismo fiscal mais eficiente. Assim, a Coroa decidiu criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, o que foi feito através do despacho real datado de 26 de fevereiro de 1710 (BOXER, 2000, p.102), “carta régia de 09/11/1709” (BARBOSA, 1979, p.98) com sede em São Paulo.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi o primeiro governador da nova capitania, permanecendo nesse cargo de 1711 a 1713. Inicialmente, instalou-

se em Santos e depois em Ribeirão do Carmo, donde começou a organizar a nova capitania. Tratou de fundar as primeiras vilas com seu aparato administrativo básico, formado por um Juiz Ordinário, pelas Câmaras Municipais e pelo Capitão-Mor.

De acordo com Barbosa (1979), o Juiz Ordinário, além das funções de juiz, exercia as de Presidente da Câmara e agente executivo municipal, ou seja, função que hoje é exercida pelo prefeito municipal. As Câmaras Municipais eram formadas por vereadores eleitos pelo voto indireto, os quais eram encarregados da elaboração e cumprimento das “posturas municipais” (leis). “O Capitão-Mor exercia funções semelhantes às do delegado de polícia.” (BARBOSA, 1979, p. 560).

Antônio de Albuquerque elevou três dos arraiais mais populosos das Minas à condição de Vilas, que foram sucessivamente inauguradas pelo governador, respectivamente sob as seguintes designações: “Real Vila de Ribeirão do Carmo, em 08 de abril de 1711; Vila Rica de Albuquerque, em 08 de julho de 1711; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, 16 de julho de 1711”. (COSTA, 2004, p. 112).

Envolvido na organização e pacificação da Capitania, Albuquerque subitamente recebeu a informação da invasão da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro pelos franceses. Organizou as tropas emboabas e paulistas e partiu para o socorro ao Rio de Janeiro, não mais retornando às Minas.

Foi inicialmente nesse clima de animosidade entre paulistas e emboabas, na disputa pelo controle e posse das minas de ouro e diamantes e na tentativa do Estado de fiscalizar e exercer controle administrativo sobre terras, metais preciosos, gemas, mercadorias e pessoas, que foi sendo formada a sociedade mineira do século XVIII.

Uma sociedade marcada por uma grande concentração de riqueza na mão poucas famílias. Pela existência de uma população predominantemente negra: preta, mestiça e escravizada, que formava a maior parte da população da capitania. E pela presença de uma grande massa de despossuídos, que apesar de brancos eram muito pobres.

## 2 SOCIEDADE MINEIRA DOS SETECENTOS: POPULAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

### 2.1 População das Minas Gerais dos Setecentos

As Minas Gerais setecentistas exerceram fascínio e atração em um vasto e variado universo humano. Segundo Souza, (1982) foram pessoas que se deslocaram de diferentes pontos da colônia e do Reino tendo por objetivo minerar ouro, enriquecer-se ou, na pior das hipóteses, melhorar substancialmente sua condição financeira e voltar a seu local de origem<sup>36</sup>.

Com esse objetivo, pessoas com índoles, hábitos, culturas e caracteres diferentes viam nas Minas a oportunidade única do enriquecimento. Foram sobretudo homens solteiros e sem família que inicialmente se dirigiram para as Minas, em grande parte com poucos recursos, esperançosos de que a faina aurífera lhes mudasse a sorte.

De acordo com Boxer (2000), o acesso à riqueza através da mineração foi uma realidade alcançada por uma minoria; na verdade, foram poucos aqueles que fizeram fortuna com a mineração do ouro. Desde o início da exploração aurífera, o critério utilizado para a distribuição das datas (lotes) era a quantidade de escravos; desta forma, quanto mais escravos o indivíduo possuísse, maior seria a extensão de seu lote. Levando-se em conta que o escravo era uma mercadoria cara, somente os grandes senhores possuíam vários cativos e, em consequência, as maiores extensões de terras minerais.

Ainda segundo esse autor, na primeira metade do século XVIII, mais da metade das lavras encontravam-se subdivididas em menos de 1/5 dos proprietários de escravos. Os demais senhores possuíam, em média, 3 (três) escravos. Poucos indivíduos possuíam elevado número de escravos e lavras nas Minas, fatores que indicam o caráter restritivo da distribuição e do acesso à riqueza.

---

<sup>36</sup> Uma parte considerável das idéias e considerações contidas nessa seção foram extraídas de: , Barbosa (1979); Souza (1982); Boxer (2000)

A sociedade mineira dos Setecentos era composta basicamente por dois extremos: senhores e escravos, bem definidos em seus papéis na estrutura social da Capitania. Concomitante a essa estrutura básica havia ainda duas classes prioritariamente urbanas. A primeira era formada por altos funcionários da Coroa, militares de maior patente, comerciantes e pelo clero<sup>37</sup>. A outra era composta por uma grande gama de aventureiros e despossuídos que se dirigiram para a Capitania e acabaram formando uma grande camada fluida intermediária, que exerceram diferentes papéis dentro da realidade das Minas (SOUZA, 1982). Essa camada foi caracterizada por Souza da seguinte maneira:

A camada dos desclassificados ocupou todo o “vácuo imenso” que se abriu entre os extremos da escala social, categorias “nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização”. Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui **estrutura social configurada**, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser anti-econômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio).(SOUZA, 1982, p. 63, grifos da autora).

A capitania de São Paulo e das Minas de Ouro, desde seus primórdios, mostrou-se uma sociedade extremamente desigual não somente pelo fato de ter privilegiado os possuidores de recursos e cativos, em detrimento dos despossuídos e pobres, mas também pelo tratamento brutal e explorador que realizava com os homens e mulheres trazidos do continente africano. Como citado anteriormente, os aventureiros, tanto do Reino como da colônia, vieram para as Minas sem família e aqui, devido à ausência de mulheres brancas, acabaram se unindo às negras, fato que fez com que a população de mestiços aumentasse rapidamente.

De acordo com o censo de 1776, a população total da capitania das Minas Gerais apresentava a seguinte composição étnica, representada no Gráfico 1:

---

<sup>37</sup> Ver salgado, (1985). Relação Sistemática de Cargos e Órgãos

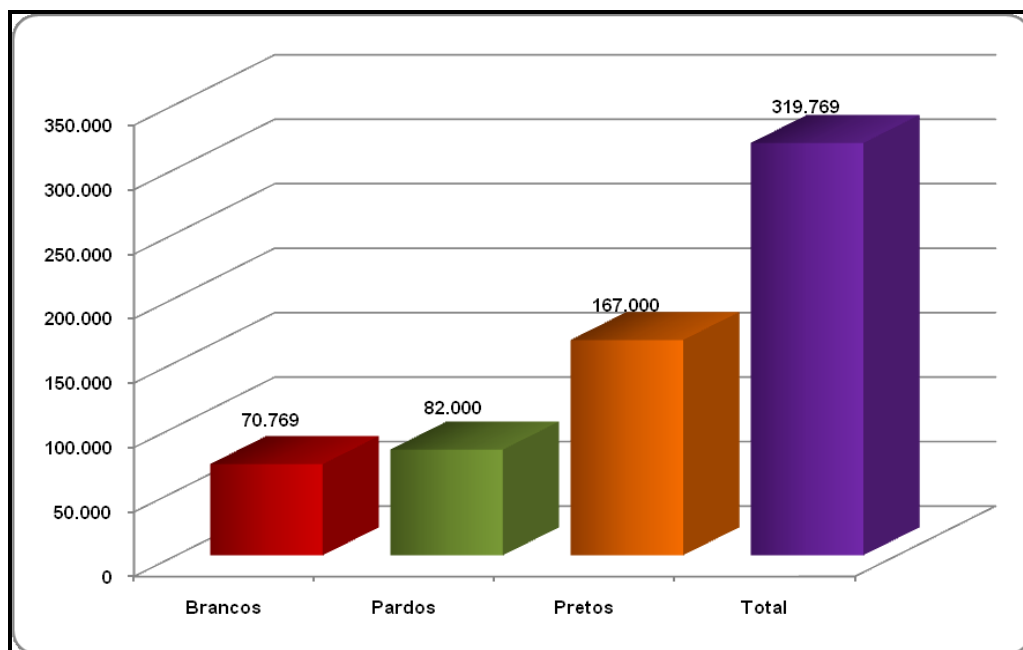


Gráfico 1: População total da capitania das Minas Gerais  
Fonte: MARTINS, 1995, p.145

A superioridade numérica da população não-branca seria uma característica da Capitania em todo o Setecentos. Pode-se concluir do Gráfico 1 acima que, às vésperas da Inconfidência Mineira, a população branca totalizava 22,13 % da população, enquanto pardos correspondiam a 25,64 % e pretos 52,22 %. A soma das categorias pardos e pretos, nesse trabalho denominada de população negra<sup>38</sup>, correspondia a 77,86 % do total populacional, Gráfico 2

<sup>38</sup> Utilizou-se nesse pesquisa o critério adotado pelo IBGE que para efeitos estatísticos aglutinou as categorias pardos e pretos em uma única categoria denominada negra. Maiores informações podem ver: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1999).

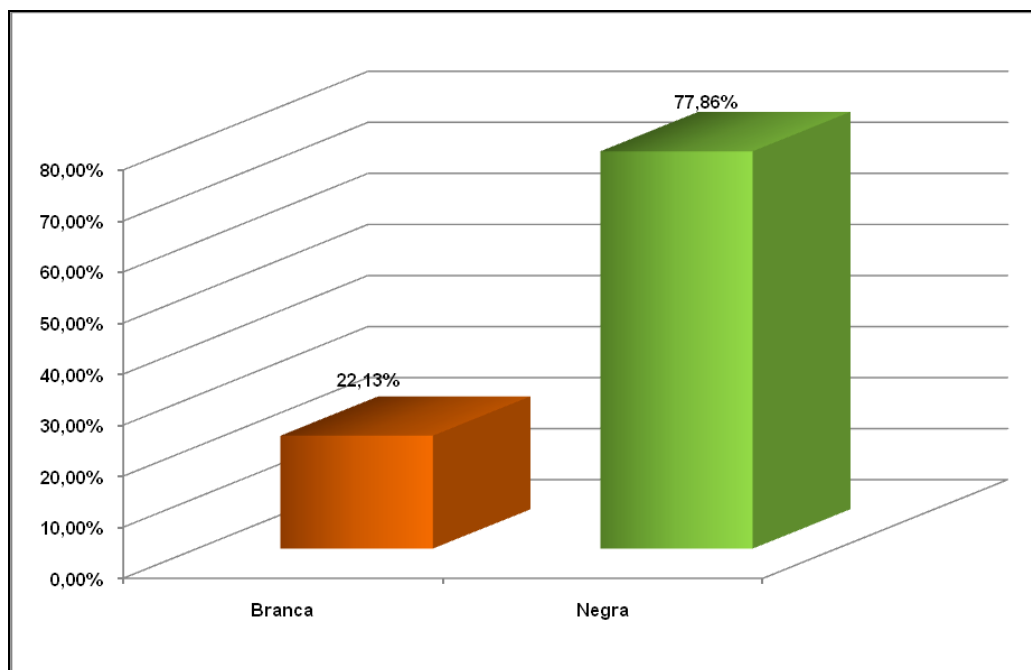


Gráfico 2: População Negra e Branca da Capitania das Minas Gerais Setecentista  
Fonte: MARTINS, 1995, p.145

Segundo Martins (1995), entre os anos de 1716 a 1776, foi gerado na Capitania das Minas o maior número de mestiços de toda a América (MARTINS, 1995),<sup>39</sup> fato que não agradava à Metrópole nem a seus representantes, uma vez que a mestiçagem inspirava medo, fruto de uma humanidade nova, encoberta pelo preconceito. Nos primeiros anos da capitania mineira, mulheres brancas eram quase inexistentes e as negras, praticamente de exclusividade dos homens brancos, atingiram grandes cifras, o que fica claro com o relato de Antonil.

Por um negro bem feito, valente e ladino, trezentas oitavas. Por um mulato de partes, ou oficial, quinhentas oitavas. Por uma mulata de partes, seiscentas e mais oitavas. Por uma negra ladina cozinheira, trezentas e cinquenta oitavas. Por um cavalo sendeiro, cem oitavas. (ANTONIL, 1976, p. 171).

Do relato acima, pode-se concluir que, quanto mais clara a tonalidade da pele, maior o valor do escravizado, uma vez que a mulata e o mulato têm uma valorização, no relato de Antonil (1976), maior que a do negro e da negra, entendidos como pretos.

<sup>39</sup> Ver Capítulo III: A Formação Étnica das Minas Gerais.

Verifica-se que os cativos do garimpo praticamente não tinham acesso às mulheres negras, uma vez que essas eram direcionadas aos brancos e, com o passar do tempo, aos pardos e forros. A ausência das mulheres nas senzalas é outro fator que pode ser entendido como dificultador para esses homens alcançarem mulheres quando em cativeiro. Acredita-se que os escravizados do garimpo teriam mulheres e gerariam filhos somente quando fugidos e refugiados em quilombos, locais onde se uniriam às negras aliciadas e índias. Auguste de Saint-Hilaire, viajando no século XIX pela região que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro, fez o seguinte relato dos indígenas que habitavam aquela região:

À exceção de um ou dois indivíduos, não vivia na aldeia do Rio das Pedras, indígena de raça pura. Quase todos eles são fruto de uma mistura da raça americana com os negros. Sua pele, muito mais escura que a dos índios, é praticamente negra; têm o peito largo, o pescoço curto e grosso, quase sempre acrescidos de um enorme bócio; as pernas não são finas como as dos índios, a cabeça é grande e angulosa, e o nariz desmesuradamente chato; os olhos são amendoados, mas menos afastados um do outro que os índios de raça pura, e os lábios não são tão grossos quanto os dos negros; têm barba e usam os cabelos compridos, os quais são bastos, muito duros e no entanto crespos. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 129).

Ainda de acordo com o relato de Saint-Hilaire (1975), a miscigenação entre negros e indígenas deve ter se dado durante o processo de pacificação dos índios Caiapós, realizado pelo coronel Antônio Pires de Campos no início da década de 1740, acompanhado de índios de diferentes nações (Fig.3), principalmente Bororos e Parecis. Após vencer os Caiapós, Antônio Pires recebeu terras do governo que se estendiam do Rio Paranaíba ao Rio Grande, onde fundou a aldeia do Rio das Pedras. Antônio Pires era grande possuidor de escravos, que teriam se unido às índias, formando o contingente de índios mestiços sobre o qual relata Saint-Hilaire (1975).



Figura 3: Índios Botocudos  
Fonte: COSTA, 2004, p.65

Segundo Amantino (2001), o sertão, entendido como as terras não ocupadas efetivamente pelo poder colonial, seria um local perigoso, mas cheio de riquezas. O Sertão do Campo Grande era uma extensa faixa de terra que não apresentava localização precisa, que se encontrava entre as Capitânicas de Minas Gerais e Goiás, num lugar também conhecido como Sertão da Farinha Podre. Essa região habitava o imaginário popular com imagens de grandiosidade marcada por serras elevadas, grandes extensões de terras, rios caudalosos, mas também por inúmeros obstáculos à ocupação, como os ataques de quilombolas e indígenas (Fig.4), e a existência de inúmeros insetos que dificultavam o avanço e a vida na região.



Figura 4: Botocudos, Puris, Patachós e Machacalis  
 Fonte: DEBRET, 1971, citado por AMANTINO, 2001, p. 58

Ainda de acordo com Amantino (2001), existem duas idéias antagônicas da percepção da população sobre o sertão. Em primeiro lugar, era entendido como região de novas oportunidades, com terras a serem desbravadas e conseqüentemente ocupadas; local de possibilidade de descobrimento de ouro ou gemas preciosas, fato que poderia levar a um enriquecimento rápido. Por outro lado, estava também associado à existência de doenças tropicais, como febres do sertão, às guerras com indígenas e negros aquilombados, às precárias condições de vida, insegurança e morte.

Existem documentos que nos permitem evidenciar uma aproximação entre negros e indígenas convivendo na estrutura do quilombo, como o relato de um ataque realizado a um quilombo de Minas Gerais.

atacando um quilombo de negros saíram ao encontro uma grande porção de gentios que instantaneamente os rebateu com um grande número de flechas na qual ficaram três capitães do mato feridos, dois com duas flechas presas no pescoço e com grande perigo de vida (APM, SC 1760, p.7) (AMANTINO, 2001, p.158)

A documentação histórica apresenta elementos indicando que a convivência entre negros e índios não ocorreu somente nas terras mineiras, mas se entendeu para outras regiões do império português, com é o caso do ataque realizado ao Quilombo do Piolho em Mato Grosso, em 1795.

À bandeira impressionou também a fartura do quilombo: grandes plantações de milho, feijão, mandioca, amendoim, batata, cará e outros tubérculos. [...] Na devassa que se procedeu na região foram presos: 06 (seis) negros, 08 (oito) índios, 19 (dezenove) índias, 10 (dez) caburés, 11 (onze) caburés fêmeas. (VOLPATO, 1996, p.224).

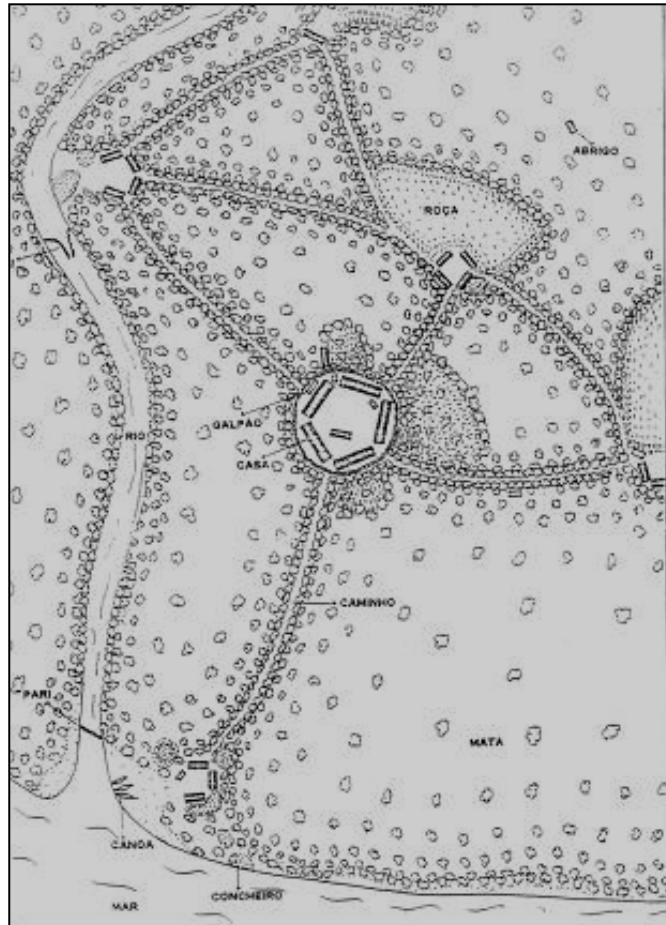


Figura 5: Tecoaba  
Fonte: ASSIS apud Amantino (2001)

Estudos realizados por Amantino (2001), sobre os indígenas de Minas Gerais revelam que as aldeias dos Tupinambás apresentavam localização e organização interna semelhantes aos quilombos catalogados pela expedição comandada por Ignácio Corrêa Pamplona, na segunda metade dos setecentos (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988). O “Tecoaba” (Fig.5) seria constituído de uma área residencial cercada por uma paliçada e áreas externas destinadas a prática da agricultura, pescas e demais atividades.

De acordo com a análise sobre as aldeias Tupinambás, elas possuíam um “território de domínio” formado por diferentes áreas específicas bem delimitadas - o tecoaba. Neste viveria um grupo com parentesco, alianças e interesses comuns. (AMANTINO, 2001, p.162).

Ignácio Corrêa Pamplona<sup>40</sup> realizou uma extensa expedição ao sertão do Campo Grande. Fora incumbido, pelo governador, de desbravar terras, expulsar indígenas hostis e quilombolas, além de estabelecer a fixação da população na região do Campo Grande. Procurava-se, dessa forma, estender a ordem colonial a terras que até então encontravam-se dominadas por elementos considerados bárbaros pelo sistema.

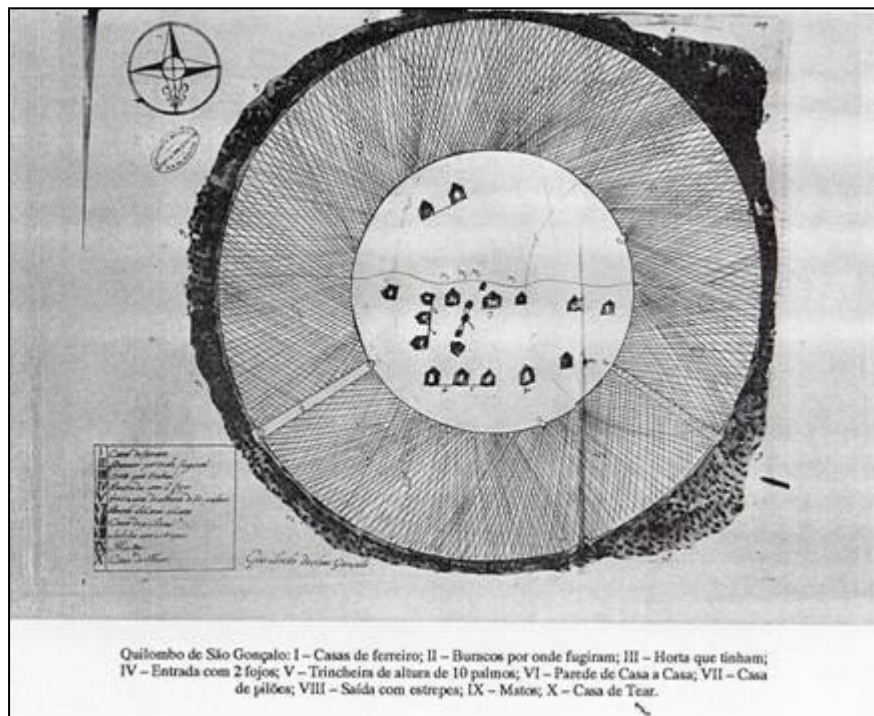


Figura 6: Quilombo de São Gonçalo  
Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988

Esse desbravador deixou um detalhado diário do cotidiano de sua missão e uma coleção de mapas e croquis dos quilombos encontrados. Tais documentos serão apresentados e discutidos no decorrer do capítulo 4 deste trabalho, mas eles

<sup>40</sup> Maiores informações sobre a expedição realizada por Ignácio Corrêa Pamplona podem ser consultadas em Souza (1996); Anais da Biblioteca Nacional, v. 8, 1988.

já nos permitem fazer aqui algumas considerações. Tomando-se por base o esboço do Tecoaba e do Quilombo de São Gonçalo (Fig.6), pode-se observar que ambos localizavam-se no interior da mata, em locais estratégicos e de terras férteis, próximos a cursos d'água e fortificados.

Não se defende, nessa investigação, que índios e negros tenham sempre convivido pacificamente ou que existisse uma aliança formal entre eles. O fato de o tecoaba e o quilombo apresentarem uma estrutura espacial onde são identificadas semelhanças pode indicar trocas culturais advindas da convivência entre esses grupos, assim como pode ser também resultado das práticas culturais africanas adaptadas à realidade brasileira da época, práticas que se assemelhavam à estrutura de defesa dos povos indígenas.

Não se pode negar o fato de que negros e indígenas foram oprimidos pela escravização e pelo avanço da colonização, o que, em alguns momentos, pode ter contribuído para a ajuda mútua, a convivência e a troca cultural entre ambos.

### *2.1.1 A Condição das mulheres negras e pobres nas Minas Setecentistas*

De acordo com os estudos realizados por Souza (1982), as mulheres que não pertenciam à camada economicamente dominante acabaram, em muitos casos, sendo expostas a diferentes tipos de exploração, principalmente aquelas na condição de escravizadas ou livres extremamente pobres. Desta forma, a prostituição foi uma constante em todo o Ciclo do Ouro nas Minas. Acredita-se que os primeiros tempos das Minas, marcados pelo grande afluxo de homens e pela ausência de mulheres, tenham sido um período propício para o desenvolvimento desse tipo de atividade. Muitas prostitutas foram atraídas pelo ouro e pela possibilidade do pleno desempenho da função; outras adotaram esse gênero de vida devido às difíceis condições de sobrevivência enfrentadas na região; e havia ainda aquelas que, sendo cativas, foram obrigadas por seus senhores e senhoras a se submeter a esse ofício. São muitos os exemplos da exploração sexual das cativas por seus senhores:

Manuel da Silva, morador no Campestre, freguesia de Itaubira, era “público e escandaloso consentidor” de que suas escravas fossem malprocedidas e se dessem a homens; com as atividades de uma delas, chegava a angariar semanalmente uma oitava e meia, e costumava dizer que gostaria imensamente “que os negros se convertessem em negras, porque lhe rendiam mais os jornais”. (SOUZA, 1988, p.181).

Um fato marcante das minas setecentistas é o número considerável de mulheres mantenedoras de famílias. Pesquisa realizada por Donald Ramos e citada por Mello afirma que, “de todos os fogos<sup>41</sup> arrolados, 45% eram dirigidos por mulheres, sendo que em 83,1% destes casos, elas nunca haviam se casado.” (SOUZA, 1982, p.144). Ainda segundo essa autora, o casamento, nesse período, era praticamente inexistente para a camada intermediária da população, uma vez que era um ato muito caro. Assim, o concubinato não era encarado como sinal de pobreza, desclassificação ou inferioridade social; não causavam surpresa os relatos de amasiamento, bigamia e, em alguns casos, de promiscuidade sexual. Mas, quando as relações amorosas se rompiam, eram as mulheres que arcavam com o ônus e os frutos das uniões e que, na maioria das vezes, se responsabilizavam pela criação dos filhos e filhas. Essas mulheres eram, em sua grande maioria, negras e mestiças pobres que, sozinhas, mães e solteiras, tinham de alimentar a família com o fruto do seu trabalho, e acabavam esporadicamente recorrendo à prostituição como forma de complementar a renda familiar. Diferente das mulheres, principalmente as pobres e negras, uma parte considerável dos representantes do clero que adentrou as Minas do século XVIII, utilizou-se de sua posição de representante do sagrado para angariar vantagens pessoais.

### 2.1.2 O Clero

Os padres estiveram presentes desde os primeiros momentos das Minas, foram figuras constantes na vida da capitania mas, em grande parte, apresentavam um comportamento muito diferente do ideal de vida esperado dos representantes da Igreja. De acordo com Romeiro e Botelho (2004), a vida marcada pela abdicação

---

<sup>41</sup> Nome utilizado para designar residências

das riquezas materiais e do prazer humano não foi característica de uma parcela considerável dos ditos sacerdotes que se dirigiram para as Minas. Eram acusados de levar uma vida irregular, de envolvimento na manipulação e monopólio do comércio, contrabando, desvio dos quintos reais.

A imunidade eclesiástica de que esses homens gozavam isentava-os da fiscalização nos postos de controle, fato que facilitou a muitos deles contrabandear ouro em pó em imagens de madeira ocas, que ficaram conhecidas nas Minas como “santinhos de pau oco.” (BOXER, 2000, p.76).

Ainda segundo Romeiro e Botelho (2004), nas Minas, o clero era composto principalmente por padres regulares, que eram aqueles integrantes de ordens religiosas masculinas. Os seculares eram aqueles cuja carreira não incluía o ingresso na ordem. O clero secular era composto de um alto clero - bispos, vigários gerais e vigários de vara - e de um baixo clero - párocos e capelães -, ambos subordinados à Coroa e considerados seus funcionários. Para muitos indivíduos, a vida religiosa tornou-se apenas uma forma de sobrevivência. Realizavam outras atividades paralelas, como a agricultura e a exploração de minas. Alguns eram proprietários de escravos e outros ainda viviam em concubinato, sem se preocuparem com as proibições e determinações da Igreja. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, proibiam aos clérigos:

portar armas, andar pelas ruas à noite, comer e beber em tavernas ou freqüentar festas ilícitas; participar de representações em comédias, danças ou festas de cavalos; usar máscaras; jogar cartas e dados; mercadejar ou fazer fianças por ganhos; ter em suas residências mulheres suspeitas; freqüentar mosteiros de freiras; matar, ferir ou espancar alguma pessoa; praticar simonia. (ROMEIRO; BOTELHO, 2004, p.82).

Apesar de tolerar os regulares, a Coroa não autorizou, de maneira efetiva, a instalação das ordens religiosas no território aurífero. No entanto, permitiu a entrada dos franciscanos que, em duplas, podiam ser enviados anualmente às Comarcas de Mariana, Vila Rica e São João Del-Rey, de capuchinhos, beneditinos, jesuítas e irmãs insulinas, além de autorizar a instalação de hospícios. Mas a administração colonial foi restritiva quanto à instalação de escolas e educandários, instituições geralmente administradas por esses religiosos, fato que prejudicou o desenvolvimento da educação na Capitania. (ROMEIRO; BOTELHO, 2004).

Apesar da preferência da Coroa pelos clérigos ligados às ordens religiosas, partes consideráveis dos religiosos mineiros desse período, seculares ou regulares, estiveram envolvidos em atividades ilícitas. Contra eles foram expedidas uma série de ordens de expulsão, principalmente na primeira metade dos Setecentos, e muitas foram as queixas dos governadores sobre a atuação desses sacerdotes. Durante o governo de D. Lourenço de Almeida, uma Ordem Régia, datada de 02 de maio de 1725, determinava que

[...] se faça observar inviolavelmente as ordens reais que há sobre a expulsão dos religiosos das terras de Minas, não se os consentindo nelas, e que os faça voltar logo para os seus conventos caso cheguem às mesmas Minas, aonde certamente os não leva o espírito de missionarem, mas de granjearem muitos interesses, vivendo sem religião e com muito distraimento em seus costumes. (ROMEIRO; BOTELHO, 2004, p.81).

Ao que parece, grande parte do clero da primeira metade do século XVIII esteve envolvida em atividades como o contrabando de ouro, o alcoolismo, jogatinas, truculência e o concubinato, como é apontado por Mello (1982):

João Fernentier”, e que, ao mesmo tempo, andava com uns rapazinhos dos quais o maior teria no máximo doze anos -; violentos - como o padre Bartolomeu, que além de andar “com sua catana à cinta, e pistolas, e chapéu branco”, costumava descompor os homens do púlpito e apontar com o dedo para alguns. (SOUZA, 1982, p. 175).

O concubinato ocorreu com freqüência entre os moradores da Capitania. No clero, esse fato não foi diferente:

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Arouoca, o Padre Felipe Teixeira Pinto foi culpado em primeiro lapso de andar concubinado com uma escrava preta chamada Ana, e também “por sair a bailar com uma mulatinha que lhe levaram à casa”. O padre Manuel Serrão namorava Potência Leite, mulher de Manuel Cabral, e ela tinha disso grande orgulho [...]. O padre Antônio Soares, havia muitos anos que andava amancebado com a bastarda Maria Pais, com quem tinha filhos [...] (SOUZA, 1982, p. 176).

Não se pode generalizar, afirmando que todos os representantes do clero que adentraram as Minas na primeira metade dos Setecentos tenham sido marcados pelo desvio de conduta e caráter, mas os levantamentos históricos indicam que os sacerdotes de conduta ilibada formaram nas Minas uma minoria.

O controle das pessoas e do território, a consolidação e aperfeiçoamento dos mecanismos burocráticos e fiscais foram desafios imediatos impostos à administração colonial e aos primeiros governadores das Minas Gerais.

### *2.1.3 Administração colonial e os governadores das Minas Setecentistas*

O estabelecimento de núcleos urbanos foi um fator fundamental para a instalação da burocracia que, por sua vez, era indispensável ao funcionamento do aparelho de governo responsável pela fiscalização dos metais preciosos e pelo recolhimento de impostos. Com vistas a atingir esse objetivo e obter sucesso nessa empreitada, Portugal lançou mão de todos os possíveis elementos e mecanismos.

Segundo Barbosa (1979), D. Antônio de Albuquerque, primeiro governador da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro, além de pacificar a região, realizou um indispensável trabalho urbanizador, uma vez que lançou as bases para a instalação da burocracia administrativa e fiscal, com a inauguração da Vila Real de Nossa Senhora do Carmo - Mariana; Vila Rica de Albuquerque - Ouro Preto; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição - Sabará, todas elas no ano de 1711, conforme citado no capítulo I. Seu trabalho teve continuidade com “D. Brás Baltazar da Silveira, segundo governador da Capitania, que tomou posse em 31 de agosto de 1713” (BARBOSA, 1979, p. 600) e foi fundador da Vila de São João Del Rey, em 1713; Vila de Nossa Senhora da Rainha - Caeté; Vila do Príncipe - Serro, em 1714, e a Vila de Pitangui em 1715. Foi ele o responsável, em 1714, pela criação das três primeiras comarcas da Capitania: “Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes”. (COSTA, 2004, p. 112).

Regularizar o pagamento dos quintos do ouro foi o grande desafio do governo de D. Brás, que criou uma série de juntas visando à normalização desse pagamento. (BARBOSA, 1979)<sup>42</sup>. Em abril de 1777, após definir os limites das três comarcas, passou a realizar uma série de reuniões entre as vilas das comarcas, com o objetivo de definir o valor do imposto a ser pago à Coroa. Nessas reuniões, ficou estabelecido que a forma de tributação do ouro consistiria no pagamento de uma

---

<sup>42</sup> Ver D. Brás Baltazar da Silveira.

taxa anual, que seria dividida em cotas proporcionais à produção aurífera de cada comarca. As Câmaras das vilas ficariam responsáveis pela arrecadação do imposto. O termo quinto não significou, necessariamente, a quinta parte ou 20% da produção do ouro, como usualmente se entende. “O quinto assumiu o significado de imposto sobre o ouro ou cota sobre o ouro, podendo ou não corresponder ao limite de 20%.” (CAMPOLINA, 1998, p. 83).

Segundo Boxer (2000), foi proposta uma cota de trinta arrobas a serem divididas entre as Câmaras. Caso as trinta arrobas não fossem alcançadas, os camaristas poderiam complementá-las, cobrando um imposto sobre o gado e com direitos de entradas, que consistia no imposto cobrado sobre cargas, gado e escravos que transitassem pelos caminhos. A proposta foi aceita pelo governador, porém recusada pelo Rei, que determinou a cobrança dos impostos régios pelo sistema de bateias. Esse sistema estipulava a cobrança de uma taxa de dez oitavas de ouro por bateia ou por escravo. (ROMEIRO; BOTELHO, 2004)<sup>43</sup>

A intransigência do Rei no tocante à cobrança dos impostos causou uma revolta entre os mineiros, que eclodiu em 1715 no termo de Caeté, num levante contra a cobrança do novo imposto. Temeroso de que a revolta se alastrasse, “D. Brás ordenou o retorno das trinta arrobas e o perdão dos revoltosos”. (BOXER, 2000, p. 212).

De acordo com Barbosa (1979), D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, foi o segundo governador da Capitania. Contava com 29 anos de idade quando chegou às Minas, em dezembro de 1717, permanecendo até 1720, e a ele foi novamente incumbida a missão de instalar as casas de fundição. No dia 18 de julho de 1719, seguindo instruções da Coroa, o Conde de Assumar publicou uma proclamação “anunciando que as fundições que deveriam receber o ouro e retirar o quinto seriam abertas no dia 23 de julho do ano seguinte, em Vila Rica, Sabará, São João Del Rei e Vila do Príncipe.” (BOXER, 2000, p.213). A publicação foi seguida de inúmeros boatos mentirosos, mas o que os mineiros de fato sabiam é que, com a instalação das casas de fundição, eles teriam de se submeter a longas viagens realizadas por caminhos irregulares, ficando à mercê de uma burocracia incompetente e corrupta.

Diante das adversidades que acometeriam os mineiros com a instalação das fundições, alguns potentados mineiros aproveitaram-se do contexto e, agindo em

---

<sup>43</sup> Ver referências à palavra “Quintos”

proveito próprio, começaram a instigar os mineiros a se revoltarem contra a nova forma de tributação. Assim, começaram a ocorrer distúrbios em algumas localidades, que foram sufocados pelas tropas de Assumar.

Ainda segundo Barbosa (1979), os maiores interessados na desestabilização do governo eram os portugueses Sebastião da Veiga Cabral, que queria ser o governador a qualquer custo, Manoel Mosqueira Rosa, que desejava voltar ao cargo de ouvidor, do qual foi afastado por corrupção; Pascoal da Silva Guimarães, grande potentado, considerado o homem mais rico das Minas. Mas, uma vez iniciado o movimento, sua direção foi tomada pelo tropeiro Felipe dos Santos.

O levante ocorreu em 1720 e o estopim parece ter sido a grande insatisfação com o ouvidor de Vila Rica, Dr. Martinho Vieira, caracterizado como inflexível, déspota, sendo objeto de grande impopularidade e repulsa. Na noite de 28 para 29 de junho de 1720, uma turba invadiu e saqueou a casa do magistrado, manifestando-se contrária à instalação das casas de fundição e da moeda por parte da Coroa. Três dias depois, cerca de mil e quinhentos homens marcharam até a Vila de Ribeirão do Carmo, entregando ao governador uma lista de reivindicações, dentre elas a não instalação das casas de fundição e da moeda, além da concessão do perdão real aos revoltosos. Assumar concordou com todas as reivindicações para ganhar tempo e reunir elementos para dominar a situação. (BARBOSA, 1970).

Não se sabia exatamente quem eram os líderes do levante, uma vez que os brancos presentes estavam sempre mascarados. Mas o governador, fazendo uso de sua rede de amizades, conseguiu descobrir, através de investigações, os responsáveis pelo levante em Vila Rica. Assim, em 14 de julho de 1720, marchou à frente de um exército de um mil e quinhentos homens e ocupou Vila Rica, capturou os líderes do levante que, após desfilarem em via pública, foram levados presos para o Rio de Janeiro. Felipe dos Santos foi preso, recebeu julgamento sumário, fato que extrapolava a competência do governador por tratar-se de homem livre e branco. No entanto, foi condenado à morte, “sua cabeça foi afixada no pelourinho de Vila Rica e seu corpo foi esquartejado e deixado à beira das estradas” (BOXER, 2000, p.213). Pascoal da Silva, juntamente com seus amotinados, tiveram suas casas queimadas e a localidade passou a ser chamada de Morro da Queimada.

Apesar de ter dominado o levante e imposto sua autoridade aos moradores das Minas, Assumar não insistiu na instalação das casas de fundição e da moeda,

retornando mais uma vez ao antigo sistema de contribuição de trinta arrobas anuais. É marcante observar que, nas Minas, o cumprimento da lei esteve estritamente ligado ao exercício da violência, que se reflete em prisões, torturas e penas capitais. A justiça é mais severa com aqueles desprovidos de propriedades e poder, ou seja, os remediados ou pobres. No levante de 1720, nota-se que a maioria dos líderes foi presa, mas somente Felipe dos Santos padeceu de pena capital, pois apesar de branco e livre, os fatos indicam, que era um indivíduo sem posses.

Assumar também enfrentou os motins de Pitangui, que consistiram numa série de movimentos ocorridos entre 1717 a 1719, na Vila de Pitangui, tendo como objetivo a constituição de um pólo de poder local, negando-se a aceitar a jurisdição das autoridades metropolitanas. (ROMEIRO; BOTELHO, 2004).<sup>44</sup> Os motins também estiveram ligados à insatisfação da população quanto ao pagamento do quinto:

Além de liderarem os moradores da Vila na recusa ao pagamento da taxa, os potentados de Pitangui concentraram recursos de poder suficientes para desafiar os ministros metropolitanos, negando-se a aceitar a sua jurisdição, e investir de autoridade homens da comunidade, gerando um contexto típico de soberania fragmentada. (ANASTASIA, 1988, p.89-90).

O Conde de Assumar foi o segundo e último governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, uma vez que, pelo alvará de 02 de dezembro de 1720, foi determinada a criação de governo próprio para a Capitania de São Paulo, separado de Minas Gerais. (BARBOSA, 1979, p. 602). Segundo esse autor, o primeiro governador nomeado para a nova Capitania das Minas foi D. Lourenço de Almeida. Tomou posse em agosto de 1721 e estabeleceu Vila Rica como capital da Capitania. D. Lourenço ainda encontrou a população das Minas muito hostil à proposta de instalação das fundições. As Câmaras Municipais, a fim de evitar a instalação de tais equipamentos, propuseram a elevação dos quintos reais de trinta para trinta e sete arrobas e, mais tarde, para cinqüenta e duas. O governador inicialmente aceitou a proposta das Câmaras e solicitou a Lisboa que também a aceitasse. A Coroa, porém, ordenou a instalação da Casa da Moeda e das fundições.

Segundo Boxer (2000), D. Lourenço parece ter sido um homem mais convincente e astuto que seu antecessor, uma vez que, apesar de toda a

---

<sup>44</sup> Os Motins de Pitangui constituíram o que Anastásia (1998) designou de “soberania fragmentada” em que a população da vila apoiada pela Câmara e por potentados locais se recusou a pagar os quinto reais. Ver Anastásia (1998), Cap 4 Gente Intratável: os motins do Pitangui.

insatisfação popular com as fundições, conseguiu instalar uma Casa da Moeda e a Fundação de Vila Rica, em fevereiro de 1725. Duas novas fundições foram instaladas, respectivamente, em julho de 1734, em Sabará e em São João Del Rey, locais onde os quintos passaram a ser recolhidos. O governador baixou o valor dos quintos de vinte para doze por cento em 1730, fato que aumentou a quantidade de ouro entregue. Mas a Coroa, faminta em ver seus lucros aumentarem, restaurou o valor antigo em 1732.

Foi no governo de D. Lourenço que ocorreu a descoberta oficial dos diamantes no Serro Frio e, já em 1726, alguns diamantes chegaram às mãos do governador<sup>45</sup> que só comunicou o achado à Coroa em 1729, depois de ter reunido o maior número possível de gemas e de a notícia do descoberto já ter se espalhado por diferentes pontos da Capitania. A Coroa repreendeu severamente D. Lourenço por não haver comunicado a descoberta com antecedência, uma vez que diamantes trazidos do Brasil por passageiros dos navios estavam chegando a Portugal há dois anos. A Coroa ainda determinou uma série de medidas que limitavam a mineração, o trânsito de pessoas e o comércio na região. A principal povoação da região era a Vila do Príncipe, que “rapidamente foi superada em importância e população pelo Arraial do Tejuco”. (BOXER, 2000, p. 229).

De acordo com Romeiro e Botelho (2004), após onze anos no cargo de governador, D. Lourenço de Almeida foi substituído por André de Melo e Castro, Conde das Galvêas, em setembro de 1732. Nesse período, a Coroa, ansiosa em aumentar sua arrecadação fiscal, planejava a instauração de um novo imposto, denominado taxa de capitação, proposto por Alexandre de Gusmão, secretário particular do Rei. As Câmaras das Minas Gerais, contrárias à idéia do novo imposto, alegando que a nova taxa causaria grande prejuízo em toda Minas Gerais, propuseram, em março de 1734, aumentar a contribuição anual dos quintos para cem arrobas de ouro. O governador aceitou a proposta das Câmaras, enviando-a para a apreciação da Coroa, que a rejeitou.

O novo imposto incidiria sobre um número maior de pessoas e não somente sobre os mineiros: “pelo sistema de capitação, o quinto deveria ser pago sobre cada escravo, isto é, per capita.” (CAMPOLINA et al., 1998, p.89). Ainda segundo

---

<sup>45</sup> Maiores informações sobre a postura de D. Lourenço e a descoberta de diamantes podem ser consultadas em Boxer (2000), Cap 8: Distrito Diamantino

Romeiro e Botelho (2004), todos os escravos, de ambos os sexos, de mais de doze anos, eram taxados a um pagamento igual a  $4 \frac{3}{4}$  oitavas de ouro por indivíduo, equivalente a 17 gramas de ouro sobre cada escravo empregado nas diversas atividades econômicas da Capitania e incidia sobre os ofícios, lojas, vendas e hospedarias. Negros, mulatos e mestiços livres, que não tivessem escravos próprios, também eram obrigados a pagar taxa de capitação sobre si mesmos. A taxa da capitação deveria ser paga em duas prestações, a primeira no dia 15 de março e a segunda no dia 15 de setembro; se atrasassem um só dia, e se algumas semanas se passassem sem que eles conseguissem encontrar a quantidade necessária em ouro, seus escravos, mercadorias ou objetos de uso pessoal podiam ser tomados em substituição ao valor em débito. Segundo Boxer (2000), a taxa da capitação mostrou ser altamente impopular, pois incidia com maior rigor sobre os pequenos proprietários do que sobre os ricos, uma vez que os mineiros, cujos escravos tinham sorte na lavagem do ouro, pagavam sobre cada escravo a mesma quantia que pagavam os outros mineiros, cujos escravos pouco ou nada ganhavam - e esses formavam a grande maioria. Da mesma forma, os donos das lojas, oficinas e hospedarias que não davam lucros, pagavam as mesmas taxas impostas sobre aqueles que retiravam grandes proventos de seus estabelecimentos.

Fazendeiros e lavradores tinham que pagar não só imposto sobre as safras, mas também os quintos sobre seus escravos, sofrendo, dessa maneira, dupla taxação. Numerosas mulheres foram obrigadas a recorrer à prostituição a fim de conseguirem recursos para pagar a capitação.<sup>46</sup>

Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, conselheiro do Rei, militar apegado à disciplina, “tomou posse como Governador das Minas Gerais em 08 de maio de 1735” (BARBOSA, 1979, p. 603) e, em julho, deu início à cobrança da capitação, que prevaleceu nas Minas até dezembro de 1750. De acordo com Barbosa (1979), Gomes Freire ainda acumulou o governo das capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e de todo o sul do Brasil. Permaneceu à frente do governo da Capitania por aproximadamente trinta anos, seja pessoalmente ou através de interinos. Foi um homem marcado pela grande dedicação ao serviço da Coroa pois, além de acumular os governos de toda porção sul do Brasil, ainda exerceu o papel de Comissário da Coroa Portuguesa, empenhando-se no trabalho

---

<sup>46</sup> Para maiores informações consultar Boxer (2000) Cap 7: Vila Rica do Ouro Preto.

de demarcação territorial do sul do Brasil.

Ainda segundo esse autor, durante seu governo, Bobadela tratou de efetivar a dominação da porção sul do território de Minas Gerais, local de descobertas de ouro que acabaram sendo focos de disputas entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo. Ainda sob sua administração, iniciou uma série de medidas administrativas e militares que visavam destruir as comunidades de negros e quilombos que se espalharam por amplas áreas da Capitania ainda não povoadas, conhecidas como sertão ou Campo Grande, fato que Martins (1995) denominou de “Guerras do Campo Grande”. Gomes Freire governou a Capitania de Minas Gerais no período de 1735 a 1763, ano de sua morte. “No final de sua vida, residia no Rio de Janeiro, de onde Governava as Minas Gerais, sem a vitalidade e a energia dos anos anteriores”. (BARBOSA, 1979, p. 605).

Segundo Boxer (2000), Martinho Mendonça de Pina e Proença foi governador interino das Minas no período de 1736 a 1737. Era conselheiro de D. João V. Homem culto e inteligente, foi mandado para o Brasil a fim de ajudar na imposição da taxa de capitação sobre o ouro e diamantes.

José Antônio Freire de Andrade, irmão de Gomes Freire de Andrade, “governou interinamente a Capitania a partir de 1752, devido à ida de seu irmão para o sul do país e, mesmo com o regresso de Bobadela, em 1758, continuou a governar a Capitania”. (BARBOSA, 1979, p. 606).

O grande destaque do governo de José Antônio está no fato de ter sido incansável no trabalho de combate e destruição do Quilombo Grande, que fora reconstruído após a destruição do Quilombo do Ambrósio ou do Campo Grande, assolado, em 1746, por uma expedição ordenada por seu irmão Gomes Freire de Andrade. O Quilombo Grande provocava grande preocupação tanto na administração colonial como na população não-negra, pois temiam que se repetisse nas Minas Gerais um segundo Quilombo dos Palmares.

A preparação do ataque ao Quilombo Grande levou quatro anos de planejamento, medidas administrativas e arrecadações para que pudesse ser efetivado. O governador transferiu provisoriamente o governo da Capitania para São João Del Rey, em 1759, de onde pode acompanhar o desenvolvimento da missão. A expedição foi comandada por Bartolomeu Bueno do Prado e contava com uma tropa de quatrocentos homens que, além do Quilombo Grande, destruíram uma série de

outros quilombos menores, localizados entre as nascentes e curso médio do Rio São Francisco, margens direita e esquerda do Rio Grande, em áreas que atualmente corresponderiam ao sul, sudoeste, centro-oeste mineiros e porção oeste do Triângulo Mineiro, atual Estado de Minas Gerais.<sup>47</sup>

Após a morte de Gomes Freire de Andrada, uma junta governativa administrou a Capitania até outubro de 1763. “D. Antônio Alves da Cunha, o Conde da Cunha, Governador do Rio de Janeiro, passou a acumular a função de Governador da Capitania de Minas Gerais até a posse do novo governador, que ocorreu em dezembro de 1763”. (BARBOSA, 1979, p. 606).



Mapa 5: CARTA GEOGRAPHICA que compreende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Gerais.  
Fonte: MELLO apud COSTA, 2004, p.77<sup>48</sup>

<sup>47</sup> A descrição sobre o planejamento, infra-estrutura, mobilização, abastecimento de tropas e resultados alcançados podem ser consultados em Barbosa (1979) Cap: 4-5

<sup>48</sup> Itinerário da viagem de Luiz Diogo Lobo da Silva, 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, entre Villa Rica e São João Del Rei, no ano de 1763

De acordo com Barbosa (1979), D. Luiz Diogo Lobo da Silva, novo Governador da Capitania das Minas Gerais, trouxe consigo a experiência de ter administrado a Capitania de Pernambuco. Considerava a Capitania das Minas muito pobre, uma vez que a maior parte de seus moradores e escravos ocupavam-se do trabalho nas minas, que já não tinham o mesmo rendimento de antes. Realizou uma extensa viagem pela capitania, tomando posse de descobertos de ouro dentro do território mineiro que haviam sido dados como pertencentes ao Bispado de São Paulo:

os novos descobertos dos rios São João e do Jacuí, São Pedro de Alcântara e Almas, Ribeirão de Santa Ana, Sítio do Desemboque e todos os mais distritos estão compreendidos dentro da demarcação deste governo. O governador, que saíra de Vila Rica em 15 de agosto, dirigiu-se a São João, São João do Jacuí, São Pedro de Alcântara, onde foi lavrado o bando acima; continuou sua marcha, passando por Sapucaí, Campanha do Rio Verde, Baependi, Pouso Alto, Serra da Mantiqueira, Itajubá, Aiuruoca etc., percorrendo 356 léguas de “caminhos desabridos”, numa viagem que durou três meses. (BARBOSA, 1976, p.609).

Ainda Segundo Barbosa (1979), D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, o Conde de Valadares, tomou posse em julho de 1768, com vinte e quatro anos de idade. Procurou impor o cumprimento da lei da manutenção da ordem pública, perseguindo e prendendo aqueles que promoviam desordens, crimes e desmandos, enviando-os à justiça. Preocupou-se com a organização militar, criando companhia de dragões e regimentos de cavalaria, além de promover a exploração e fixação humana na região das nascentes do curso médio do São Francisco. (BARBOSA, 1979, p. 611).

Foi nesse emaranhado de interesses, conflitos e circunstâncias que a sociedade mineira foi formada. A população negra teve papel importante nessa formação social, pois para além do trabalho, ela influenciou a culinária, as artes, a relação com o sagrado e definitivamente a cultura de Minas Gerais.

### 3 AS ÁFRICAS DAS MINAS GERAIS

#### 3.1 Caracterização da população negra

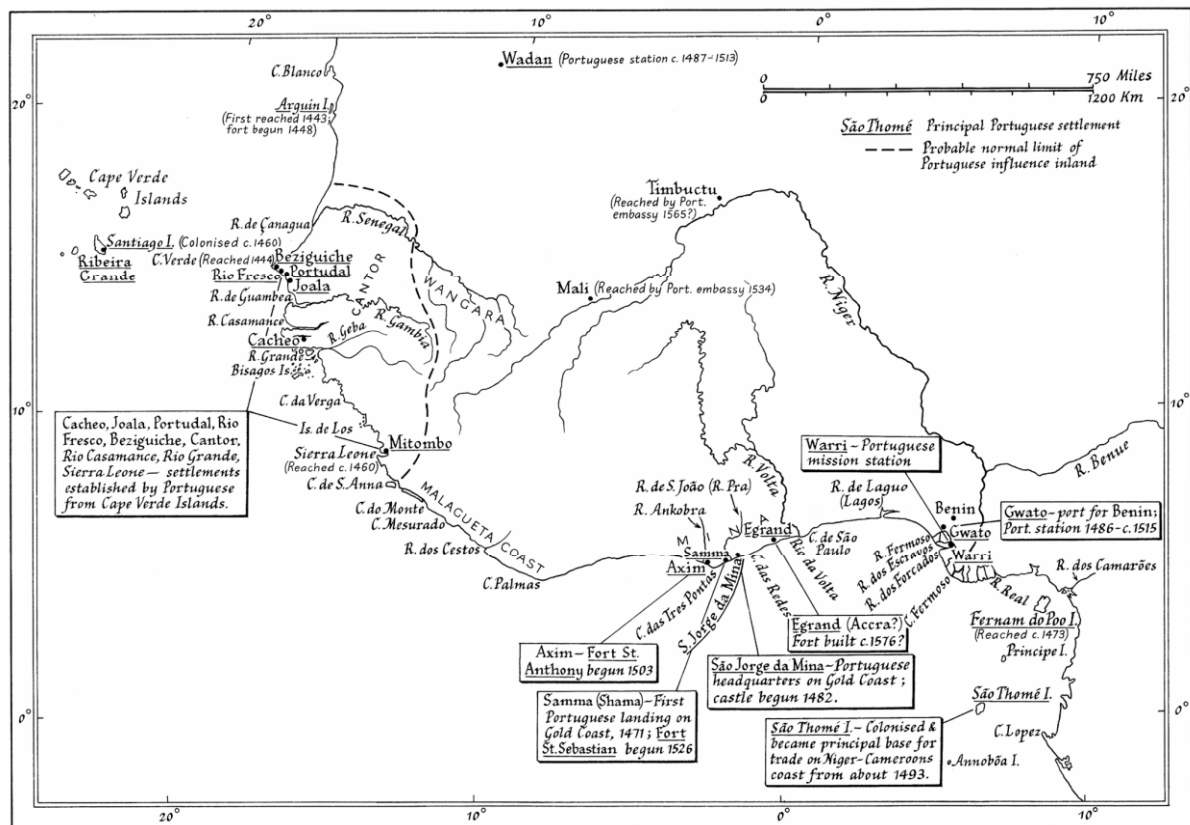
O trabalho escravo representou a base da economia do Brasil colonial. Foram os braços, a energia e o trabalho desses homens e mulheres que, por anos a fio, seja nos campos, nas minas ou cidades, sustentou toda uma sociedade para a qual o trabalho não era sinônimo de dignidade, mas sim uma atividade destinada aos não-brancos<sup>49</sup>.

Os portugueses já estavam presentes no continente africano desde o segundo quartel do século XV<sup>50</sup>. Estabeleceram comércio com algumas nações africanas nas duas costas do continente negro. Na porção ocidental, terá destaque a ampla região do golfo da Guiné, “denominada pelos portugueses de Costa da Mina, essa mesma região é designada de Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos escravos pelos comerciantes de escravos ingleses, franceses e holandeses”. (BOXER, 2000, p.199). As nações existentes nessa ampla região compunham o berço cultural dos povos sudaneses, do grupo lingüístico lorubá, sendo em sua grande maioria Jejes ou Nagôs.

---

<sup>49</sup> Maiores informações consultar Boxer (2000), Cap 1: Império do Atlântico Sul

<sup>50</sup> Maiores informações consultar Meltzer (2004) Cap 25: Gente que veio do céu



Mapa 6: Os Portugueses na África Ocidental

Fonte: FAGE. *An Atlas of African History* apud REZENDE, 2006, p. 40

De acordo com Boxer (2000), os portugueses, apesar de terem estabelecido feitorias e fortes nessa região, a exemplo do forte de São Jorge da Mina (mapa 6), nunca conseguiram subjugar, política e militarmente, os povos da Guiné. Foram favorecidos pelas guerras relacionadas com o enfraquecimento de Ardra e a ascensão do Reino de Daomé que comercializava os povos vencidos, vendendo-os como escravos aos portugueses.

Quando cresce o tráfico de escravos para o Brasil no século XVIII, na Costa dos Escravos, é o reino de Ardra, localizado no litoral, que domina grande parte do território. Aliados ao reino de Ardra, os portugueses estabeleceram-se em Ajudá, onde fazem o comércio de escravos. Na segunda metade do século XVII começa a crescer o reino do Daomé, vizinho do reino de Ardra, que, progressivamente, toma os portos e as rotas de comércio de escravos no interior, até então sobre o controle do reino de Ardra. (SOARES, 2000, p. 70)

A ganância e violência dos governantes daomeanos foi outro fator que muito favoreceu os portugueses, pois esses monarcas tinham tanta ânsia em vender

escravos quanto os portugueses tinham em comprá-los<sup>51</sup>.

A maior parte dos escravos adquiridos pelos portugueses e inicialmente trazidos para o Brasil são originários dessa região. Comprados em Ajudá, no antigo reino do Daomé, atual República do Benin, muitos desses escravos possuíam conhecimento da técnica da mineração do ouro, uma vez que esse minério já era conhecido e explorado nessa região do continente africano.

Segundo Barbosa (1972), os negros na nação Mina eram os preferidos na Capitania das Minas Gerais; acreditava-se que o mineiro não obteria sucesso na exploração de sua lavra sem a presença de uma negra Mina<sup>52</sup>. Os escravizados originários da região da Guiné eram adquiridos pelos portugueses dos chefes locais ou de agentes nas bases comerciais portuguesas ou de outra nação européia. Esses homens e mulheres, pertencentes ao grupo cultural sudanês, eram considerados mais inteligentes e resistentes ao trabalho; muitos eram islamizados, com conhecimento do Corão e domínio da leitura e da escrita, tendo, em alguns casos, um conhecimento maior do que de grande parte da população branca pobre do Brasil<sup>53</sup> e das Minas Gerais setecentistas. Apesar de considerados mais inteligentes, eram tidos também como mais rebeldes e inconformados com a situação de escravização à qual se encontravam submetidos.

No fim dos Quinhentos, o Porto de Luanda já era um importante entreposto comercial, com destaque para artigos como o marfim, cobre, alguns tipos de cera. Porém não existia produto mais lucrativo que o comércio de escravos.

Já se contaram em 52.053 cabeças as embarcadas entre 1575 e 1591, sem que no cálculo estivessem incluídas as peças que, para burlar o pagamento de impostos, não se declaravam, nem as seguiam de contra-bando. (SILVA, 2002, p.415 - 416)

De acordo com Boxer (2000), os escravos dessa região eram adquiridos pela atuação das missões de apreensão portuguesas, que atacavam povoados interioranos, levando cativos seus habitantes, ou pela atuação dos “pumbeiros”, que

---

<sup>51</sup> Maiores informações podem ser consultadas em Rezende (2006) Cap. 1: as relações entre África e Brasil, e suas possíveis influências nas representações propaladas às *nações africanas* em Minas no século XVIII.

<sup>52</sup> Maiores informações podem ser consultadas em Barbosa (1972). Cap. 1: As várias nações africanas vindas para o Brasil.

<sup>53</sup> Maiores informações consultar Silva (2004) Comprando e Vendendo Alcorões no Rio de Janeiro do século XIX

eram comerciantes negros ou mulatos que adquiriram escravos dos chefes das regiões do interior, levando-os para Luanda reunidos em bandos aguilhoados.

Segundo Silva (2002), esses bandos eram conhecidos como “alimbambas” ou “libambos” e consistiam em uma cadeia de ferro com a qual se unia uma fila de escravos presos pelo pescoço. O primeiro cativo era atado pelo pescoço em uma das forquilhas que ia apoiar-se na nuca do segundo, fechando na altura da garganta, amarrando-se os cabos das forquilhas de modo que não podiam se separar. Cada dupla era unida por cordas que lhes amarravam as mãos. Esses indivíduos eram forçados a viajar nessas condições por vários quilômetros até o porto de Luanda, onde eram amontoados em barracões em precárias condições de salubridade, engordados e batizados antes de serem embarcados nos diversos navios que os aguardavam.

Em Luanda, antes do embarque, os cativos eram ordenados em uma unidade de classificação denominada “peça da Índia”. Segundo essa medida, os escravizados eram classificados de acordo com a idade: “um negro de quinze a vinte e cinco anos de idade; de oito a quinze, ou de vinte e cinco a trinta e cinco anos.” (BOXER, 2000, p.32). Uma vez embarcados, os cativos tinham o segundo desafio: sobreviver à travessia do Atlântico, que era feita em navios negreiros conhecidos como “túmbeiros”, nos quais as condições de higiene eram muito precárias e nem mesmo a alimentação básica estava garantida, sendo altos os índices de mortalidade.

Chegando ao Brasil, os cativos eram comercializados como uma mercadoria qualquer, não havendo distinção entre pessoas, animais ou tecidos. Os preços das peças variavam de acordo com a “idade, condição física, sexo e a atividade para a qual se pretendia utilizá-los” (BOXER, 2000, p.32). O tratamento dispensado aos escravizados era muito diferente de senhor para senhor, mas são muitos os relatos de maus tratos tanto na mineração quanto nos campos do Brasil..

### 3.2 Tratamento dispensado aos escravos

Os europeus enxergavam o africano como um ser inferior. Os portugueses, no Brasil, consideravam os negros incapazes. Prova disso é que aos alforriados e libertos era negado o acesso a determinados cargos públicos, que eram reservados aos homens brancos.

Diz José Fernandes Preto que ele está exercendo a ocupação de Juiz de Vintena da Freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco atualmente, com todo o bom procedimento de que a dita ocupação se faz credor; e por se achar findando a Provisão porque exerce a dita ocupação, e para continuar nela carece de nova Provisão para esse efeito. [...] Senhores do Senado. A qualidade do sangue do suplicante, segundo ao que parece, quase condiz com o nome, porque se não é preto, é pardo, e como tal não deve ser provido no requerimento, porque devem ser homens brancos capazes, que tenham respeito para bem cumprirem com as obrigações dos seus ofícios, porque diz a ordenação que a mais votos se façam para estes ofícios os homens bons, e não da qualidade do suplicante, pois não é justo que os homens brancos sejam presos por mulatos, só sim sendo capitães-do-mato; estes os motivos por onde de nenhum modo venho neste requerimento[...]. (CAMPOLINA et al., 1998, p. 22)

Segundo Amantino (2001), a Europa não conseguiu ver o africano como semelhante, mas sim como inferior. Nesse sentido, criou várias imagens negativas sobre a África e seus habitantes, que passaram a povoar o imaginário e a influenciar a relação dos europeus com os povos da África. O etnocentrismo foi uma ferramenta muito utilizada para justificar a dominação, uma vez que essa ideologia permitiu ao europeu classificar os africanos como bárbaros, culturalmente inferiores, sem religião, predestinados à escravidão. Dessa forma, cabia aos europeus civilizá-los, ensinar-lhes o caminho da verdadeira religião. Nesse contexto, a escravidão serviria como uma etapa ou estágio para libertá-los do estado de barbárie no qual viviam.

Duarte Pereira, citado por Amantino (2001, p.85), nos traz uma pequena crônica das primeiras representações criadas sobre os povos africanos. Trata-se de um imaginário envolvido por uma atmosfera etnocêntrica e mítica: “os moradores desta província têm rosto e dentes como cães, e rabos como de cão, e são negros de esquiva conversação, que não querem ver outros homens” [...].

Essas imagens e idéias muito influenciaram os portugueses e, mais tarde, os brasileiros, que estabelecerão uma relação de posse e dominação com o cativo

africano, deixando muito clara a idéia de superioridade dos brancos sobre os negros. De acordo com Amantino (2001), os africanos, na condição de cativos desde o aprisionamento na África até a chegada aos campos, cidades ou minas, foram marcados por relações de violência, pois o cativo, apesar de ser humano, não era um igual, mas sim uma mercadoria que podia ser vendida, trocada, ou descartada.

De acordo com Cláudio Manuel, citado por Martins (1995, p.145), “a tábua dos habitantes da Capitania de Minas Gerais” aponta que a população total da Capitania, em 1776, era de 319.769 pessoas, (Quadro 1) assim distribuídas:

| Homens        |          | Mulheres | Total       |
|---------------|----------|----------|-------------|
| 199.641       |          | 120.128  | 319.769     |
| <b>Branco</b> |          |          |             |
| Homens        | Mulheres | Total    | Porcentagem |
| 41.677        | 28.987   | 70.664   | 20.09%      |
| <b>Pardos</b> |          |          |             |
| Homens        | Mulheres | Total    | Porcentagem |
| 40.793        | 41.317   | 82.110   | 25.67%      |
| <b>Pretos</b> |          |          |             |
| Homens        | Mulheres | Total    | Porcentagem |
| 117.171       | 49.824   | 166.995  | 52.22%      |

Quadro 1: População total da Capitania  
Fonte: MARTINS, 1995, P.145

Observa-se que 80% da população da capitania era composta por negros, termo nesse trabalho entendido como o somatório de pretos e pardos, uma vez que as duas classes estavam submetidas ao regime servil e aos mecanismos de exclusão e discriminação. Se compararmos os dados da população da Capitania

com a Média da População Negra existente em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais - 1735 a 1749 (Quadro 2), percebemos que a população negra é predominante. Como manter o controle sobre uma tão elevada população de negros? Os fatos indicam que, durante o século XVIII, o mecanismo de controle eleito pelos senhores e feitores foi o rigor dos castigos físicos, que vieram acompanhados de ordenamentos jurídicos, batalhões de “homens do mato”, indivíduos especializados na perseguição aos negros fugitivos e no combate aos quilombos e, finalmente, as penas capitais (GUIMARÃES, 1988, p.65).

| Anos           | Vila rica |        | Mariana  |        | Sabará   |        | R. das Mortes |        | Serro Frio |        | Paracatu |        | Sertão   |        |
|----------------|-----------|--------|----------|--------|----------|--------|---------------|--------|------------|--------|----------|--------|----------|--------|
|                | Escravos  | Forros | Escravos | Forros | Escravos | Forros | Escravos      | Forros | Escravos   | Forros | Escravos | Forros | Escravos | Forros |
| <b>1735</b>    | 20.863    | 316    | 26.892   | 176    | 24.284   | 576    | 14.400        | 144    | 10.102     | 208    | -        | -      | -        | -      |
| <b>1738</b>    | 20.985    | 215    | 26.482   | 190    | 28.888   | 491    | 15.314        | 138    | 8.182      | 108    | -        | -      | 2.719    | 38     |
| <b>1741</b>    | 21.311    | 177    | 25.949   | 237    | 22.432   | 204    | 14.315        | 119    | 8.256      | 91     | -        | -      | 1.498    | 7      |
| <b>1744</b>    | 20.945    | 245    | 24.108   | 253    | 21.203   | 228    | 14.807        | 113    | 6.967      | 52     | 5.946    | 56     | 1.349    | 3      |
| <b>1746</b>    | 19.758    | 230    | 22.778   | 234    | 20.598   | 267    | 13.781        | 114    | 6.952      | 50     | 7.392    | 72     | 1.582    | 4      |
| <b>1747</b>    | 18.217    | 214    | 21.708   | 247    | 21.006   | 288    | 13.568        | 122    | 6.956      | 51     | 6.672    | 75     | 1.085    | 4      |
| <b>1749</b>    | 18.516    | 185    | 20.276   | 237    | 20.828   | 282    | 13.713        | 104    | 6.977      | 61     | 5.570    | 61     | 1.460    | 7      |
| <b>Total??</b> | 140.595   | 1.582  | 168,193  | 1,574  | 159,239  | 2,516  | 99,898        | 854    | 53,392     | 621    | 25,580   | 264    | 9.693    | 63     |

Quadro 2: População Negra existente em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais - 1735 a 1749

Fonte: CAMPOLINA, et al., 1998, p. 31

Ao se refletir sobre as modalidades dos castigos aplicados aos negros<sup>54</sup>, pode-se inferir que esses não compreendiam somente os aspectos ligados a punições, como açoites e prisões. Entende-se que a própria atividade mineradora equivalia a um castigo, haja vista que seu exercício constituía-se em atividade insalubre. Além de comprometer a integridade física do indivíduo, possivelmente poderia trazer-lhe conseqüências no campo psicológico e cultural que, agregadas, contribuiriam para aumentar o sofrimento decorrente de sua situação de escravizado.

Segundo Ferreira (2002), a atividade mineradora era um trabalho extremamente insalubre sendo por si só um fator de mau trato, conforme atesta o médico cirurgião Luiz Gomes Ferreira, que viveu nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Segundo ele, a mortalidade era elevada, por causa dos riscos da função e da insalubridade, uma vez que os escravos ficavam durante horas com joelhos e pés dentro d'água. Assim, os escravizados acabavam adoecendo vítimas de febres e crises reumáticas, que acometiam até os mais fortes, levando-os ao óbito. Muitos senhores não se preocupavam com a saúde de seus escravos, fato estranho, pois o escravizado era uma mercadoria cara, utilizada para gerar mais riqueza. Sendo assim, seria prudente cuidar para que essa ferramenta estivesse na maioria das vezes pronta para gerar lucro.

De acordo com Boxer (2000), os anos de vida de um escravo jovem nas minas estava estimado entre 7 a 12 anos. Era uma vida sofrida, árdua e curta. Fica subentendido que a saúde do escravizado contrastava com o desejo de lucro de seu senhor, uma vez que os tratamentos para os males advindos da atividade mineradora levavam tempo para que o restabelecimento total do enfermo fosse alcançado, conforme relato de Ferreira (2002, p.80): "Havendo o inchaço dos tornozelos ou de qualquer ponto dos pés ou das pernas, recomendava-se um tratamento que exigia, às vezes, 20 e até 40 dias de tratamento e muita paciência".

Os tratamentos exigiam tempo e trabalho. Consistiam em fazer uma mistura de ervas e de esquentá-las, num tacho de cobre, sobre uma fogueira junto do enfermo. Em seguida, sucediam-se compressas com pano molhado com água ardente do reino, que deveria durar ao menos uma ave-maria. Depois, acrescentava-se um certo emplasto de ervas frescas. Pressupunha-se a presença constante de gente disponível perto do doente para cobri-lo com

---

<sup>54</sup> Maiores informações podem ser consultadas em Barbosa (1972), Cap. 3: O Tratamento Dispensado aos negros e Campolina (1988); Cap 2: Repressão e Resistência

baeta nova e limpa, mantê-lo quente, evitando resfriamento. (FERREIRA, 2002, p.81).

Ainda de acordo com o relato de Ferreira (2002, p.80-82), o tempo de recuperação do enfermo era medido pela duração de uma “ave-maria, de um pai-nosso, de um credo”, ou ainda pela expressão “tempo de um frota”, referindo-se ao período de tempo gasto pelos navios em seu deslocamento do Brasil até o porto de Lisboa, que durava aproximadamente dois meses. O risco de acidentes e à saúde dos escravizados foi aumentando com a complexidade do trabalho da mineração pois, na tentativa de aumentar os rendimentos, os leitos dos rios passaram a ser desviados, com a construção de verdadeiras paredes de pedras dentro dos leitos. Mas havia sempre o risco do rompimento desses diques e do afogamento dos trabalhadores.

Como já dito anteriormente, a maior parte dos escravizados importados para o Brasil até 1720 eram oriundos da Costa da Mina. Segundo Campolina (1988), os mineradores tinham preferência por esses homens e mulheres por já possuírem conhecimento da mineração do ouro de aluvião. Havia grande diversidade cultural e lingüística entre os povos traficados dessa região, fato que, em tese, favoreceria a dominação desses grupos, pois além da dificuldade do idioma, haveria também disputas internas entre eles. Mas apesar de culturalmente diversos, esses povos foram unidos pela infâmia da escravidão, que trouxe consigo a discriminação, a violência e a coisificação do ser humano. Assim, apesar das diferenças culturais, esses povos tinham em comum a luta por sua liberdade.

A condição de cativo reduzia o escravizado à situação de mercadoria, de objeto que poderia ser doado, trocado ou vendido a qualquer momento. Porém, a condição de escravizado e a imposição de uma cultura diferente da sua não retiraram desses homens e mulheres a ligação com sua cultura original, sua fé, valores e modo de vida. De acordo com Oliveira (2006, p.42), “há uma estrutura comum que sedimenta a organização social, política e cultural”. São elementos que compõem a chamada cosmovisão africana, baseada numa série de princípios que irão nortear a vida dos africanos após a diáspora negra da África. Esses elementos são compostos pelas concepções de “universo, força vital, palavra, tempo, pessoa, socialização, morte, família, produção, poder, ancestralidade e religiões africanas.” (OLIVEIRA, 2006, p.42-66). Cada um desses elementos traz consigo significados

importantes, localizados, sobretudo na manifestação religiosa como a "integração com a natureza, a dimensão comunitária da vida, a relação estreita com a tradição e o princípio da diversidade". (OLIVEIRA, 2006, p.67-73).

A chegada dos africanos no Brasil e nas Minas Gerais deu-se nesse caldeirão de interesses, visões depreciativas, choques culturais, preconceitos e necessidade de controle, por parte das autoridades e dos senhores, da crescente população negra. Além das características já descritas, alguns administradores enviados pela Coroa enxergavam as Minas e seus habitantes de maneira negativa. O Conde de Assumar assim descrevia ao Rei as Minas e sua população:

Porque das Minas e seus moradores basta dizer [...], que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e, ainda que está em continuo movimento, é menos inconstante que os seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos, o ar é um nublado perpétuo, tudo é frio naquele país, menos o vício que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparo com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nelas se veêm, acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos, a água exala motins, o ouro toca desaforos, distilam liberdades os ares, vomitam insolências as nuvens, influem desordem os astros, o clima é tumba da paz e berço da rebelião, a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro é como no inferno. (CAMPOLINA et al., 1998, p.34)

O conde via na população negra um risco para a manutenção da ordem e dos domínios portugueses na Capitania de Minas Gerais, tinha preocupação redobrada com os negros fugitivos e acreditava que a punição violenta e exemplar seria a solução para se evitar as recorrentes fugas. Diante das constantes fugas, D. Pedro de Almeida sugeriu ao Rei de Portugal que se aplicassem, em Minas, as leis do Mississipi e da Luisiana, segundo as quais "o negro que fugisse teria sua perna cortada e em seu lugar seria implantada outra de madeira, para que esse escravizado fosse utilizado em outras atividades". (BARBOSA, 1972, p. 24). A sugestão que não foi acatada pela Coroa.

Eis a grande contradição da colônia: por um lado, a necessidade do trabalho escravo, mola mestra e essencial à manutenção do sistema escravista, que tinha como consequência um elevadíssimo número de negros na composição populacional da Capitania, sendo essa a característica marcante das Minas Gerais durante todo século XVIII. Por outro lado, a visão depreciativa do Estado e de grande parte da população branca em relação aos negros, carregada de preconceitos e estereótipos que vulgarizavam, menosprezavam e justificavam as

perseguições, violências e maus tratos à população negra, conforme relato da época.

Os mestiços pobres da colônia levavam uma vida desregrada e constituíam uma humanidade estranha e desconhecida que ameaçava ininterruptamente a segurança dos “homens bons”, dos administradores coloniais e, em última instância, da Metrópole. Estava criado o impasse: os escravos, numerosíssimo, eram a classe laboriosa, mas desconheciam a virtude; os libertos, em número considerável, eram perniciosos ao Estado; os brancos, esses eram “os vassalos úteis da capitania”; mas desgraçadamente em menor número. (SOUZA, 1982, p. 216-217).

Segundo Boxer (2000), foi com a finalidade de estabelecer o controle dessa população considerada “desregrada e desprovida de virtude” que se multiplicaram as proibições, perseguições e atos violentos contra a população negra. O castigo mais comum aplicado por qualquer falta era o açoite. Nesse tipo de punição, o cativo era amarrado a um tronco, geralmente fixado no centro de uma praça - lugar chamado de pelourinho -, “tinha suas costas despidas e lhe eram aplicadas chibatadas”, que variavam em número de acordo com a gravidade da falta. (BARBOSA, 1972, p. 24). Não era raro o caso de morte de escravo em razão das chicotadas. Nesse caso, seu corpo era enterrado sem qualquer formalidade, sendo o executor da pena isento de culpa. Esses castigos eram sempre executados em praça pública e visavam alcançar objetivos diferentes, como o de punir as faltas cometidas pelos escravos, desestimular novas fugas e servir de instrução para aqueles que chegavam da África.

Alguns viajantes que passaram pelo Brasil durante no período colonial puderam atestar e escrever sobre os rigores dos castigos destinados aos escravizados:

João Emanuel Pohl chegou a São João del-Rei com a melhor das disposições de espírito. Achou São João uma das cidades mais limpas e alegres do Brasil. Hospedou-se num quarto limpo, pintado, com cama, mesa e cadeira, coisas que, há muito tempo, não encontrava no Brasil. Mas, registrou êle, “o primeiro olhar que deitei sobre a janela me perturbou a disposição alegre que me haviam proporcionado essas comodidades. Com horror, descobri num alto, apenas a 16 passos de mim, enfiadas numa vara, em tórno da qual adejavam milhões de moscas, a cabeça e a mão de um negro”. (BARBOSA, 1972, p. 21).

O ato de tortura causou horror ao viajante, porém era um fato comum nas Minas Gerais. De acordo com o “bando de 1781, os negros justicados em Vila Rica

deveriam ter suas cabeças expostas de distrito em distrito, nos lugares mais públicos". (BARBOSA, 1972, p. 21).

Coibir a manifestação da cultura do cativo pode também ser considerado um ato de mau-trato. Tanto a Igreja com parte dos senhores não admitiam a manifestação da religiosidade e dos cultos africanos. De acordo com Campolina (1988), a Igreja, por um lado, atuou de forma a coibir as manifestações religiosas, os costumes e cultos de origem africana e, por outro, buscou converter os escravizados aos ensinamentos católicos. Atuava com severidade na conversão do escravizado, buscando suprimir as manifestações lúdicas e mágico-religiosas praticadas pelos diversos povos africanos e seus descendentes no Brasil, ou seja, tentava impedir qualquer prática sociocultural que conflitasse com a fé católica. Para praticar suas crenças, os escravizados faziam uso de alguns recursos de modo a evitar a repreensão do senhor. As rodas, cantigas e batuques eram permitidos geralmente aos domingos. Os escravizados se agrupavam por nações de origem e cultuavam seus deuses, valendo-se dos santos católicos, para que seus senhores não percebessem a verdadeira natureza das danças e adorações.

Segundo Guimarães (1988), durante todo o Setecentos, diferentes bandos foram editados e reeditados no sentido de restringir a circulação, o porte de armas, as fugas e a organização dos negros em quilombos. Além dos bandos, foram criados destacamentos de homens-do-mato, que eram indivíduos encarregados da recaptura dos escravizados fugidos. Apesar de toda a vigilância e do aparato repressivo montado pelas autoridades, as fugas, revoltas, roubos, suicídios e a organização dos quilombos prosseguiu enquanto durou o regime de escravidão, pois o cativo lutava contra sua condição de escravizado, por sua liberdade tanto física como sociocultural.

### **3.3 A influência Cultural Africana nas Minas Gerais**

O processo histórico de importação dos africanos para as terras brasileiras foi marcado por sofrimento, trabalho, lutas e resistência física e cultural dos negros frente ao processo de escravização. Além de contribuírem principalmente com sua

.força de trabalho para a construção do Brasil, os africanos e afro-brasileiros também deixaram marcas profundas na formação cultural dos brasileiros, influenciando de forma definitiva os hábitos alimentares, a religiosidade, a expressão corporal e a música<sup>55</sup>.

#### A Lenda de Oxum

Quando todos os orixás chegaram a terra, organizaram reuniões onde as mulheres não eram admitidas. Oxum ficou aborrecida por ser posta de lado e não poder participar de todas as deliberações. Para se vingar, tornou as mulheres estéreis e impediu que as atividades realizadas pelos deuses chegassem a resultados favoráveis. Desesperados, os orixás dirigiram-se a Oludumaré e explicaram-lhe que as coisas iam mal sobre a terra, apesar das decisões que tomavam em suas assembléias. Oludumaré perguntou se Oxum participava das reuniões e os orixás responderam que não. Oludumaré explicou-lhes então que, sem a presença de Oxum e do seu poder sobre a fecundidade, nenhum de seus empreendimentos poderia dar certo. De volta à terra, os Orixás convidaram Oxum para participar de seus trabalhos, o que ela acabou por aceitar depois de muito lhe rogarem. Em seguida, as mulheres tornaram-se fecundas e todos os projetos obtiveram felizes resultados. (VERGER apud CAMPOLINA et al., 1998, p.74)

Como a cultura também apresenta uma dimensão espacial, ela se torna objeto de estudo da Geografia. Campo da Geografia Humana, a “Geografia Cultural” distingue, “descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles feitos pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural, considerando-se como paisagens culturais” (Corrêa e Rozendal, 2003, p. 28). Para o estudo dos referenciais culturais da população escravizada, liberta ou quilombola abordadas nesse trabalho, tomou-se por base a noção de cultura apresentada por Wagner e Mikesell.

A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além das numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades. (CORRÊA; ROZENDAL, 2003, p. 28) .

De acordo com Wagner e Mikessel citado por Corrêa e Rozendal (2003), toda cultura tem um embasamento geográfico, pois ela é compartilhada por pessoas que ocupam uma região em comum, podendo ser um pequeno vilarejo ou uma vasta região. A difusão da cultura acontece quando as pessoas que a compartilham

---

<sup>55</sup> Maiores informações consultar Campolina (1988) Cap. 3: Aspectos Culturais

deslocam-se de maneira espontânea ou não.

Ainda segundo Wagner e Mikessel citado por Corrêa e Rozendal (2003), todo grupo humano produz cultura, criando símbolos e códigos que lhes são próprios, possibilitando uma leitura de mundo específica àquele grupo social. A cultura configura-se como um contínuo processo de experiências e conhecimentos que as comunidades humanas criam e recriam ao longo das gerações. É uma experiência própria de cada coletividade e sua dinâmica sofre várias influências de acordo com o contexto histórico, político e social no qual está inserida. Sendo a cultura uma produção particular de cada grupo humano, não há como considerar a produção cultural de determinado grupo inferior ou superior; elas somente são próprias e, assim, distintas, plurais<sup>56</sup>.

Os grupos humanos influenciam e são influenciados no contato com o outro, ou seja, tanto os povos ditos dominadores quanto os dominados, ao se chocarem, sofrem mútua influência, passando por mudanças culturais que afetam a todos. Segundo Campolina (1988), os povos dominados desenvolvem vários mecanismos de resistência cultural. No caso dos africanos forçadamente trazidos para o Brasil, a imposição do regime de escravidão e da religião católica forçou essa população a uma nova organização cultural, acarretando um novo processo de ressignificação mítico-religiosa, que atribuiu novos significados ao mundo e à nova realidade na qual foram obrigados a viver.

Segundo Barros (2009), os principais grupos de africanos deportados para o Brasil pertenciam prioritariamente a dois grandes grupos étnicos: os Sudaneses e os Bantos. No grupo dos Sudaneses, destacam-se os Nagô, os Geges e os Minas, de cultura Yorubá. De acordo com Campolina (1988), a extensa Costa da Mina encontrava-se subdividida nas porções ocidental, central e oriental. Das nações trazidas para o Brasil, vão ter destaque: as ocidentais, dos quais faziam parte os povos Nagôs, Gêges, Minas e Mandinga; e os centrais, compostos pelos Haussa, Bornú e Kanúri. No conjunto de nações oriundas da região sudanesa, destacam-se os povos Nagôs, devido à diversidade e riqueza de sua cultura<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Maiores informações podem ser consultadas em Corrêa e Rozendal (2003) Temas da Geografia Cultural

<sup>57</sup> Maiores informações podem ser consultadas em Barros (2009) Cap. 8: Das etnias africanas as novas diferenças negras; Campolina (1988) Cap. 3: Aspectos Culturais

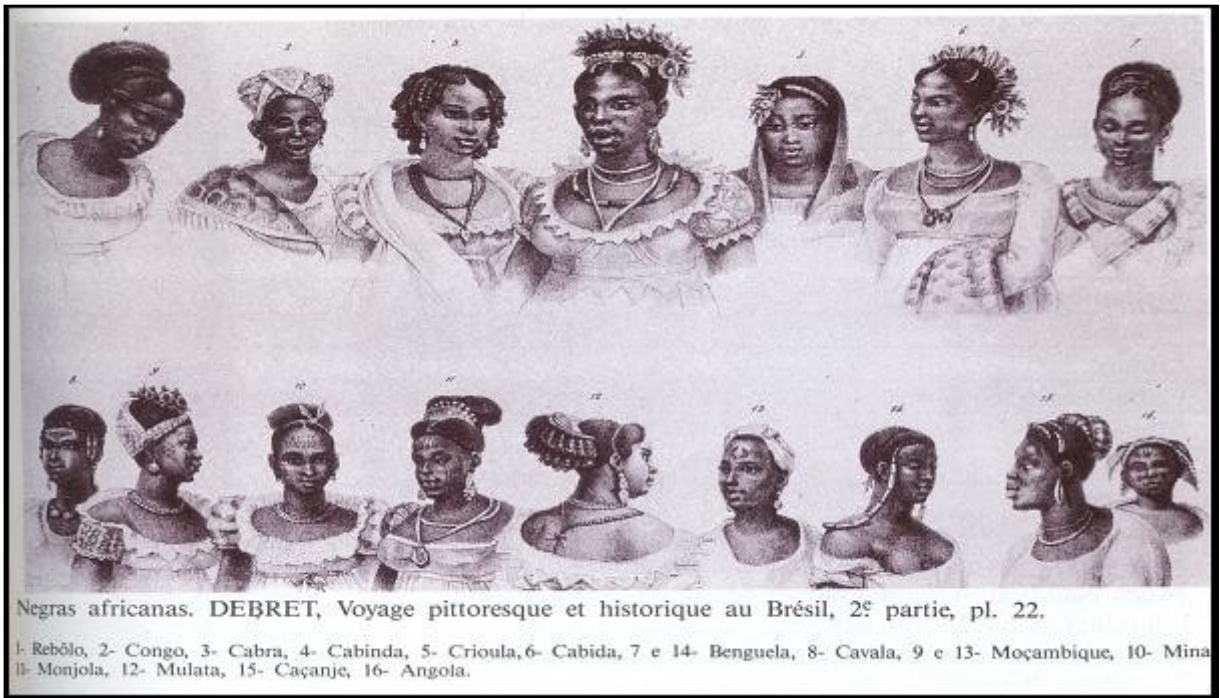


Figura 7: Povos Nagôs

Fonte: CAMPOLINA et al. 1988, p. 61

O artista, ao retratar a variedade dos povos africanos (Fig. 7, 8 e 9), nos permite ter uma idéia da diversidade desses grupos que aqui passaram a viver e a conviver, influenciando definitivamente a visão de mundo e a cultura brasileira ao introduzir, no cotidiano do país, seus hábitos, valores, religiões e crenças. Ao se observar o retrato, nota-se que as africanas tinham um cuidado todo especial com o cabelo; todas, sem exceção, trazem no cabelo algum tipo de adorno e a maioria delas traz ainda algum tipo de adereço feminino, como colares ou brincos. Essa maneira de as negras se trajarem parece ter causado algum tipo de inquietação ao governo pois, em 1696, foi editado um alvará que proibia as negras de assim se apresentarem.

sendo presente o demasiado luxo das escravas no Brasil, e devendo evitar-se esse excesso e o mau exemplo que dele podia seguir-se, el rei era servido resolver que as escravas de todo o Brasil, em nenhuma capitania, pudessem usar vestidos de seda, de cambraia ou holandas, com rendas ou sem elas, nem também de guarnições de ouro e prata nos vestidos. (CAMPOLINA et al., 1998, p.61).

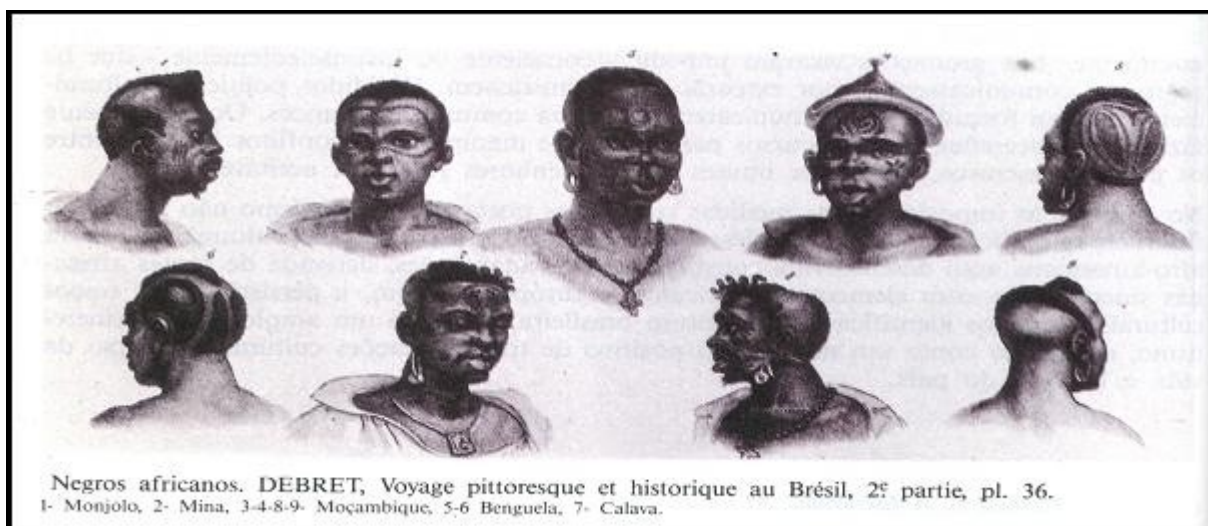


Figura 8: Negros Africanos  
 Fonte: CAMPOLINA et al. 1988, p.60

De acordo com Campolina (1988), dos grupos Bantos, destacam-se os Congos, Angolas e Moçambiques, portadores de uma cultura bastante diferenciada da dos Sudaneses. Eram mais festivos e alegres, sendo responsáveis pela introdução de elementos culturais como batuques, danças e ritmos, instrumentos musicais, dentre outros.

Os hábitos alimentares africanos muito influenciaram todo o povo brasileiro. Pratos como a feijoada, o angu, a farofa, hoje comuns na culinária do país, são todos de origem africana. Alguns viajantes que visitaram o Brasil no período colonial e imperial puderam relatar com satisfação as iguarias que tiveram a oportunidade de experimentar.

Suculenta e gostosa [...] a iguaria a que chamam angu compõe-se de diversos pedaços de carne aos quais se juntam banha de porco, azeite dendê, quiabos, folhas de nabo, pimentão, salsa, cebola, louro, salva e tomates. A isso mistura-se farinha de mandioca molhada. Essa comida, eminentemente popular, também se servia à mesa dos ricos. (DEBRET apud CAMPOLINA et al., 1998, p.64)

É interessante destacar, que o angu descrito por Debret, apresenta diferenciações do angu que geralmente é preparado em grande parte das residências e restaurantes de comida mineira, que geralmente apresentam o fubá como ingrediente básico.

Segundo Guimarães (1988), durante o século XIX, as negras escravas e forras se dedicavam à venda de comestíveis, de bebidas e do palmito, muito apreciado pelos estrangeiros. Mas essas mesmas negras, durante o período da mineração - século XVIII -, foram duramente perseguidas devido ao exercício dessa atividade. Muitos foram os bandos proibindo às negras de vender e comerciar comestíveis, seja nas estradas, cidades e minas ou em pontos comerciais denominados vendas.



Figura 9: Negras Vendendo Angu  
Fonte: CAMPOLINA et al. 1988,p. 64

Segundo Campolina (1988), os viajantes que aqui estiveram retrataram os hábitos alimentares e as influências da culinária africana no Brasil, os sabores, o modo de preparo, dentre outras características. Porém não observaram a estreita relação mítica do alimento com a religiosidade africana. De acordo com Chaib e Rodrigues (2000), os alimentos, sejam eles cozidos ou na forma de ervas e raízes estão diretamente ligados a toda uma gama de divindades africanas, de forma que alimentação e religiosidade se fundem. Existem determinados pratos que devem ser

oferecidos a Orixás específicos, podendo, no entanto, ser ingeridos depois de ofertados. No Candomblé, existem pratos que não podem ser consumidos por determinados “filhos de santo”; as ervas podem ser utilizadas para fins medicinais, benzeduras, encantos, dentre outros.

Outra característica de origem africana que muito influenciou a cultura brasileira foi a música. Segundo Machado Filho (1985), os visungos, cantigas entoadas durante os regimes de trabalho, sempre foram utilizadas pelos negros e serviram tanto para conservar a língua materna, que invariavelmente sofreu influências da língua portuguesa, como para a comunicação entre os escravizados, comunicação que estava fora do controle do senhores: “vinda a abolição, os negros só queriam trabalhar com patrão que não proibisse os visungos.” (MACHADO FILHO, 1985, p.62). A musicalidade africana é também acompanhada pela riqueza dos instrumentos de percussão, marcada pela diversidade de tipos de tambores, atabaques, berimbaus, pandeiros, dentre outros. A musicalidade e a dança são formas de expressão cultural intimamente ligada à cultura africana no Brasil, representam uma visão de mundo marcada pela interação com a natureza, a vida em família, as festividades e alegrias.

A reunião de negros, principalmente durante o século XVIII, era vista como perigosa à manutenção da ordem. Dessa forma, os batuques, danças e celebrações foram motivo de perseguição e de vários ordenamentos proibitivos, muitos deles chegando até a primeira metade do século XIX, conforme nos atesta o artigo 14 das Posturas Municipais da Câmara da Vila de São José de 05 de maio de 1829.

São tão bem proibidas as infames e perniciosas danças a que chamam batuques, ou se façam em público, ou em particular, de dia ou de noite, como opostas aos dogmas da nossa santa religião, e moral pública e pelas terríveis conseqüências que repetidas vezes tem acontecido com tão desonesto brinquedo: toda pessoa de qualquer sexo, qualidade ou condição que se achar compreendida em tais danças será preza por dez dias posto que não seja em flagrante; a mesma pena terá o dono, ou dona da casa em que se fizerem as ditas danças. (CAMPOLINA et al., 1998, p.73)

Os batuques sobreviveram a todo tipo de proibição e deram origem a ritmos e manifestações culturais importantes como o samba e o maracatu.

Ainda de acordo com Chaib e Rodrigues (2000), a religiosidade de matriz africana definitivamente influenciou a forma de se relacionar com o sagrado de toda uma população: já no início do período escravista, quando era permitido aos cativos

dançarem e cantarem, eles estavam, na realidade, prestando adorações a seus orixás. O Candomblé, a Umbanda e o Congado são tradições religiosas de matriz africana que maior destaque ganharam no Brasil.

Segundo a tradição da nação Ketu, um grande reino na África, antes do início de tudo, no *Orum*, o espaço infinito, só existia Olorum, o Deus supremo. Tudo começou quando Olorum se remexeu, se espreguiçou, criando uma enorme massa de água. Essa água era Oxalá, o primeiro da grande família dos orixás *funfun*, os orixás do branco. Ele recebeu o poder de sugerir e de realizar, de dar vida às coisas sem vida. A seguir, Olorum misturou água com seu hálito e respiração, criando a lama. Continuou a respirar, a soprar, e fez surgir um bolha nessa lama. Oxalá, que olhava tudo aquilo admirado, aproximou-se da bolha criada por Olorum e a assoprou. Naquele momento, Exu, o primeiro ser, vivo nasceu. Olorum criou Odudua e depois mais cento e cinquenta e dois orixás *funfun*. Chamou o primeiro orixá do universo e disse: vá Oxalá! Tome o saco da criação e vá criar o Aiyê, o mundo! Oxalá pegou o saco da criação e o seu cajado de prata, o *apoxorô*, chamou os outros orixás *funfun* e preparou-se para partir. (CHAIB; RODRIGUES, 2000, p. 8)

As religiões afro-brasileiras formaram-se em diferentes regiões do Brasil, com variações de ritos e nomes, “Candomblé na Bahia, Xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul e Macumba no Rio de Janeiro”. (MUNANGA; GOMES, p. 141). O terreiro de Candomblé simboliza um grande complexo cultural, marcado pela interrelação sagrada dos instrumentos, cantigas, ervas e oferendas destinadas a cada orixá.

A integração dos participantes se realiza por meio de um processo dinâmico, cujo princípio vital de ligação é o *àse* (*axé*). Esta força é transmissível por meios materiais e simbólicos aos objetos e seres nesse ritual, e dessa forma são consagrados. (CAMPOLINA et al., 1998, p.74).

Segundo Campolina (1988), de modo geral, as religiões de matriz cultural africana formaram-se em sincretismo, em razão do choque e fusão de elementos do catolicismo e das religiões indígenas. A Umbanda é considerada uma religião eminentemente brasileira, uma vez que reúne elementos do rito católico que, com sua diversidade de santos, possibilitou a construção de relações desses com os orixás africanos, com elementos do Kardecismo francês e dos caboclos presentes na religião indígena. A Umbanda e, principalmente, o Candomblé deixaram de ser religiões praticadas exclusivamente pelos descendentes de africanos no Brasil, mas tornaram-se religiões de todos os que se identificam com suas práticas e valores.

A lenda de Chico-Rei nos conta que a origem das festas do Congado está ligada à Igreja Nossa Senhora do Rosário, situada na antiga Vila Rica. Segundo a lenda, o escravo batizado com o nome de Chico-Rei viera da África com outros membros de sua família. Na sofrida viagem, rumo às novas terras, Francisco perdera a mulher e seus filhos, com exceção de um. Chico-Rei se instalou em Vila Rica e, com o passar do tempo, com as economias obtidas no trabalho aos domingos e dias santos, conseguiu a alforria do filho. Posteriormente, obteve a própria alforria e a dos demais súditos de sua nação que lhe apelidaram de Chico-Rei. Unidos a ele, pelos laços de submissão e solidariedade, adquiriram a riquíssima mina de Escandideira. Casado com a nova rainha, a autoridade e o prestígio do “rei preto” sobre os de sua raça foi crescendo. Organizaram as irmandade do Rosário e Santa Efigênia, levando pedra a pedra, com recursos próprios, a Igreja do Alto da Cruz. Por ocasião da festa dos Reis Magos, em janeiro, e de Nossa Senhora do Rosário, em outubro, havia grandes solenidades típicas, que foram generalizada com o nome de “Reisados”. Nestas festas, Chico-Rei, de coroa e cetro, e sua corte apareciam lá pelas dez horas, pouco antes da missa cantada, apresentando-se com a rainha, os príncipes, os dignatários de sua realeza, cobertos de ricos mantos e trajes de gala bordados a ouro, precedidos de batedores e seguidos de músicos e dançarinos, batendo caxambus, pandeiros, marimbas e canzás, entoando ladainhas. (MUNANGA; GOMES, 2004.p.151).

De acordo com Souza (1994), a sociedade mineira foi profundamente marcada pela grande separação entre brancos e negros, ricos e pobres e também no mundo religioso. Nas Minas Gerais setecentistas, a criação de congregações e ordens religiosas estava proibida. Assim, a sociedade se organizou na estrutura de irmandades religiosas, nas quais era nítida a subdivisão étnico-social. Os negros tinham por padroeira Nossa Senhora do Rosário, os brancos pobres tinham vários santos por padroeiros, enquanto os ricos tinham por padroeiro o Santíssimo Sacramento. Essas irmandades, através de seus confrades, promoviam festas, construíam igrejas e ocupavam um papel importante na organização social desse período.

De acordo com Campolina (1988), as irmandades e confrarias de negros se espalharam por todo o Brasil. Em Minas Gerais, destaca-se a Irmandade do Rosário, de Ouro Preto, que remonta ao ano de 1711. As festas do Congado tiveram sua origem em Vila Rica, sendo também denominadas de Reisado ou Reinado. A festa consistia em um desfile de uma corte de negros, no qual rei e rainha, previamente eleitos, seguiam com sua corte, em marcha, acompanhados de danças e cantos. A escolha de Nossa Senhora do Rosário por padroeira talvez esteja no sincretismo estabelecido desta santa católica com o orixá africano Ifá, considerado o oráculo de outros orixás e responsável pela consulta do destino. Assim, quando os padres ensinavam aos negros a religião católica, esses incluíam nozes de palmeira no

rosário, consideradas dotadas de poder religioso. Foi um processo de resistência à aculturação, que influenciou negros e brancos na construção da cultura do país. Dessa forma, o congado ficou marcado pela fusão do culto católico com os valores, crenças e práticas africanas.

Os portugueses chegaram ao continente africano no século XV<sup>58</sup>. Logo depois, desembarcaram nesse continente os primeiros missionários. Em Minas Gerais, na época da introdução das irmandades, muitas gerações de escravos já conheciam a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que foi introduzida por missionários franciscanos na África. Assim, acredita-se que a devoção a santos católicos, como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, tenha sido construída ainda em terras africanas, pela obra de evangelização dos missionários, principalmente dos portugueses. E os africanos, ao serem deportados para o Brasil, trouxeram consigo o conhecimento dos santos católicos, sincretizados com elementos da crença africana. Essa hipótese pode explicar a disseminação das confrarias, irmandades de pretos e pardos e Congados, que se espalharam geograficamente pelo Brasil, não sendo um experiência única de Minas Gerais<sup>59</sup>.

A lenda de Chico-Rei, no nosso entendimento, é uma visão ideológica do colonizador sobre o surgimento do Congado, pois ela nos apresenta a figura de um rei submisso, que consegue sua liberdade e de toda a sua corte seguindo as regras impostas pelo jugo escravista. Em momento algum, a personagem central da estória contesta a ordem estabelecida pelo sistema escravocrata, ordem que, no período setecentista, foi marcada pela crueldade dos castigos destinados aos negros, pelas fugas, pela organização de quilombos, tentativa de revoltas, dentre outras formas de resistência da população em regime de escravidão, e que, em nenhum aspecto, combina com a descrição da lenda de Chico-Rei. A liberdade alcançada pela população escravizada ocorreu de fato nos quilombos, pois foi lá que se praticou o trabalho coletivo, seja na agricultura, na pecuária ou defesa, foi onde se pode praticar a crença religiosa sem imposições e onde verdadeiramente se consolidou a luta contra o sistema escravista. Se algum rei negro existiu nas Minas Gerais dos Setecentos, acredita-se ter existido no quilombo do Ambrósio ou em algum dos quilombos localizados na região do Campo Grande.

---

<sup>58</sup> Maiores informações consultar Meltzer (2004) Cap .25: Gente que veio do Céu

<sup>59</sup> Ver Campolina (1988) Cap .3: Aspectos Culturais

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DOS QUILOMBOS DO CAMPO GRANDE

### 4.1 Minas Gerais dos Setecentos

Com vistas a efetivar a autoridade do governo, instalar o aparelho administrativo colonial e fiscalizar a extração das riquezas, que cresciam de maneira extraordinária, tendo como consequência o aumento do apetite fiscal, D. João V criou, em dezembro de 1720, a Capitania das Minas Gerais, desmembrada da Capitania de São Paulo<sup>60</sup>, (mapa 7).

Como resposta à complexidade administrativa local e à necessidade de efetivação de um maior controle sobre a população, que nesse período já alcançava os 250.000 habitantes, “além de uma cobrança mais sistemática sobre os quintos reais, foram criadas, em 1709, as Comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes.” (CAMPOLINA et al., 1998, p.50). A Comarca do Serro Frio foi criada posteriormente, em 1720, desmembrando sua área de jurisdição da Comarca do Rio das Velhas.

Ao longo de todo o setecentos, os quilombos ocuparam extensas áreas da Capitania das Minas Gerais. A seção colonial do Arquivo Público Mineiro e a Revista do Arquivo Público Mineiro - Repertório de Fontes sobre a Escravidão, 1992 - trazem uma extensa documentação referente ao universo que envolveu o período do cativeiro nas Minas Gerais, permitindo nos afirmar que, os quilombos se espalharam geograficamente em várias regiões da capitania.

O estudo em questão trata do conjunto de quilombos que se estenderam por uma grande área, localizada, nesse período, na Comarca do Rio das Mortes, abrangendo as nascentes do Rio São Francisco e as duas margens do Rio Grande, local que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro, Sul, Sudoeste e Centro-oeste de Minas Gerais, bem como áreas do nordeste do estado de São Paulo.

---

<sup>60</sup>Uma parte considerável das idéias e considerações contidas nessa seção foram de Barbosa (1972), Guimarães (1988), Souza (1996), Anais da Biblioteca Nacional (1988)



Mapa 7: Capitania de Minas Geraes com suas divisas. José Joaquim da Rocha 1778  
 Fonte: COSTA, 2004, p. 147

Essa extensa região, à época denominada de Campo Grande, era então pouco povoada, mas de solo favorável à prática da agricultura, com água em abundância e distante das vilas de maior expressão. Esse potencial favoreceu o surgimento de vários quilombos, que ocuparam diferentes áreas dessa vasta região.

Eram, em sua maioria, agropastoris, porém apresentando grande variação populacional, “podendo ser constituídos da reunião de poucas pessoas, até a aglomeração de centenas de indivíduos, que realizavam atividades distintas dentro da estrutura hierárquica e administrativa do Quilombo”. (BARBOSA, 1972, p.31).

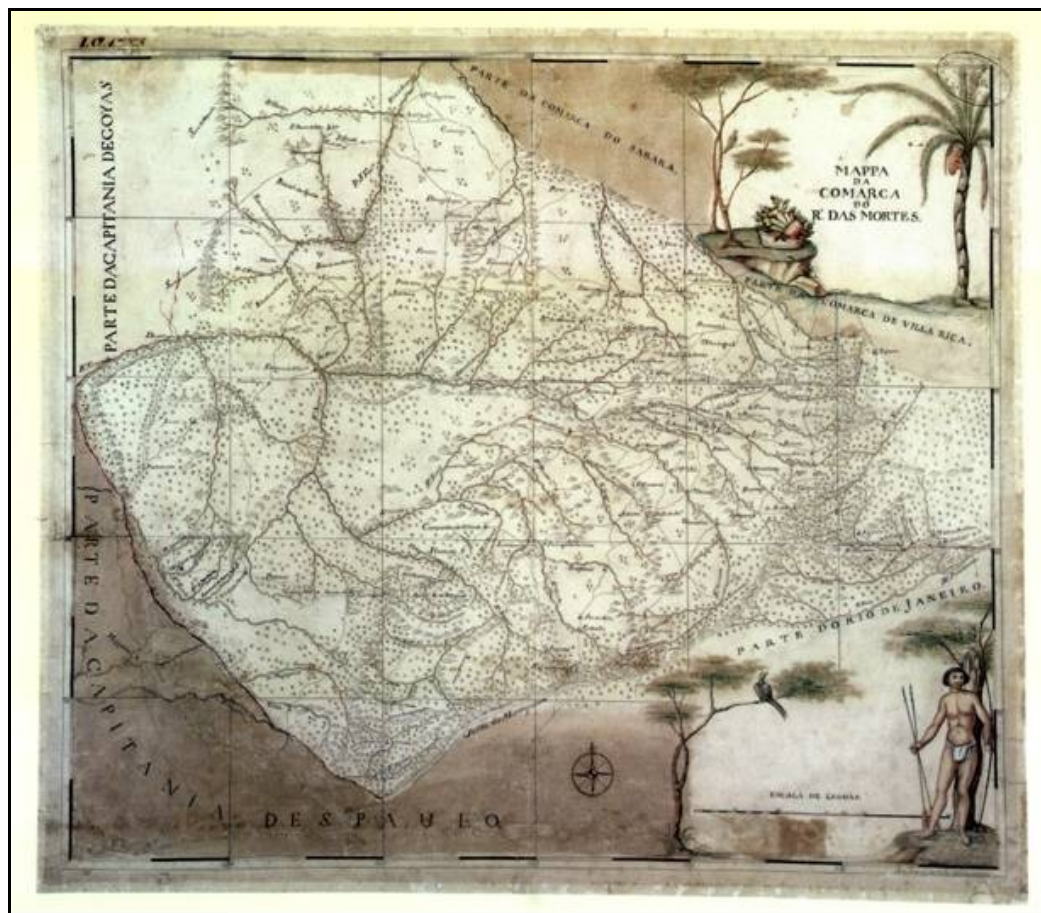
A existência de quilombos é apontada como inerente à ordem escravista. O indivíduo cativo lutava “contra sua situação de escravizado, por sua liberdade, e usava ou beneficiava-se de alguns mecanismos para alcançá-la.” (GUIMARÃES, 1988, p.39).

De acordo com Boxer (2000), diferentemente das regiões produtoras de açúcar do Nordeste, nas Minas Gerais, o número de processos de alforrias foi muito grande. Esses processos variavam quanto à forma, podendo corresponder a prêmios pelos bons serviços prestados, fato que motivava e incentivava o trabalho e a lealdade dos escravos. Era fato comum no Distrito Diamantino a concessão da liberdade ao cativo que encontrasse um diamante de grande valor.

Assim, o feliz descobridor de um diamante que pesasse uma oitava (dezessete quilates e meio), era coroado com uma grinalda de flores e levado em procissão ao administrador, que lhe dá sua liberdade, pagando seu preço ao dono dele. Recebe, também, um presente de roupas novas e tem permissão para trabalhar por conta própria. (BOXER, 2000, p.238).

A compra da liberdade e as fugas eram também mecanismos por meio dos quais os escravizados podiam alcançar sua liberdade. Porém, a fuga tornou-se a modalidade mais importante e acessível para alcançá-la.

Nas Minas Gerais do século XVIII, os escravos libertos ou fugitivos - esses últimos principalmente - organizavam-se em quilombos, também conhecidos como terra de pretos ou mocambos, que ocupavam extensas áreas nas “capitanias das Minas Gerais, Goiás e São Paulo”. (MARTINS, 1995, p. 175-176). Especificamente, trataremos da área cartografada no mapa da Comarca do Rio das Mortes, de José Joaquim da Rocha (mapa 8), compreendida entre as bacias hidrográficas do Rio Grande e São Francisco, tendo como limite ao sul a Serra da Mantiqueira.



Mapa 8: Comarca do Rio das Mortes. José Joaquim da Rocha, 1778.  
 Fonte: COSTA, 2004, p. 148

## 4.2 Sobre o objeto e os objetivos do estudo

Neste trabalho, são abordados aspectos da organização do negro das Minas Gerais do século XVIII em quilombos. Analisa-se a bibliografia e a documentação cartográfica que fazem referência à organização quilombola conhecida como Quilombo do Ambrósio. Essa organização, oficialmente designada por Quilombo Grande ou Campo Grande, foi destruída e, em seu lugar, outra foi construída, sendo também chamada de “Quilombo Grande, embora às vezes aparecesse na correspondência oficial a designação popular de Quilombo do Ambrósio”. (BARBOSA, 1972, p. 31)

Trata-se especificamente do estudo dos seguintes documentos, considerados fontes primárias de informação:

Mapa do todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Pihuy Cabeceyras do Rio S. Francisco, e Goyazes na entrada que se fez para os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Illmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. - cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada, sob a guarda do IEB ; USP (COL. JFAP, 23, fl. 19); e do Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona, elaborado por Manoel Ribeiro Guimarães, citado como uma cópia de 1784, manuscrita em aquarela, que mede 32 x 40 cm, do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (n. 258/1165). (COSTA, 2004, p. 62)

O presente estudo versa sobre a decodificação dos mapas, a saber, de todos os elementos ou significantes que os constituem, referentes às operações cartográficas de localização, orientação, projeção, redução e expressão gráfica. Dessa forma, levantam-se dados que são interpretados e relacionados a eventos histórico-geográficos importantes, que ocorreram na Capitania de Minas Gerais, principalmente no campo dos interesses econômicos e políticos até a década de 1780.

O estudo e a análise dos documentos históricos foram realizados com base na metodologia de análise de mapas históricos desenvolvida por Castro et al. (2006), representado na Figura 10 abaixo.

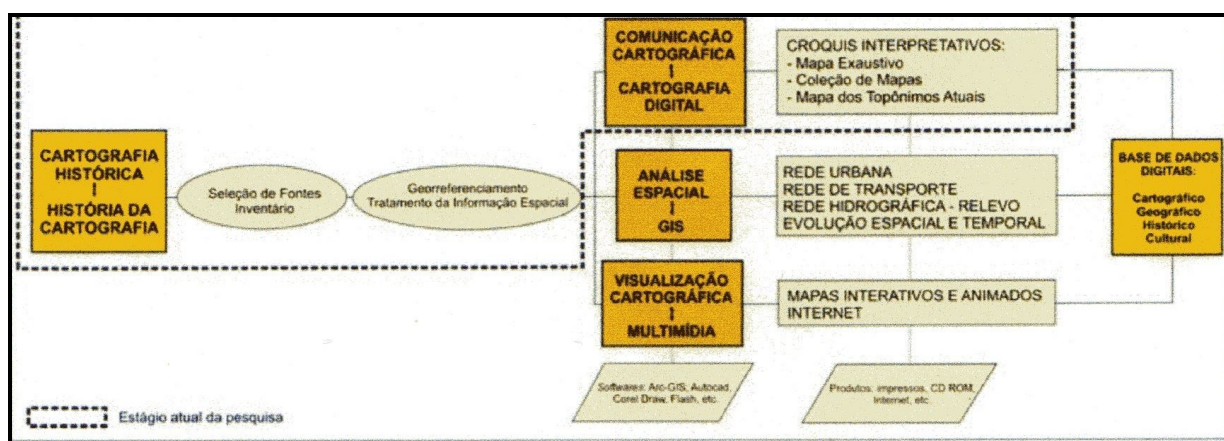


Figura 10: Metodologia de análise de mapas históricos

Fonte: CASTRO, 2006, p.4

A metodologia de análise de mapas históricos [...] tem por base o georreferenciamento e o tratamento da informação espacial. Aplicando-se as teorias da Comunicação Cartográfica, da Análise Espacial e da Visualização Cartográfica e utilizando-se dos recursos oferecidos pela Cartografia Digital, pelos Sistemas de Informações Geográficas (GIS) e pela Multimídia, é possível obter variados produtos cartográficos digitais; dentre

eles, encontram-se os croquis interpretativos, a análise de redes e os mapas interativos e animados. (CASTRO et al., 2006, p. 3 -4)

A informação espacial pode ser constituída por um atributo ou por mais do que um atributo; bem como, conforme a representação gráfica adotada, apresentar dois níveis de leitura: "elementar" ou de "conjunto". Quando a informação apresenta mais do que um atributo, normalmente, recorre-se à representação "exaustiva" ou "de superposição", isto é, aquela que superpõe todos os atributos em um mesmo mapa, respondendo somente as questões em nível elementar: "Em tal lugar, o que há?"; são mapas para se "Ler". Paralelamente a representação exaustiva, outra solução que pode ser adotada é a coleção de mapas, isto é, um mapa para cada atributo. Esta representação permite uma leitura de conjunto e responde, imediatamente, perguntas do tipo "Como é a distribuição espacial de tal atributo?"; "Tal atributo, onde está?"; são mapas para se "Ver" (CASTRO et al., 2006, p. 3-4).

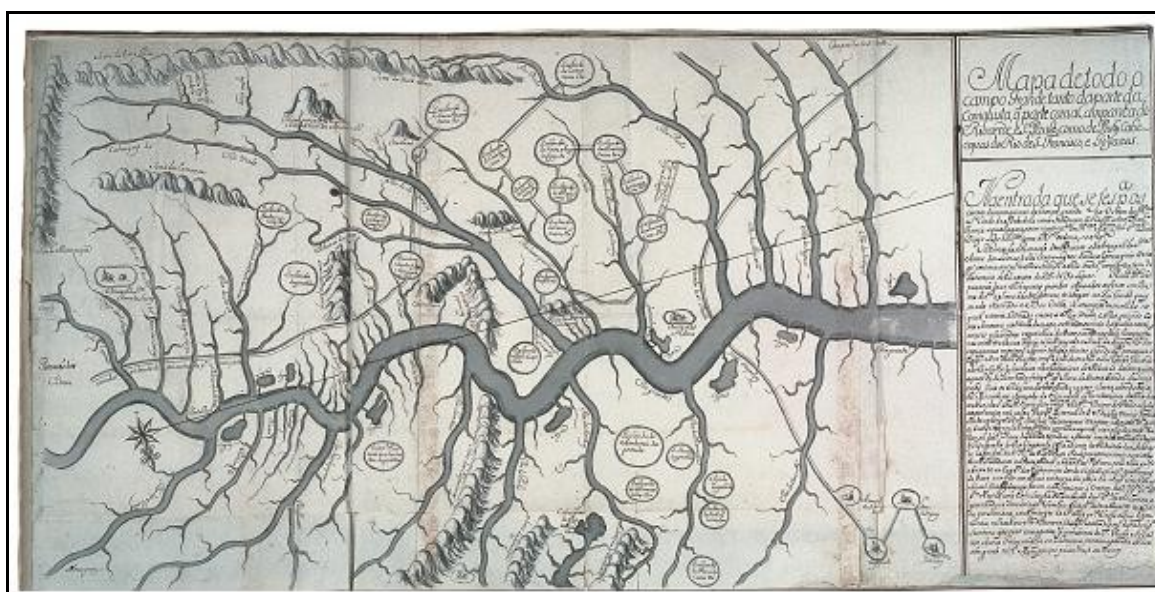
A utilização da metodologia de georreferenciamento e de análise de mapas históricos permitiu identificar, com base nas fontes históricas pesquisadas, padrões espaciais referentes ao conjunto de quilombos do século XVIII.

#### **4.3 Alguns resultados e discussões: os significantes e os significados do "mapa de todo o campo grande" e do "mapa da conquista do mestre de Campos ... Ignacio Correya Pamplona"**

Neste trabalho, entende-se por quilombo a definição dada pelo Rei de Portugal, respondendo à consulta feita pelo Conselho Ultramarino datada de 02 de dezembro de 1740, que considera como tal "*toda habitação de negros, fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões .*" (GUIMARÃES, 1988, p.38). No entanto, torna-se importante acrescentar à definição acima descrita, a percepção de quilombo trazida por Guimarães (1988), que assim o define: "o que vai definir este ou aquele local enquanto quilombo é a existência, neles, do elemento vivo, dinâmico, ameaçador da ordem escravista, enfim, o escravo fugido." (GUIMARÃES, 1988, p. 39).

Segundo Barbosa (1972), o Quilombo do Ambrósio foi um modelo de organização de grande porte, em que todos trabalhavam para a manutenção, o sustento e a defesa da comunidade, na qual não ocorriam trocas monetárias. O negro Ambrósio, por sua vez, é descrito na literatura como um exemplo de “líder que se destaca por sua inteligência, bravura, organização, capacidade de delegar funções e agregar as pessoas em torno de si”. (BARBOSA, 1972, p.31).

A localização tanto do Quilombo do Ambrósio quanto do Campo Grande é assinalada no lugar chamado Sertão da Farinha Podre, situado entre as Capitânicas de Minas Gerais e Goiás. Entretanto, a partir da análise do Mapa de “Todo o Campo Grande” e de “O mapa da Conquista do Mestre de Campos Ignácio Correia Pamplona”, procura-se definir melhor a correspondente localização das áreas e dos núcleos quilombolas destacados nos mapas, considerando as referências atuais.



Mapa 9: Mapa do todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Pihuy Cabeceyras do Rio S. Francisco, e Goyazes na entrada que se fez para os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Illmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. - cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada, sob a guarda do IEB ; USP (COL. JFAP, 23, fl. 19)

Fonte: COSTA et al., 2002, p. 62

O documento (mapa 9) trata da localização dos quilombos destruídos por expedições militares iniciadas na década de 1740. Essas expedições tinham por

objetivo destruir o Quilombo do Campo Grande e demais quilombos que se localizavam em uma vasta área até então despovoada, limitada pela bacia do Rio Grande, no atual Triângulo Mineiro e incluindo regiões do Sudoeste, Sul e Centro-oeste mineiro, abrangendo parte da Bacia do Rio São Francisco. A área em questão tem como referência as atuais cidades de Ibiá, São Gotardo, Formiga, Cristais, Bambuí e Piumhi, todas elas situadas em Minas Gerais.

Segundo Costa (2004), a região representada no mapa corresponde a uma extensa área delimitada à sudoeste pela Serra do Ouro Fino, à noroeste pela região correspondente à nascente do Rio São Francisco e pelas serras das Marcelas, da Canastra e das Esperanças, e ao sul pela Serra da Mantiqueira. Nessa representação, o Rio Grande ocupa lugar de destaque, uma vez que os quilombos encontravam-se localizados em suas duas margens.

De acordo com Barbosa (1972), há indicações de que o chamado Quilombo do Ambrósio, Grande ou ainda do Campo Grande estivesse localizado nas imediações de São Gotardo e Ibiá, em Minas Gerais. Na década de 1770, as autoridades promoveram uma campanha contra um famoso garimpeiro chamado “Capitão Isidoro”. (BARBOSA, 1970, p. 35). Houve uma devassa aberta pelo governo de São João Del-Rei e o preso Domingos Jácome Gonçalves, depondo em 1798, declarou que foi achar o Cap. Isidoro no Quilombo do Ambrósio, que se localizava na Capitania de Goiás, bem a frente de Bambuí. O depoente informou ainda que, em seguida, foi para a paragem chamada Quebra-Anzóis, distando aproximadamente três dias de viagem a frente do Quilombo do Ambrósio. Álvaro da Silveira, citado por Barbosa (1972), conta que desenvolvendo um trabalho em 1924, entre São Gotardo e Ibiá, precisou ir a um alto chamado Olhos-d’água, mais ou menos a 6 km de Ibiá.

Foi de carro até certo ponto, chegando aos Olhos-d’ Água a cavalo. Nas cabeceiras de um pequeno afluente da margem esquerda do ribeirão do Quilombo, em uma área coberta de capoeiras, “existiu o célebre quilombo”, cujo chefe era o negro Ambrósio. Lá se encontram ainda ruínas das obras de defesa e das casas. Nos pontos vulneráveis era o quilombo defendido por valas, verdadeiras trincheiras suficientemente largas e profundas. A mais de dois quilômetros do quilombo, fica um morro pontiagudo, utilizado para sede dos espíões. Chamado hoje “Alto da Espia”. O espião ficava dentro de buraco por eles aberto, no alto do morro, e, assim, sem ser visto, desempenhava o serviço de vigilância. Pelo aviso do espia, preparavam-se os assaltos aos viajantes e a defesa contra a força por ventura mandada pelas Câmaras que desejavam exterminá-los. (SILVEIRA apud BARBOSA, 1972, p.35).

Para a compreensão do Mapa de Todo o Campo Grande, foi necessário um levantamento dos fatos históricos que motivaram a elaboração do mesmo, de dados biográficos sobre as personagens citadas na nota explicativa que o acompanha, bem como dos interesses políticos da época.

O século XVIII, principalmente em sua primeira metade, foi marcado por um clima de muita insatisfação e revolta da população escravizada. Isso se manifestava por meio das sublevações, das fugas e da organização de quilombos, acompanhados pela repressão e punição por parte do Estado<sup>61</sup>.

Ao falar das revoltas, não se pode deixar de citar a tentativa de sublevação conhecida como Endoenças, designação das solenidades religiosas da Quinta-feira Santa, que ocorreu na Vila do Carmo, antiga denominação da cidade de Mariana, em 1719<sup>62</sup>. De acordo com Campolina (1988), essa tentativa ocorreu entre os negros da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca de Vila Rica que, após planejamentos, já teriam nomeado líderes comandantes e demais oficiais militares. Entretanto, devido a desentendimentos entre as lideranças das diferentes nações africanas envolvidas, o segredo foi rompido alguns dias antes da Semana Santa, na Comarca do Rio das Mortes, o que permitiu ao Estado organizar a repressão e alcançar a dissolução da revolta.

Apesar de a revolta não ter se concretizado, chamou atenção e causou preocupação nas autoridades, tendo em vista a capacidade de organização e mobilização da população escravizada. A par desse episódio, existia nas Minas Gerais, um temor constante entre a população não-negra e as autoridades de que se repetisse nas Minas um segundo Quilombo dos Palmares. Por isso, o tratamento dispensado aos negros fugidos e aquilombados era severo, tanto para desestimular novas fugas quanto para não se permitir sua organização.

O temor de uma revolta de escravizados também pode ser identificado nas diversas correspondências enviadas ao rei e aos governadores onde a população negra é descrita enquanto:

O inimigo mais pernicioso, porque sendo estas Minas só cultivada com gente preta bárbara de África e Guiné, que todos moradores possuem, uns mais, e outros menos conforme suas posses [...] e estando as mesmas Minas tão

---

<sup>61</sup> Maiores informações podem ser consultadas em Campolina (1988) Cap. 2: Repressão e Violência

<sup>62</sup> Consultar Guimarães (1988); Anastasia (1998) Cap. 7: Negros Rebeldes: "o inimigo mais pernicioso"

abastadas destes bárbaros, ainda que do mestiço a força do temor e inclinados só a fazerem mal e matarem os brancos, que julgam capitais inimigos, pelo privar da liberdade, e contando-se para cada um branco mais de cem etíopes, que como bárbaros impelidos por sua natural frieza, tem por vários intentado despojar-nos das próprias vidas, e nossas mulheres e filhas cativarem. (ANASTASISA, 1998, p. 125)

De acordo com Guimarães (1988), os primeiros quilombos catalogados na Capitania de Minas Gerais datam de 1711, sendo que, no decorrer dos Setecentos, vão aumentando em número. Conseqüentemente, o poder repressivo do Estado também se intensificava. Os sucessivos governadores da então criada Capitania de Minas Gerais tomaram medidas repressivas contra os quilombos e quilombolas, que compreendiam um nível punitivo preventivo e um outro de caça e destruição.

A forma punitiva refere-se à ordenação jurídica, que impunha severas penas aos delitos de fuga e organização em quilombos. D. Antônio José de Noronha, Governador da Capitania das Minas Gerais de 1775 a 1779, mandou, por exemplo, editar uma lei - chamada bando - que proibia a todo negro da Capitania portar porrete, faca ou outra arma, devendo ser imediatamente preso e castigado no pelourinho, com duzentos açoites, no caso de descumprimento da lei. Até o comércio de comestíveis em tabuleiros e nas vendas, praticado pelas negras, foi alvo de perseguição e proibições. As autoridades sempre tiveram preocupação com esse tipo de atividade, uma vez que na prática se constituía em um grande apoio aos negros, quilombolas e garimpeiros<sup>63</sup>.

A segunda forma, designada de repressão, se refere à criação de um grupo de profissionais voltados para a recaptura e combate aos quilombos - os homens-do-mato.

As patentes de Capitão, sargento-mor e capitão-mor-do-mato eram concedidas exclusivamente pelo governador, e por elas os portadores pagavam a quantia de 750 réis [...] O exercício da profissão exigia certo nível de especialização [...] a necessidade de conhecimento do problema com o qual iriam se defrontar, e a necessidade de conhecimento da área onde iriam atuar (GUIMARÃES, 1988, p.67).

Fazia-se imprescindível ter conhecimento das estratégias utilizadas pelos fugitivos. Nesse raciocínio, nada melhor que utilizar um ex-escravo para a execução de tal tarefa com eficiência. Entre os anos de 1710 a 1798, foram concedidas 467

---

<sup>63</sup> Ver Guimarães (1988). Cap. 3: Da Repressão

(quatrocentos e sessenta e sete) patentes de homens-do-mato, sendo o número de quilombos estimado em mais de uma centena no mesmo período. (GUIMARÃES, 1988, p. 86).

Ainda segundo Guimarães (1988), os sucessivos governos da Capitania de Minas Gerais, durante todo os Setecentos, organizaram e mantiveram aparatos militares permanentemente mobilizados e em constante estado de guerra contra a população quilombola. Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, referido no título do mapa em estudo, governou a Capitania do Rio de Janeiro a partir de maio de 1733. Em março de 1735, foi-lhe entregue o governo da Capitania de Minas Gerais e, daí a dois anos, passou também a governar a Capitania de São Paulo. Em 1748, havendo aumentado a população de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, foi incumbido de administrar as duas novas capitanias. Assim, enviado ao Brasil para ser governador da Capitania do Rio de Janeiro, acumulou sob seu comando os territórios de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e sul do Brasil.

Em 1741, Gomes Freire baixou um bando, ordenando aos capitães-mores e mais oficiais da milícia do distrito do sertão que dessem combate aos quilombolas. Nesse mesmo ano, o governo baixou alvará determinando que todo negro preso em quilombo “fosse marcado com a letra F, sendo que aquele encontrado em quilombos já possuindo a marca, lhe fosse cortada uma orelha.” (MARTINS, 1996, p.206).

Segundo Barbosa (1972), em 1743, as queixas de ataques de quilombolas aumentam. O governo então ordena um ataque contra os quilombos localizados na Comarca do Rio das Mortes. O Capitão Vicente da Costa Chaves foi encarregado de preparar a expedição e liderar o ataque. Os quilombos existentes na região de Piumhi e de Formiga foram destruídos. Porém, os quilombolas que conseguiram fugir atravessaram o Rio São Francisco, refugiando-se no Quilombo do Ambrósio.

Em 1746, sempre de acordo com o último autor citado, Gomes Freire manda organizar uma nova expedição para destruir os quilombos do Campo Grande. O comando da expedição foi dado ao Capitão Antônio João de Oliveira, sendo designado como Governador e Comandante das tropas expedidas ao Campo Grande. A partir de então, João de Oliveira designou três oficiais de guerra às freguesias dos Carijós (Conselheiro Lafaiete), Congonhas, Ouro Preto e Prados, para que tirassem e pusessem em marcha 200 homens armados.

O Capitão-mor de São João Del-Rei, Manoel da Costa Fonseca, recebeu ordens de preparar, daquela vila e imediações, 60 (sessenta) homens organizados para a luta, incluindo capitães-do-mato. O Capitão Vicente da Costa Chaves, que comandou a expedição de 1743, recebeu instruções semelhantes, devendo também preparar 60 (sessenta) homens capazes e dispostos para a luta. O Capitão Antônio de Câmara Portugal também auxiliou na organização do ataque<sup>64</sup>.

Ainda segundo Barbosa (1972), feitos todos os preparativos com mais alguns homens de Vila Rica, estava pronta a tropa composta por um efetivo de 400 (quatrocentos) homens. As despesas de preparação da tropa e organização do ataque foram altas, girando em torno de 2750 (dois mil setecentos e cinquenta) oitavas de ouro, tendo o Senado das Câmaras de Vila Rica, Mariana, São João Del-Rei, São José e Vila Real de Sabará contribuído com 500 oitavas de ouro cada uma. Por fim, o Senado da Câmara da Vila Nova da Rainha, contribuiu com 250 oitavas de ouro.

Como esse exército foi recrutado de diversos pontos da Capitania, o Governador marcou a apresentação da tropa para o dia 09 de julho no “sítio dos Cortumes”, (BARBOSA, 1972, p. 38), nas proximidades de Ponte Alta. No mapa da Comarca do Rio das Mortes, de José Joaquim da Rocha, de 1778, existem duas localidades cartografadas com a designação de Ponte Alta. A primeira encontra-se próxima ao Rio Verde, que deságua na margem esquerda do Rio Grande, nas proximidades da cidade de Itajubá. A segunda está situada no atual centro-oeste mineiro, na margem direita do Rio Formiga, no atual município de Formiga. Por tratar-se de quilombos localizados na Comarca do Rio das Mortes e tendo em vista a proximidade geográfica dos quilombos dessa região, acredita-se que a expedição tenha sido reunida nesse segundo local.

Seguindo ainda a descrição de Barbosa (1970), a tropa foi dividida em companhias de 30 (trinta) homens, cada uma sob o comando de um capitão. À medida que esse pequeno exército avançava, os quilombos menores eram simplesmente abandonados e apenas excepcionalmente resistiam. A tropa encontrou grande resistência em um pequeno quilombo, cujos habitantes o defenderam com grande bravura, instalados em trincheiras de onde só foram

---

<sup>64</sup> Maiores informações sobre a organização, as dificuldades e os avanços dessa expedição podem ser consultadas em Barbosa (1972) Capítulos: 4-5.

retirados após 24 (vinte quatro horas) de luta, no terceiro e último ataque. Finalmente a tropa chegou ao Quilombo Grande. Nele, a luta durou sete horas. Parte dos negros fugiu, outra foi feita prisioneira, mas foi grande o número de baixas dentre os quilombolas. O quilombo foi totalmente arrasado: casas, armazéns e silos foram completamente destruídos.

Em 1756, dez anos após o ataque aos quilombos do Campo Grande, a intranquilidade era ainda permanente nas Minas Gerais. Ainda de acordo com o trabalho de Barbosa (1972), afirma-se que, nesse ano, foi descoberto um plano de um novo levante geral dos negros das quatro comarcas da Capitania. Segundo o plano, eles realizariam uma sublevação na noite do dia “15 de abril”, novamente uma Quinta-feira Santa. A denúncia do movimento foi feita pela Câmara de Vila Rica através de uma circular às demais câmaras. (BARBOSA, 1972, p. 41).

Entende-se que, de fato, essa revolta não ocorreu, não sendo possível determinar se o insucesso foi devido ao poder repressivo exercido pelo Estado ou pela delação, a exemplo da malograda sublevação da Vila do Carmo. O que não se pode negar é que os preparativos para o ataque ao Quilombo do Ambrósio foram realizados, após cartas das Câmaras serem enviadas ao Governador comunicando o levante da Quinta-feira Santa e indicando a necessidade de um ataque ao Quilombo do Campo Grande.

O governador acolheu as reclamações das Câmaras e as dirigiu para S.João Del-Rei, de onde designou a organização de uma expedição que destruísse o Quilombo do Campo Grande. O Comando da expedição foi dado ao Bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado. Os preparativos foram iniciados em 1756 e finalizados em 1759. A propósito desses preparativos e sobre a campanha do que se chama neste trabalho de a Guerra do Campo Grande, Barbosa (1972) organizou um extenso material, o qual serve de base para as considerações apresentadas a seguir<sup>65</sup>.

Os custos da expedição foram altos. Em fevereiro de 1757, dirige-se José Antônio Freire de Andrada às oito Câmaras da Capitania, fazendo um apelo, no interesse de todos, para que cooperassem com seu auxílio, que deveria ser entregue diretamente ao tesoureiro da Câmara de São João.

---

<sup>65</sup> Maiores informações sobre os preparativos, organização de tropas e ataque aos quilombos da região do Campo Grande podem ser consultadas em Barbosa (1972) Cap. 4: Quilombo do Ambrósio e Cap. 5: Quilombo Grande

Na primeira quinzena de julho de 1759, o governador convocou uma reunião conjunta dos Senados das Câmaras de São João e São José. Decidiu-se que a expedição seria constituída de 400 soldados armados, que partiriam sob o comando de Bartolomeu Bueno do Prado com a incumbência de destruir os quilombos.

A tropa foi dividida em destacamentos de trinta homens com o objetivo de cercar a região do Campo Grande, impedindo que os negros escapassem dos ataques que seriam realizados por Bartolomeu Bueno.

A Expedição partiu na segunda quinzena de julho, acompanhada de médico, negros e índios que atuavam como guias. Ao Capitão Antônio Francisco França, citado no título do mapa estudado, grande fazendeiro, foi dada a responsabilidade do abastecimento da tropa. Essa tarefa compreendia a aquisição e o transporte de gêneros alimentícios.

Por meio de cartas, Bartolomeu Bueno do Prado informa ao Governador sua chegada ao Quilombo Grande no dia 1º de setembro. “O quilombo estava completamente abandonado”. Em sua fuga, os negros deixaram para trás plantações e celeiros abastecidos. Provavelmente as sentinelas detectaram o volume das tropas e informaram aos líderes. Estes teriam avaliado que a melhor estratégia seria fugir. (BARBOSA, 1972, p. 47).

Seguindo a trilha dos fugitivos, confirmou-se que a maior parte da população do quilombo deslocou-se em direção oeste, sendo localizada em outro quilombo, onde havia uma grande quantidade de negros. Possivelmente nesse quilombo tenha havido grande resistência e também mortandade, uma vez que a literatura registra que muitos quilombolas morreram resistindo ao ataque, alvejados por tiros ou afogados ao tentarem escapar por um rio. Possivelmente com a utilização de métodos de tortura, Bartolomeu Bueno consegue a informação de que os quilombolas dirigiam-se para a Serra da Marcela, representada no Mapa de Todo o Campo Grande, à margem direita do Rio Grande, próxima às nascentes do Rio São Francisco.

Posteriormente, em uma segunda carta enviada ao governador, Bueno informa ter atacado um quilombo chamado Indaial. Na terceira carta, enviada em 07 (sete) de outubro, dá notícias da expedição ter alcançado a Serra da Marcela e destruído o Quilombo do Bambuí. A tropa atacou o quilombo, tendo o elemento surpresa a seu favor dessa vez. Ainda assim, travou-se uma grande batalha, com

muita resistência e mortandade, uma vez que os quilombolas não foram poupados. No Quilombo do Bambuí também havia, como no Quilombo Grande, plantações organizadas e colheitas recolhidas em silos, fatos que confirmam a organização e antiguidade desse quilombo, onde foram encontradas crianças de até 12 anos de idade.

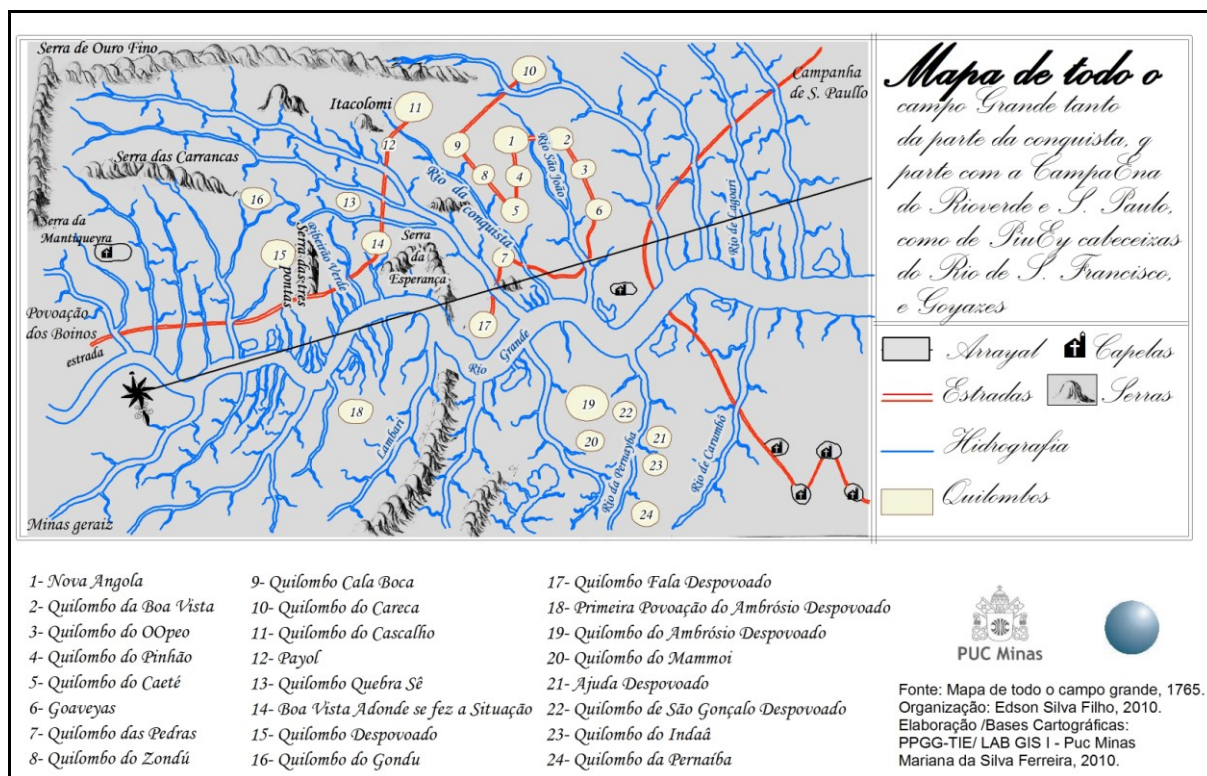
A expedição segue então em direção sul, atravessando o Rio São Francisco, chegando ao Quilombo do Piumhi. Deixa a Bacia do Rio São Francisco e desloca-se em direção às vertentes do Rio Grande, onde ataca e “incendeia o Quilombo do Careca” e demais quilombos localizados à margem esquerda do Rio Grande, conforme cartografado no Mapa de Todo o Campo Grande. (BARBOSA, 1972, p. 50).

Em dezembro de 1759, termina a guerra do Campo Grande, tendo como resultado, ao que tudo indica, um genocídio contra a população quilombola, formada por escravos fugidos e possivelmente pretos livres e forros, que teriam organizado comunidades livres com o intuito de fugirem do imposto da capitação. Acredita-se que teriam sido atacados, aprisionados e mortos por serem considerados, intencionalmente ou não, quilombolas.

Vale destacar que, de acordo com Moura (1987), ao contrário do Quilombo dos Palmares, os Quilombos do Campo Grande eram, em sua maioria, núcleos agro-pastoris, onde prevalecia o trabalho coletivo voltado para a manutenção da comunidade. Existia a preocupação e a organização militar, mas essa era mais uma das atividades do quilombo e não a principal. Destaca-se que, em mais de um quilombo, principalmente nos maiores, encontravam-se plantações organizadas e silos abastecidos. A estratégia dos quilombolas era, muitas vezes, a fuga em detrimento da luta, utilizada geralmente como último recurso, o que justifica a idéia de que o Campo Grande era prioritariamente agrícola e não militar. (MOURA, 1987)

De posse dos dados históricos, das pesquisas realizadas e dos arquivos digitais construídos a partir dos documentos originais foi realizada a análise geográfica e histórica dos dois mapas, entendidos como fontes primárias de informação e pesquisa.

O Mapa de Todo o Campo Grande (mapa 10), apresenta uma detalhada cartografia dos quilombos alcançados e / ou destruídos pela expedição de 1759, comandada por Bartolomeu Bueno do Prado.



Mapa 10: Mapa Exhaustivo de Todo o Campo Grande

Fonte: Mapa Sob guarda do IEB-USP, citado por COSTA, 2004, p. 62 retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original.

O Quilombo do Ambrósio parece ter sido o mais importante quilombo mineiro no período setecentista, pois é citado de forma recorrente na correspondência oficial da Capitania<sup>66</sup>. A importância desse quilombo pode também ser observada na obra de pesquisadores que estudaram o tema, dedicando capítulos e obras completas abordando esse quilombo<sup>67</sup>.

Analisando o Mapa de Todo o Campo Grande, observa-se que na margem direita do Rio Grande, são localizados 7 (sete) quilombos, dos quais dois fazem referência ao Quilombo do Ambrósio. As citações “Primeira Povoação do Ambrósio despovoada” e “Quilombo do Ambrósio despovoado” se referem ao mesmo quilombo, porém localizados em lugares diferentes. A hipótese que se levanta é que a “Primeira Povoação do Ambrósio despovoada”, descrita no “Mapa de Todo o Campo Grande”, teria sido o maior e o mais populoso quilombo da margem direita

<sup>66</sup> Ver seção colonial do Arquivo Público Mineiro na Revista do Arquivo Público Mineiro - Repertório de Fontes sobre a Escravidão, 1992

<sup>67</sup> Consultar Barbosa (1972) Cap. 4: Quilombo Grande, Cap. 5: Quilombo do Ambrósio; Martins (1995) Quilombo do Campo Grande - A História de Minas Roubada do Povo.

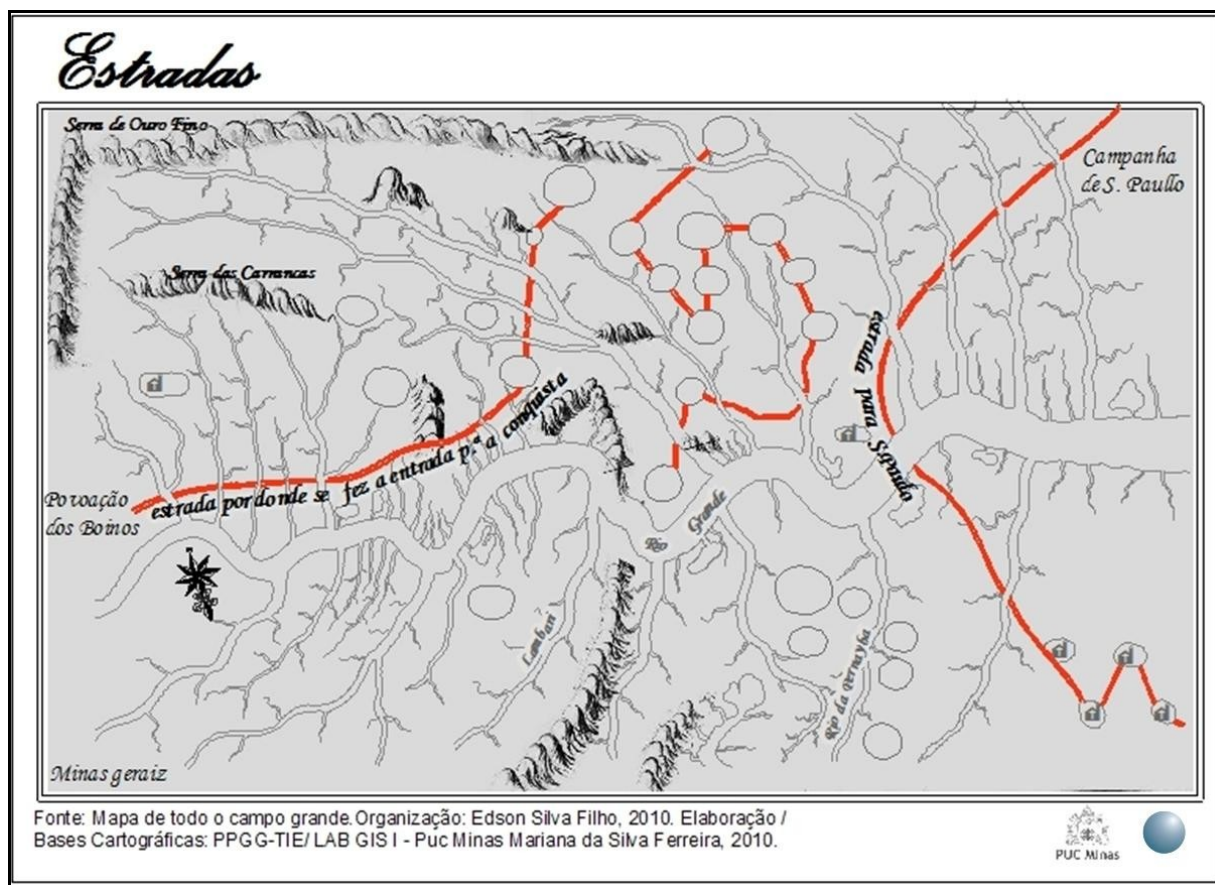
do Rio Grande, provavelmente destruído pelas expedições da década de 1740. Após a destruição do primeiro Quilombo do Ambrósio, outro quilombo teria sido construído a oeste desse, com o mesmo nome e mesma organização socioeconômica.

Os dados históricos apresentados apontam que as décadas de 1740 e 1750 foram marcadas por um intenso processo repressivo aos quilombos. A campanha de 1746 partiu de Ponte Alta, lugar que provavelmente localiza-se na região do centro-oeste de Minas. Acredita-se que as expedições da década de 1740 tenham se dedicado ao combate aos quilombos das regiões das atuais cidades de Formiga, Cristais, Bambuí e Piumhi. Há indícios de que as autoridades conheciam a localização dos quilombos, uma vez que as expedições tinham o objetivo de destruí-los, e não localizá-los, de acordo com os registros presentes no mapa em foco.

De acordo com Martins (1995), é possível que a primeira povoação do Ambrósio tenha de fato sido o primeiro Quilombo do Ambrósio, destruído nas expedições da década de 1740, provavelmente na expedição de 1746. Acredita-se que os sobreviventes e lideranças do Quilombo do Ambrósio avaliaram que seria estratégico reconstruir o quilombo em outra área que apresentasse condições favoráveis de sobrevivência e defesa. Dessa forma, foi construído um segundo Quilombo do Ambrósio na região das cidades mineiras de Ibiá e São Gotardo.(MARTINS, 1995).

O planejamento da expedição de 1759 teve início em 1756. Essa expedição tinha dois objetivos: realizar uma guerra contra os quilombos do Campo Grande e fazer pesquisas minerais, tendo como objetivo localizar novas jazidas de ouro.

O Mapa de Todo o Campo Grande – Estradas (mapa 11), construído a partir do mapa original, tem por objetivo destacar as estradas, que em tese, teriam sido construídas ou ampliadas para que fosse possível alcançar os diferentes núcleos quilombolas distribuídos por essa grande região. Acredita-se que, possivelmente, essas estradas tenham sido utilizadas para a realização de novas expedições e fixação de população na região do Campo Grande.



Mapa 11: Mapa de Todo o Campo Grande - Estradas

Fonte: Mapa Sob guarda do IEB-USP, citado por COSTA, 2004, p. 62 retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

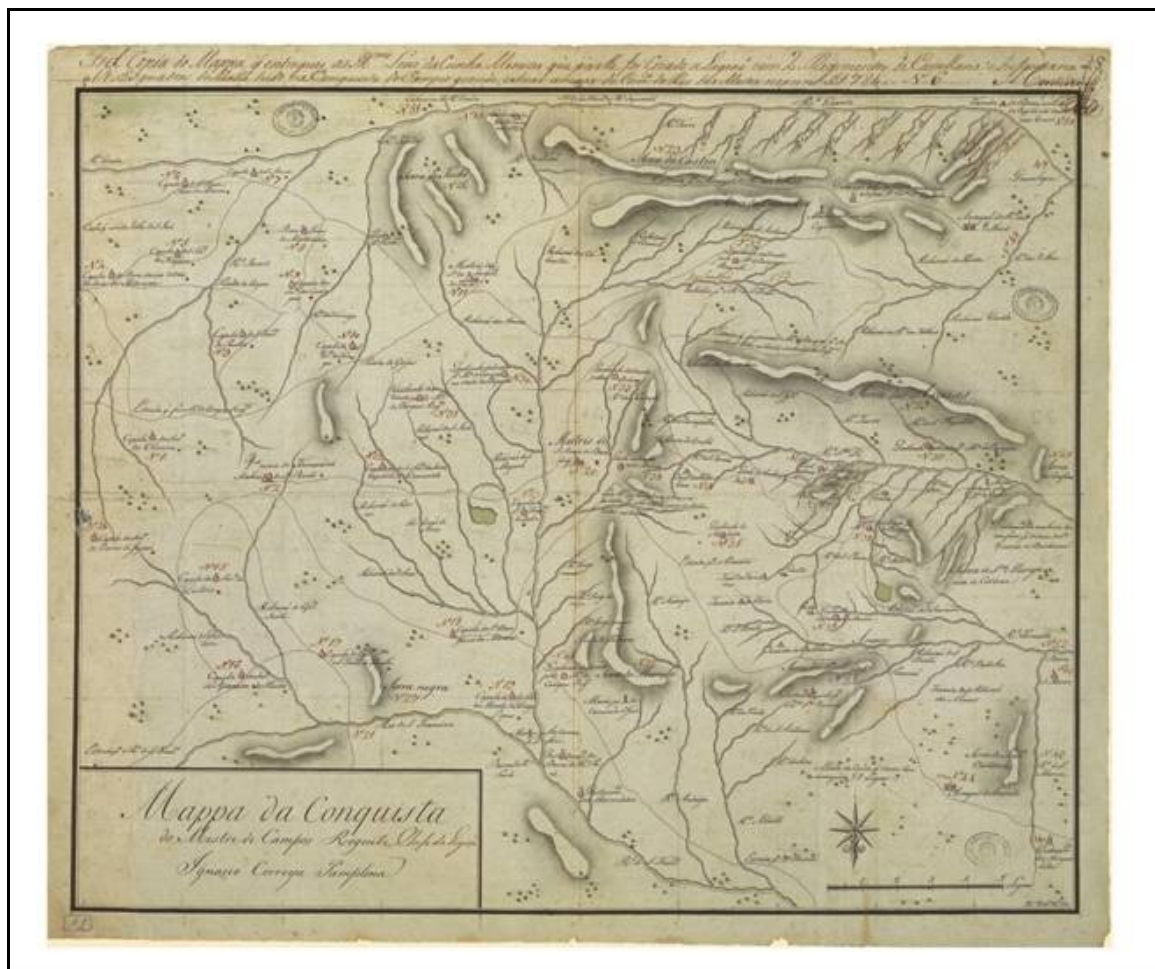
Novamente as autoridades tinham conhecimento da localização do quilombo, pois o “Quilombo do Ambrósio despovoado”, citado no Mapa de Todo o Campo Grande e considerado nesse estudo o segundo Quilombo do Ambrósio - seria o primeiro a ser atacado, pela expedição de 1759, caso não estivesse abandonado. Segundo Barbosa (1972), a população fugiu antes da chegada da tropa, que encontrou o quilombo com os silos abastecidos pelas colheitas realizadas pelos quilombolas.

O cumprimento da missão de destruir quilombos e descobrir novas jazidas de ouro parece não ter sido tarefa fácil. O texto explicativo, anexo ao mapa em questão, traz a informação de que as experiências auríferas na região do Rio São Francisco foram interrompidas por dois motivos. Um deles foi relacionado à chegada do período chuvoso, e o segundo foi o adoecimento de pessoas da expedição, que contraíram varíola.

Parece que o grande interesse do governo estava voltado para a descoberta de ouro, pois a maior parte da nota explicativa do mapa faz referências às experiências auríferas. É citada apenas a destruição do Quilombo do Cascalho.

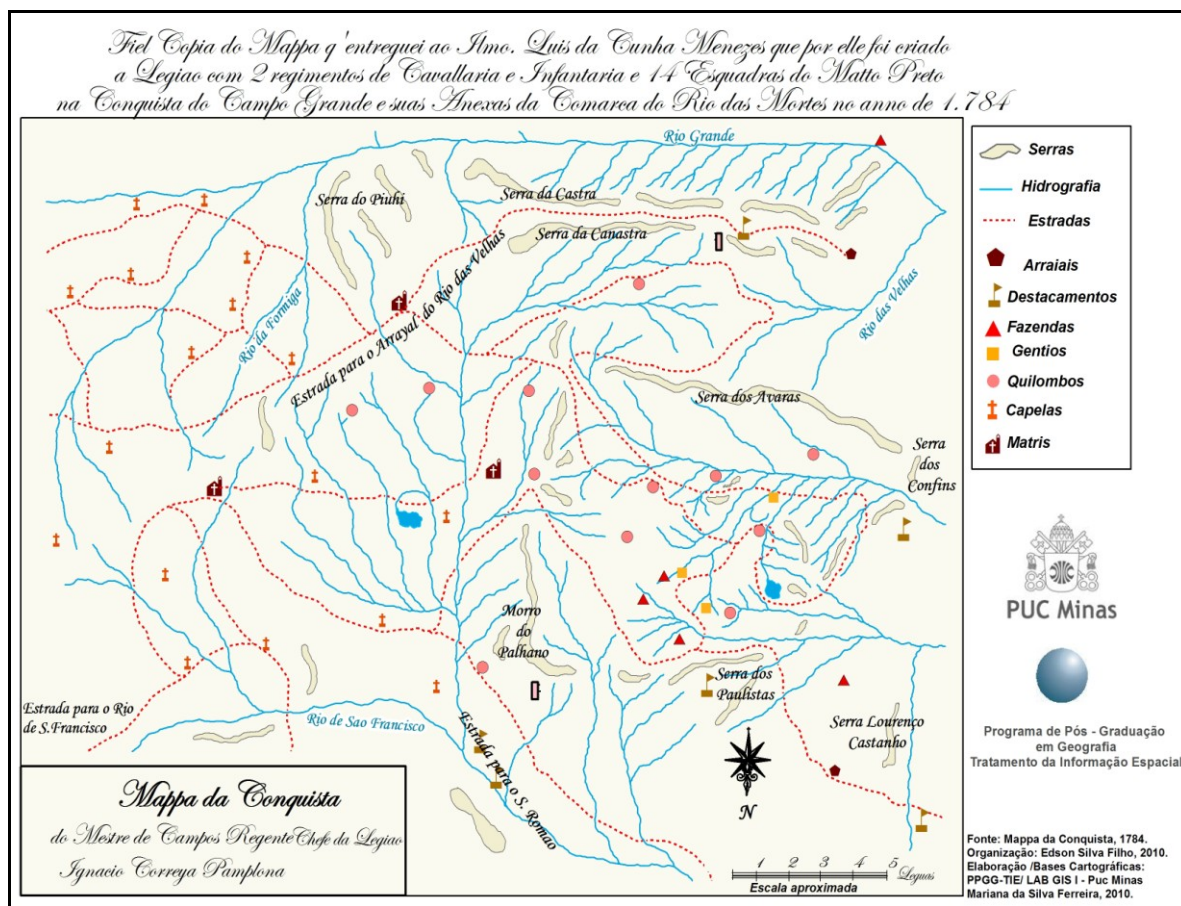
O “Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correia Pamplona”, apresentado no Mapa 12, contém mais informações do que o analisado anteriormente. Além dos quilombos, traz a localização de capelas, igrejas matrizes, arraiais, fazendas, estradas, aldeias de indígenas, destacamentos militares, de elementos do relevo, da hidrografia e da vegetação.

O documento compreende toda a margem direita da área cartografada no “Mapa de Todo o Campo Grande”. A orientação é apresentada por meio de uma flor-de-lis estilizada, não traz legenda e a escala é dada em léguas. O norte do território representado é marcado pela confluência do Rio São Francisco e Rio Indaiá, no sul destaca-se o Rio Grande; a oeste, a Serra dos Confins e o Rio Santa Fé; e a leste, a Matriz de São Bento no Arraial do Tamanduá.



Mapa 12: Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona, elaborado por Manoel Ribeiro Guimarães, citado como uma cópia de 1784, manuscrita em aquarela, que mede 32 x 40 cm, do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (n. 258/1165).  
 Fonte: COSTA et al., 2002, p.184

Para se compreender o mapa (Mapa 13), é importante registrar que, na década de 1740, a capitania vivia um paradoxo. De acordo com Souza (1996), de um lado, ocorria o crescimento da população nas áreas de mineração, por outro, o ouro era cada vez mais escasso. Esse fato provavelmente obrigou um grande número de pessoas a buscarem outras alternativas de sobrevivência, passando, dessa forma, a disputarem com os negros as terras afastadas do núcleo minerador, até então ocupadas por quilombos.



Mapa 13: Mapa Exhaustivo do Mapa da Conquista do Mestre de Campo

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

Ainda segundo Souza (1996), os fazendeiros viam no combate aos quilombos a oportunidade de garantirem a posse efetiva de suas terras e até mesmo de ampliá-las, com a possibilidade de conseguirem a doação de uma ou mais sesmarias como recompensa por sua participação no combate aos quilombolas. Assim, combater os quilombolas para uns era motivo de sobrevivência, para outros, de lucro. (SOUZA, 1996).

Em 1769, governava a Capitania de Minas Gerais José Luiz de Menezes Castelo Branco, o Conde de Valadares, que sucedeu Luiz Diogo no Governo da Capitania. O novo governador empenhava-se em “aumentar os rendimentos auríferos da Coroa por meio de novos descobertos” e em ampliar o povoamento para o sertão, uma vez que havia muita gente ociosa e sem trabalho nos antigos núcleos urbanos das áreas mineradoras. (SOUZA, 1996, p. 196)

Foi nessa data que o governador convocou Ignácio Correia Pamplona, encarregando-o de formar uma expedição com pessoas interessadas em se estabelecer na zona do Campo Grande e além da Serra da Marcela, que fica na região do atual centro-oeste mineiro, também cartografada no “Mapa de Todo o Campo Grande”.

Inácio Correia Pamplona nascera em 1731 na ilha Terceira, bispado de Angra, filho legítimo de Manuel Correia de Melo e Francisca Xavier Pamplona. Antes dos trinta anos se tornara comerciante no Rio de Janeiro, logo passando a trazer mercadorias para Vila Rica e São João del Rey. Fixou-se nessa vila, e trabalhou como cobrador do Contrato das Entradas [...] casou-se, como tantos portugueses, com a mulata ou negra forra Eugênia Luísa da Silva, filha de pai incógnito e de Teresa Francisca Santarém, natural da costa da Mina e depois forra ela também. Em 1765, [...] já andava desbravando sertões nas nascentes do rio São Francisco, exterminando índios, quilombolas e se instalando perto de Bambuí num lugar chamado Desempenhado, que recebera, além de outros sete, como sesmarias pelos serviços prestados. (SOUZA, 1996, p. 196-197).

O Governador Lobo tentava novamente civilizar a região e, para isso, encarregou Pamplona

de formar uma companhia de pessoas idôneas, gente de valor, a fim de penetrarem com ânimo de se estabelecerem na Zona do Campo Grande e além da Serra da Marcela, obrigando-se o governo a lhes conceder por sesmarias as terras que escolhessem [...] (VASCONCELOS apud AMANTINO, 2001, p. 191)

Segundo Amantino (2001), a dominação efetiva sobre o sertão só ocorreria se a Coroa conseguisse controlar as pessoas e as terras, realizando seu “projeto civilizador”. Para as terras, a estratégia utilizada seria a doação de sesmarias para quem tivesse condições de desenvolvê-las. O obstáculo maior se referia à dominação sobre os povos indígenas e quilombolas.

No que se refere às expedições enviadas ao sertão, não se percebe, até 1735, uma preocupação maior em se controlar as pessoas e terras; elas basicamente se limitavam a resolver um problema imediato, como um ataque a um quilombo que incomodava a população de determinada região, por exemplo. Mas nota-se que, a partir de 1735, principalmente com a nomeação de Gomes Freire de Andrade como governador da Capitania, houve uma mudança substancial nas intenções dessas missões.

De acordo com Amantino (2001), as expedições enviadas ao sertão passam a ter um caráter mais global, empenhadas não somente no combate ao quilombola ou ao gentio hostil, mas também em realizar experiências minerais, mapear, conhecer e ampliar os limites da capitania. As expedições passaram a ser caras, numerosas e complexas em sua organização, pois além de combater os elementos que estivessem prejudicando o povoamento e o desenvolvimento da região, passou também a ser incumbência das expedições, levar ao sertão os aspectos civilizatórios. Sendo assim era necessário “criar igrejas, símbolo do poder divino sobre os homens, casar pessoas que viviam em concubinato, iniciar plantações, no sentido de favorecer novas expedições” (AMANTINO, 2001, p. 183).

Uma vez alcançado o objetivo de controle dos elementos que ofereciam obstáculos ao avanço civilizatório, sobretudo negros aquilombados e indígenas hostis, a dominação era efetivada com a posse da terra a quem tivesse condições de fazê-la produzir e defender. Essa idéia fica clara se observarmos que a década de 1760 e a primeira metade da década de 1770 foram um período marcado pela grande concessão de sesmarias,

[...] entre 1764 e 1768, o governador Luiz Diogo Lobo da Silva concedeu um total de 362, o que corresponde à média anual de 90,5; José Luiz de Menezes, conde de Valadares, sucedeu-o no governo e, entre 1768 e 1773, concedeu 443, ou seja, 88,6 a cada ano. (SOUZA, 1996, p. 195)

Fica claro que as expedições passaram a ter uma preocupação com a civilidade: o objetivo não era somente estabelecer um domínio físico da população, mas levar ao sertão os aspectos normativos da sociedade portuguesa, tida como civilizada. Comandar expedições com tamanha complexidade não era tarefa fácil. Sendo assim, teriam de ser confiadas a homens com grande poder de liderança, dotados da capacidade de manter centenas de homens sob seu comando, prontos a executar as mais variadas tarefas sem questionamento.

Segundo relato contido nos An.Bib.Nac. (1988), Ignácio Correia de Pamplona, líder de uma das expedições enviadas aos sertões das Minas Gerais, fazia questão de resolver as pendências judiciais, prender criminosos, processar outros e matar os inimigos indígenas e quilombolas. Pamplona possuía poderes absolutos dados pelo Governador ao lhe patentear como Mestre de Campo e “Regente dos distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás”. (SOUZA, 1996, p. 198)

“Pamplona, por volta de 1765, já havia se instalado na região designada por Campo Grande, desbravando os sertões nas nascentes do Rio São Francisco, combatendo índios e quilombolas.” (SOUZA, 1996, p.197). A 18 de agosto de 1769, partia do atual município de Lagoa Dourada, em Minas Gerais, a expedição chefiada por Ignácio Correia Pamplona. Esse encargo, atribuído pelo governador da Capitania já referido, veio também acompanhado de uma patente, a de Mestre-de-Campo e autoridade de regente dos distritos de Piumhi, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás.

Assim, "Pamplona foi feito chefe militar e civil dessa grande região, onde deveria dar continuidade à obra de desbravamento, iniciada anos antes, e se apoiar, para as excursões ao sertão, nos povoados já existentes". (SOUZA, 1996, p. 198).

Existe um diferencial que distingue a expedição chefiada por Pamplona das outras incursões realizadas na mesma época, que consiste no fato de o cotidiano da missão ter sido detalhadamente relatado por um dos integrantes. Até o momento, não foi possível identificar os motivos dessa tão grande descrição, mas parece estar ligada ao sentimento vaidoso do Mestre-de-Campo e sua incessante busca de autopromoção. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 73-90)

A expedição se reuniu na fazenda do Capote (An.Bib.Nac, 1988, p. 73-90), de propriedade de Pamplona, localizada nas imediações do atual município de Lagoa Dourada, em Minas Gerais, para onde afluíram homens vindos de diferentes pontos da Comarca do Rio das Mortes,

alguns fizeram-no apenas nos primeiros momentos da marcha, por amizade e a cavalo. A pé seguiam inicialmente 58 escravos de Pamplona, armados, como em expedição de guerra, de espingarda, clavinhas, facões, pólvora, chumbo e bala”, que somados aos brancos e mestiços, formavam uma tropa de aproximadamente duzentos homens, sendo necessário a utilização de 52 animais para o transporte das provisões. (SOUZA, 1996, p. 199)

Compunham ainda a expedição, um capelão, um cirurgião e uma “companhia de oito músicos, dos quais somente um era branco, outros sete eram escravos negros de propriedade do mestre de campo”, e ainda dois pretos tocadores de tambores (SOUZA, 1996, p. 199).

Os músicos, a cada amanhecer, tocavam e cantavam, às vezes entoavam ave-marias e até mesmo, em momentos de euforia, recorriam a peças profanas. A cada alvorada, junto com os cânticos, vinham as missas, sempre ouvidas pelos

entrantes e por aqueles que eventualmente encontravam-se ali. Músicas e preces pareciam disciplinar os homens e atenuavam as incertezas e apreensões da missão. A cada saída de um destacamento, ordenavam-se em fila dupla, ouviam a missa e erguiam a santíssima cruz para ser reverenciada naquele lugar por todos os passageiros, como sinal de redenção. “Em nenhum dos dias da jornada se descuidavam os entrantes de rezar o terço ao cair da tarde”. (SOUZA, 1996, p. 200).

De acordo com Souza (1996), o pernoite da tropa, sempre que possível, era realizado nas fazendas que se encontravam ao longo do caminho, onde muitas vezes novos entrantes se somavam à expedição. Um fato curioso é que, no dia seguinte, “o dono da fazenda” e seus agregados acompanhavam a expedição durante algum tempo, como se estivessem motivando os participantes a encarar com disposição e coragem as possíveis adversidades que enfrentariam. (SOUZA, 1996, P. 199)

Músicas, missas e preces pareciam ter finalidade de devolver a dimensão humana a sertanistas envolvidos em um universo muitas vezes violento e encoberto de incertezas, que aumentavam com o avanço da tropa em uma região desconhecida, habitada por “inimigos bárbaros” sobre os quais pouco se sabia.

Porém, mais intrigante do que a pequena orquestra que compunha e acompanhava a expedição, era a prática também cotidiana de se produzir e proclamar versos.

Ainda segundo Souza (1996), a cada parada, pouso ou refeição, os integrantes da expedição realizavam uma verdadeira sobremesa de poesias. Ofereciam versos ao Mestre-de-Campo e os demais integrantes da comitiva. Esses versos eram em grande parte pobres, sem preocupações estéticas e de gosto duvidoso.

Nesse contexto, o que mais chama a atenção é o fato de homens acostumados com a vida dura do sertão, de perseguição a negros aquilombados, busca de metais preciosos e truculências de todo tipo, se entusiasmarem pela construção de metáforas e estrofes.

Vários dos versos escritos pelos “poetas do sertão”, transcritos pelo escrivão da expedição, permanecem anônimos e muitos desses poetas criaram poemas enaltecendo as virtudes do Mestre de Campo, comparando-o a heróis como Hércules, dos gregos, ou Moisés, dos hebreus. (SOUZA, 1996, p.203).

Hércules lhe dá a clava e dia a fama  
respeitem as idades o meu brado;  
aqui um Alcides novo hoje se aclama.  
Já se foi como Hércules esforçado  
cinja o grande Pamplona a verde rama  
que o faça sempiterno e decantado. (SOUZA, 1996, p.202)

De acordo com os Anais da Biblioteca Nacional (1988), a expedição de Pamplona não propunha somente combater quilombolas e indígenas hostis, mas também procurar novas jazidas de ouro, edificar pontes, estradas e capelas, fixar população na vasta região do Campo Grande através da distribuição de terras. Vários homens vindos de diferentes localidades da Comarca se aventuraram pelo sertão com o intuito de receberem terras como pagamento pela participação na expedição. Dessa forma, muitos homens viam nessa empreitada a oportunidade de saírem da pobreza, pois era a única maneira de obterem terra, já que essa tinha sempre um preço.

A rotina da expedição transcorria, com a alvorada sendo executada ao som de música até na hora da missa. Somente ao fim dessa é que a expedição seguia seu caminho. Porém, à medida que a tropa ia se interiorando, os problemas iam surgindo; eram contendas que apareciam entre os diversos participantes da missão, sendo mediadas com o uso da autoridade conferida ao Mestre-de-Campo pelo governador. As divergências entre Pamplona e seu tenente, José da Serra Caldeira, iam se tornando cada vez maiores; fuga de escravos e deserção de alguns elementos da expedição, que entravam em pânico frente ao provável e iminente embate com quilombolas. Na execução de sua missão, Pamplona também teve problemas com as autoridades. O juiz de sesmarias da Vila de São José, João Ribeiro de Freitas, alegou ao governador que Pamplona estava “usurpando a jurisdição e medindo e demarcando sesmarias no Sertão de São Francisco sem faculdade ou comissão [dele].” (AMANTINO, 2001, 195). Como a região era pouco povoada e a população existente era, em sua grande maioria, pobre, foi grande a dificuldade de se conseguir mais homens para realizar todas as atividades propostas pela missão. Segundo Souza, (1996), a situação continuou a piorar na medida em que os pelotões que saíam à procura de metais preciosos nada encontravam. Como consequência, as pessoas já estabelecidas na região e os homens participantes da expedição possuidores de escravos negavam-se a emprestá-los para a execução das obras públicas, alegando não possuí-los ou serem em número muito escasso.

Depois, pediam sesmarias, justificando o pedido pela posse de um número elevado de escravos. Por fim, acreditavam que a região não era tão fértil assim e que Pamplona os havia enganado.

estes moradores [ de Campo Grande] já irados de mim uns com os outros clamam que eu os enganei e os guiei aquele lugar com promessas vãs e os reduzi a pior estado e que não querem fazer as suas fabricas de teares para não pagarem o que não podem lucrar dos algodões, trigos, centeio, cevadas e outros legumes de abundância e fartura que servem a terra e que logo todos daquela paragem se retiravam sem demora. (AMANTINO, 2001, p. 196)

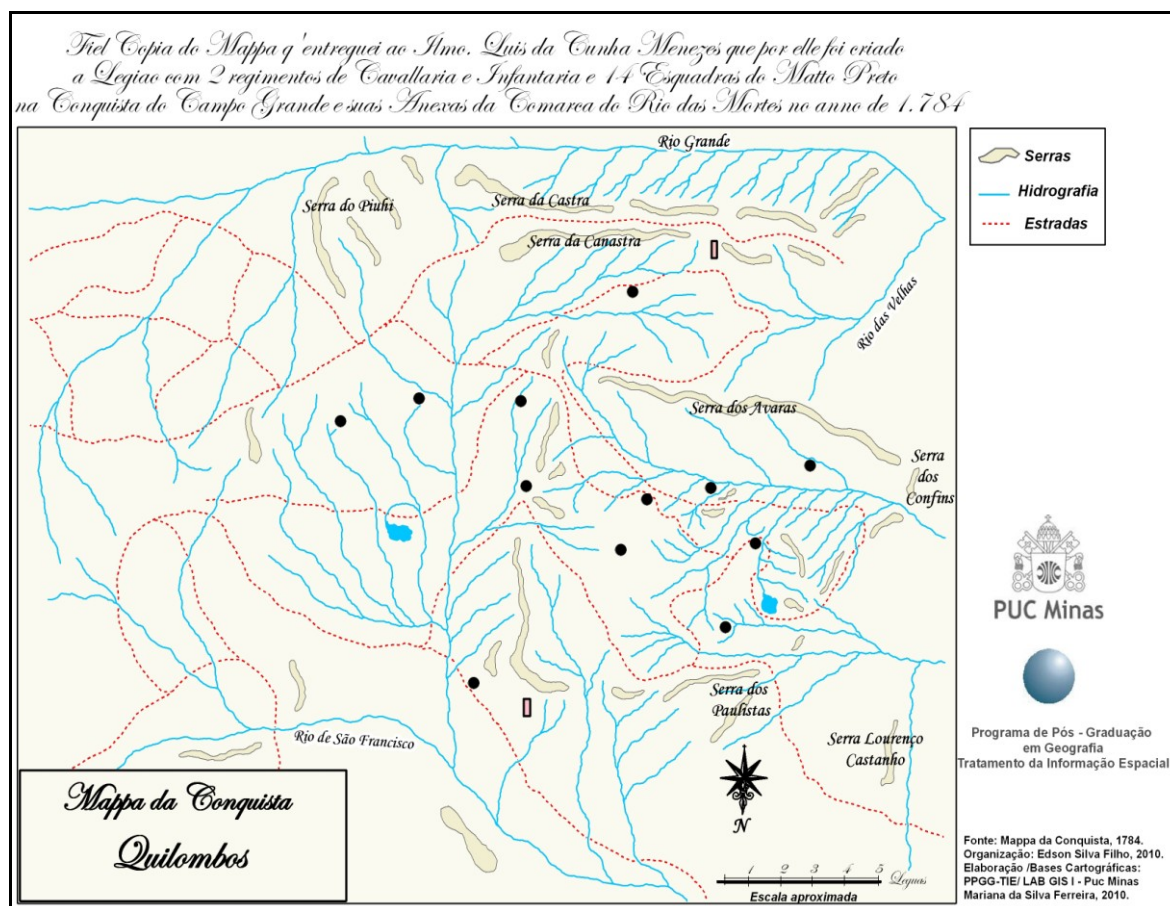
Ainda segundo Souza (1996), todos os quilombos encontrados pela expedição achavam-se vazios ou com pouquíssimas pessoas. Parece que a estratégia adotada pelos quilombolas foi sempre a fuga em detrimento da luta. Conjectura-se que os quilombolas tinham total conhecimento da região e, possivelmente, com a utilização de espiões e batedores, conseguiam se adiantar aos movimentos da tropa, evitando o conflito. Não se pode deixar de citar que, nessa expedição em particular, o elemento surpresa não foi uma de suas características, uma vez que o grupo era bastante ruidoso por ser também composto por uma pequena orquestra, realizar missas diárias e declamar versos.

Parece que a expedição de Pamplona não alcançou os resultados práticos a que se propunha, pois ouro não foi encontrado e praticamente não se prendeu quilombolas. Os resultados mais efetivos se referem à construção de pontes, caminhos, edificação de capelas, distribuição de terras e a posse da região para a Câmara de São João Del Rey<sup>68</sup>. Porém, no que se refere à posse da terra, há de se fazer ressalvas, pois com a saída da expedição, quilombolas e indígenas retornaram à região promovendo novos ataques a sesmeiros e fazendeiros, obrigando-os muitas vezes a abandonar a região. Como resultado, “novas expedições tiveram de ser organizadas com o objetivo de retomar o processo de ocupação”. (AMANTINO, 2001, p.195-196).

No “Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correia Pamplona”, os quilombos são representados por círculos na cor carmim e são enumerados de 30 ao 43. Estão localizados nas proximidades de rios e são representados elementos da vegetação e do relevo. (Mapa 14).

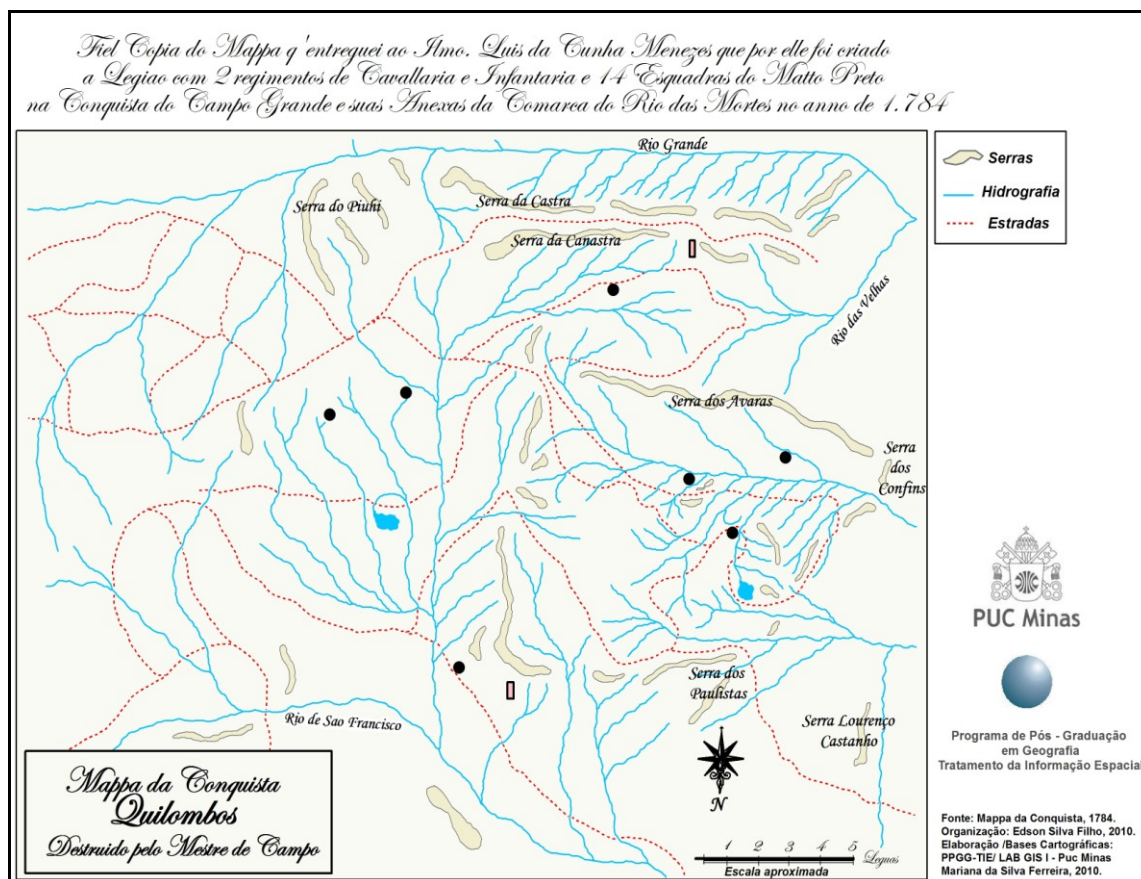
---

<sup>68</sup> Ver ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (1988), p. 53-106



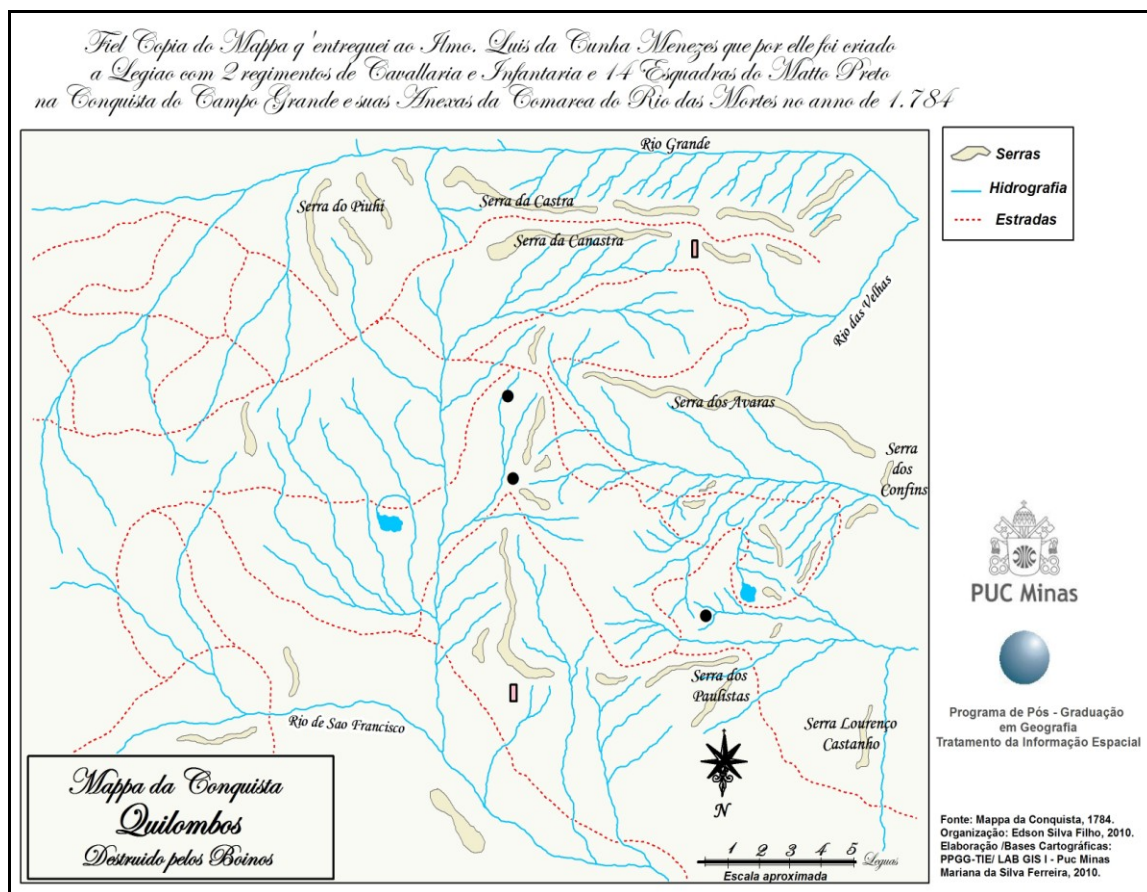
Mapa 14: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos  
Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

No Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correia Pamplona, consta que, dos 12 (doze) quilombos cartografados, 07 (sete) foram destruídos pelo Mestre de Campo (Mapa. 15). O quilombo de número 30 tem como referência, no mapa, o topônimo “Mata da Chapada”. O quilombo de número 31 está localizado nas nascentes do Ribeirão Julião; 32, situado no caminho feito pelo Mestre de Campo, entre as cabeceiras do Rio São Francisco e o Ribeirão de Santo Antônio; 36, à margem direita do rio Santa Fé; 37, no Rio Santo Hipólito, ao sul da Serra das Araras; 38, no médio curso do Rio Santa Helena. Faz-se destaque para esse quilombo, pois parece que um caminho foi construído permitindo o acesso a ele; e por fim, o 42, localizado entre a Serra da Marcela e o Rio São Francisco.



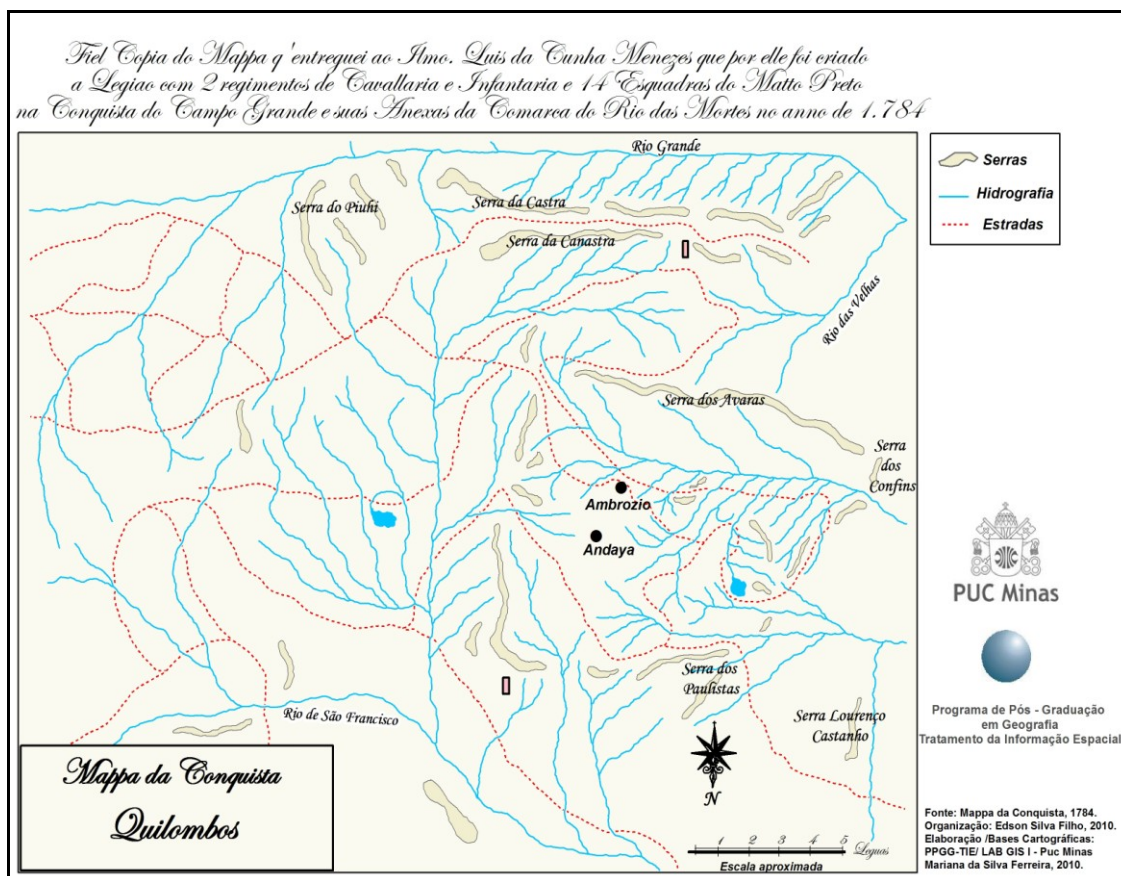
Mapa 15: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos Destruídos pelo Mestre de Campo  
Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

Os quilombos de números 33, 34 e 39 foram destruídos por “boinos” (Mapa 16). No desenvolvimento dessa pesquisa não foi localizada a origem da palavra “boinos”. Conjectura-se que esse termo possa estar ligado à palavra “baino”, reinos ou emboabas. Entende-se por reinóis - ou emboabas - os portugueses do reino, baianos, pernambucanos e todos aqueles que não eram paulistas. Trata-se, possivelmente, de quilombos destruídos pelos emboabas por ocasião da guerra de mesmo nome que opôs paulistas e emboabas no início do século XVIII, pelo domínio e controle das jazidas de ouro das Minas Gerais, sobretudo na região da cidade mineira de São João Del-Rei. Porém, até esse momento, não foi comprovada a efetividade de tal suposição.



Mapa 16: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos Destruídos pelos Boinos  
Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

O quilombo de número 35 é o Indaiá. No mapa não se registra sua destruição pela expedição do Mestre de Campo, nem por outras anteriores. No mapa, no número 41, encontra-se a referência à destruição de um quilombo em 1764. Acredita-se que esse quilombo tenha sido destruído por outra expedição, também comandada por Pamplona, uma vez que esse já realizava incursões nessa região no ano citado. Finalmente, o Quilombo do Ambrósio é destacado no número 43, último quilombo enumerado (Mapa 17).



Mapa 17: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Quilombos Indaiá e Ambrósio

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

O relato do diário da expedição publicado nos Anais da Biblioteca Nacional (1988) é também acompanhado de mapas e croquis dos quilombos destruídos ou localizados pelos destacamentos. Com vistas a nomear os quilombos grafados no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos”, uma vez que esses são identificados somente por números, procurou-se realizar a comparação das informações contidas no diário, nos croquis do mapa e plantas dos quilombos produzidos pelo escrivão da entrada de Pamplona com o Mapa da Conquista de todo o Campo Grande.

O Quilombo de São Gonçalo foi o primeiro a ser invadido pela expedição. Nele havia poucos negros, que estavam empenhados na fabricação de farinha destinada à alimentação dos demais integrantes do quilombo, nesse momento ausentes, envolvidos na construção de outro quilombo em localidade diferente. Somente um negro foi preso nesse quilombo. A localização desse quilombo consta grafada nos croquis como sendo a de número 79, localizada na porção superior da

carta, sendo limitado ao sul pelo Ribeirão Quebra-anzois e ao norte pelo Ribeirão do Sacramento (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 101; 104).

Tomando-se como ponto de referência a Serra da Marcela, que é um importante elemento do relevo presente tanto nos croquis como no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos”, pode-se observar que a localização do Quilombo de São Gonçalo está grafada nos croquis com o número 79, situado a sudeste da Serra da Marcela, próximo ao Ribeirão do Sacramento. Apesar de não haver uma correspondência imediata entre os distintos topônimos dos dois documentos históricos, pode-se observar que o quilombo indicado no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos” por meio do número 31 se encontra na direção mais aproximada daquela indicada para o mesmo quilombo nos croquis elaborados durante a expedição. Assim, acredita-se que o quilombo número 31 no Mapa seja o de São Gonçalo (Fig.11).

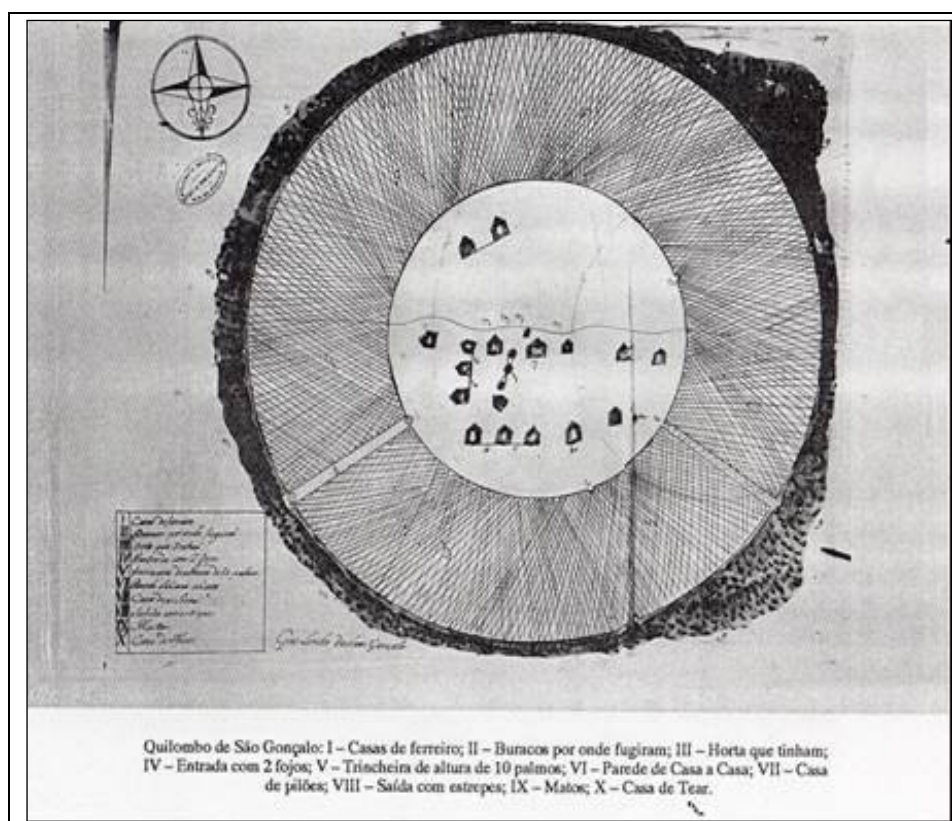


Figura 11: Quilombo de São Gonçalo

Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.107.

É interessante observar que apenas um negro foi capturado nesse quilombo. Ao ser questionado sobre a razão do nome do quilombo, informou que sua população fora acometida por uma “grande epidemia”, fato que levou-a a fazer votos ao dito santo, tido como de grande devoção entre os quilombolas. Em sua homenagem foi edificado um novo quilombo e batizado com seu nome (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 102). Percebe-se, nesse relato, um forte indício da fé católica entre os integrantes do quilombo.

Na descrição da rota da expedição (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 102), consta que o segundo quilombo alcançado pela expedição foi o “Quilombo de Santos Fortes” (Fig.12), grafado nos croquis com o número 90, na porção superior da carta, localizado na Serra dos Santos Fortes, no entorno da Mata do Salitre. Devido às diferentes nomeações dos topônimos, até o momento não foi possível realizar uma fiel correspondência entre as localidades mapeadas nos croquis e as nomeadas no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos” de forma a indicarem uma total correspondência. Dessa maneira, acredita-se que o quilombo de número 30, grafado no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos”, possa ser o Quilombo dos Santos Fortes, pelo fato de ser o único quilombo que se localiza em direção sudoeste do Quilombo de São Gonçalo.

O negro capturado no Quilombo de São Gonçalo, ao ser interrogado pelo Mestre de Campo na localidade de Tamanduá, informou que os saques e as desordens haviam sido feitas pelos negros que habitavam o Quilombo da Sambabaia. Esse fato parece ter provocado algum sentimento de vingança por parte dos membros da expedição, pois o escrivão procurou fornecer informações mais apuradas sobre o destino dos quilombolas. O Quilombo dos Santos Fortes foi também encontrado vazio, mas foi saqueado, e os tecidos fabricados pelos negros foram destruídos. Antes de abandonarem o quilombo, os componentes da expedição deixaram “plantações organizadas”, com vistas a servir de abastecimento da tropa ou de possíveis sesmeiros. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 102).

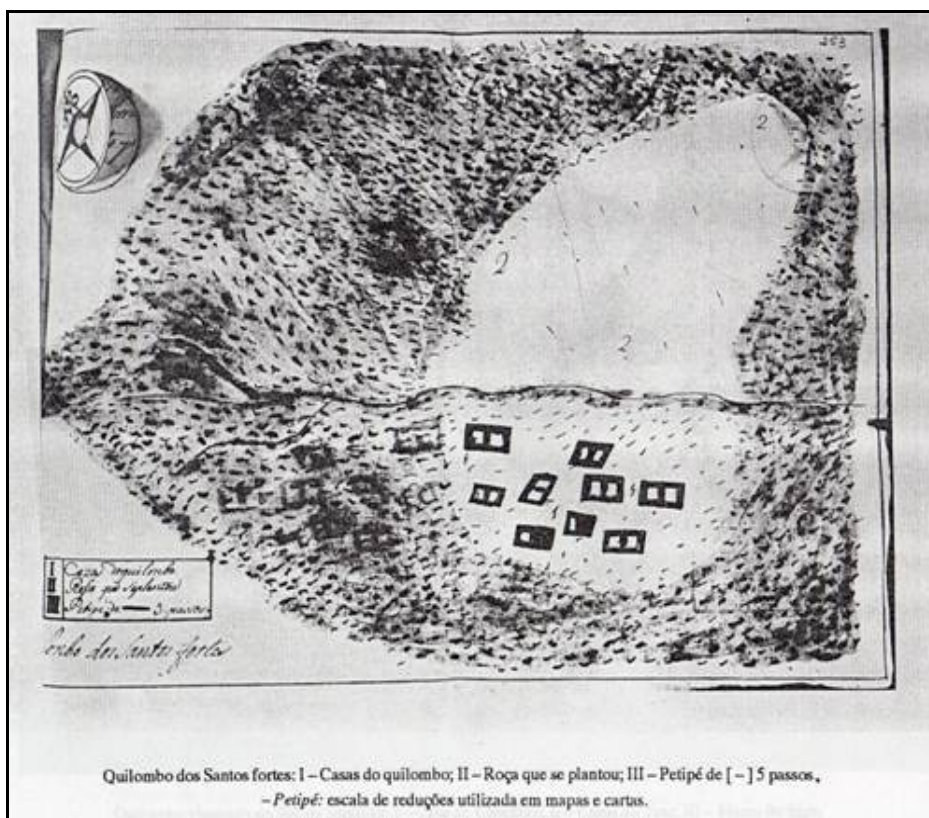


Figura 12: Quilombo dos Santos Fortes I

Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.109

O escrivão acreditava que os negros do Quilombo dos Santos Fortes haviam se retirado para um quilombo chamado “Quilombo de um dos braços da Perdição” (Fig.13), localizado em uma das margens do Rio da Perdição. Nos croquis produzidos na missão, existe a citação desses dois quilombos, mas não a sua exata localização. Porém, no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos”, o quilombo de número 33, localizado a sudoeste do documento, encontra-se à margem direita do Rio da Perdição, fazendo ao norte divisa com a Serra da Marcela, localização que se constitui em uma referência muito próxima daquela descrita pelo escrivão.

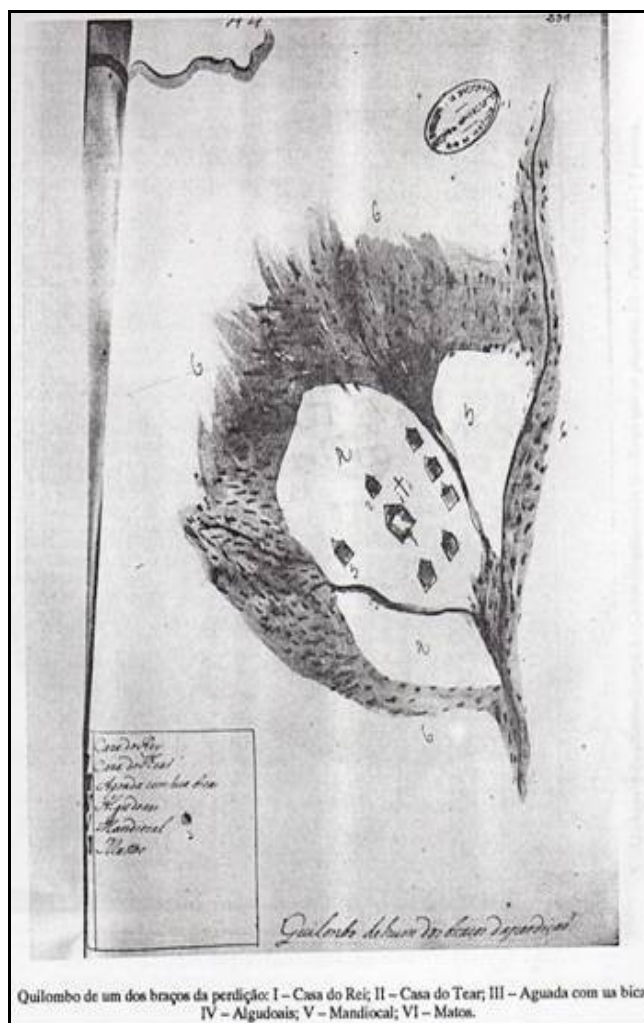


Figura 13: Quilombo de um dos Braços da Perdição  
 Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.108

O quilombo de número 34, grafado no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos”, aparece como “quilombo destruído pelos “bainos”. Até o presente momento, não se sabe dizer o porque desse nome. Acredita-se que esse quilombo encontrava-se abandonado, pois não há relato de saques, captura de negros ou plantações organizadas. Porém, sua planta foi detalhadamente elaborada pelo escrivão, talvez com a intenção de proporcionar um maior nível de conhecimento da infra-estrutura dos quilombos existentes ou que existiram na região. A hipótese que se levanta é que essa edificação seja o quilombo chamado “do Rio da Perdição” (Fig.14), pelo fato de se localizar à margem esquerda do rio supra citado, próximo do quilombo de um dos braços da Perdição. Segundo informações do escrivão, esse quilombo anteriormente era conhecido com “Quilombo do Corisco”. (ANAIS DA

BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 102).

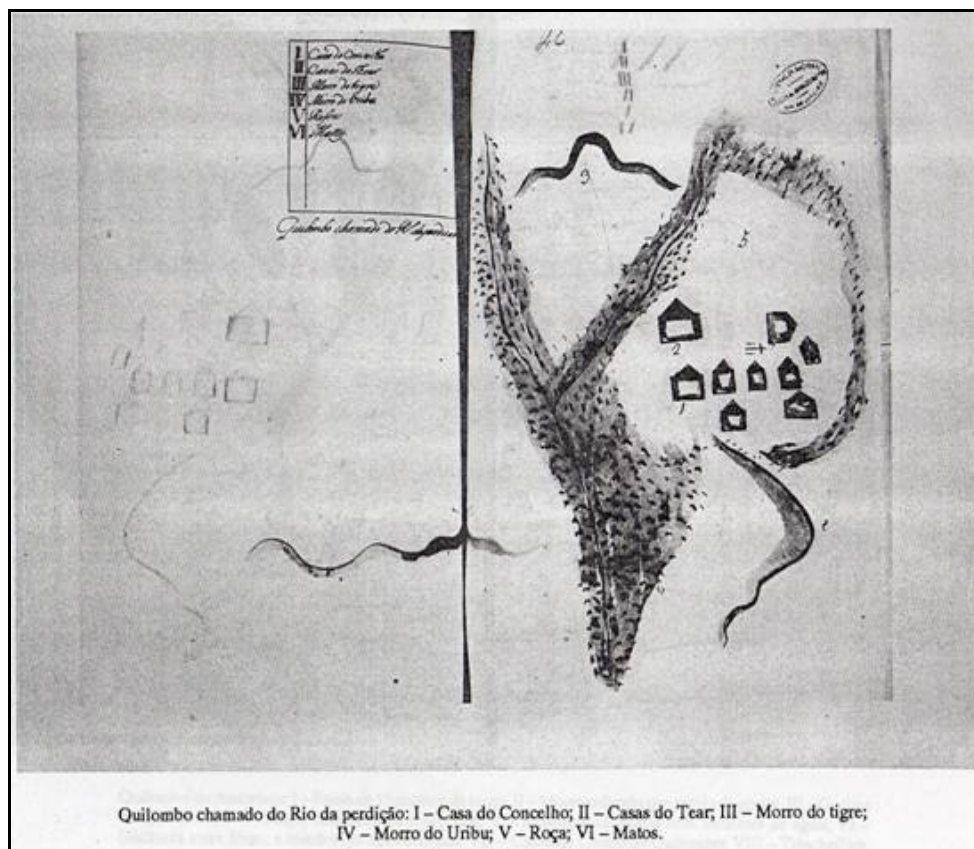


Figura 14: Quilombo do Rio da Perdição  
 Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.110

De acordo com o diário descrito pelo escrivão, no dia 14 de outubro, a expedição atravessou a Serra da Marcela, indo pernoitar em uma clareira que fica em posição frontal à Serra da Canastra. No dia seguinte, atravessou o Rio da Misericórdia, alcançou o Morro da Gorita, chegando ao Quilombo do Ambrósio (Fig.15) no dia 16 do referido mês, No Mapa da Conquista não consta a localização do Ribeirão da Misericórdia, porém tanto no citado mapa quanto no croqui, a localização do Quilombo do Ambrósio encontra-se a nordeste da Serra da Marcela e a oeste do Rio das Onze Mil Virgens. Outra importante indicação de topônimo se refere à “Serra da Mangabas”, citada no croqui, e a “Serra das Mangabeiras”, situada em localização semelhante no “Mapa da Conquista”, concluindo-se assim tratar-se do mesmo relevo. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 101-102).

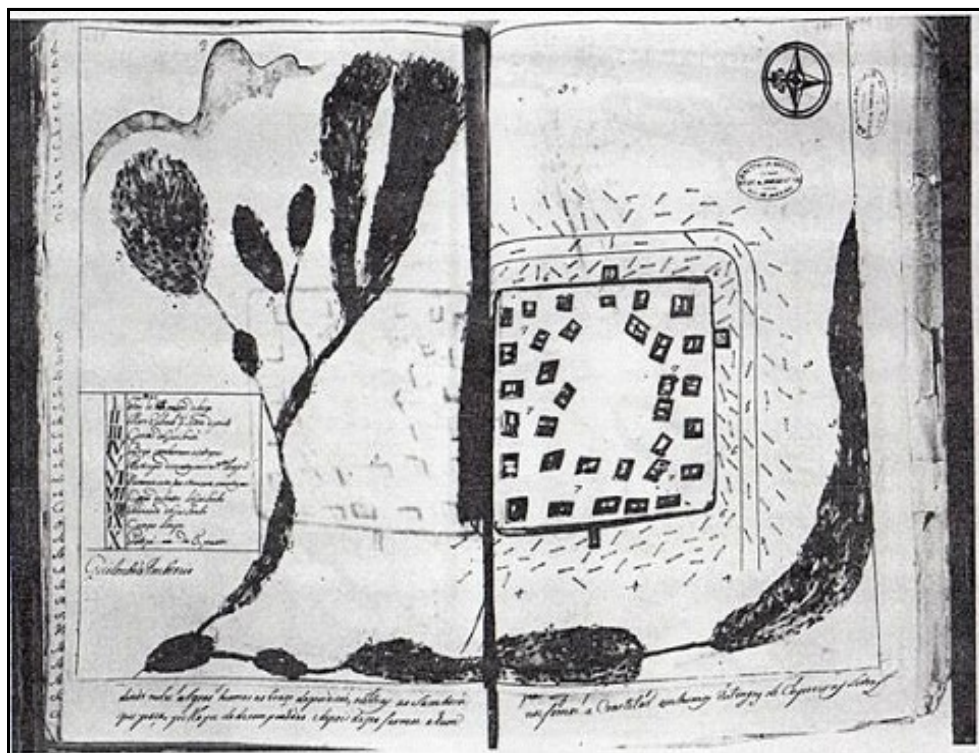


Figura 15: Quilombo do Ambrósio

Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 111

Ao se analisar os mapas e croquis, é intrigante observar a existência da planta do Quilombo do Salitre (Fig.16), porém nem seu nome nem sua localização constam nos croquis dos mapas elaborados pelo escrivão. Percebe-se ainda a citação e localização nos croquis de mapas do Quilombo do Catingá, porém não existe sua planta. Nos croquis, o Quilombo do Catingá localiza-se entre o Ribeirão e a Mata do Salitre. Assim, tendo em vista a recorrência do topônimo Salitre, acredita-se que o Quilombo do Salitre e Catingá refiram-se ao mesmo quilombo. Na porção leste do “Mapa da Conquista”, encontra-se localizado o Rio Salitre. Na mesma direção, localiza-se o quilombo de número 38, destruído pelo Mestre de Campos. Considerando-se a ocorrência do topônimo Salitre, acredita-se que o quilombo de número 38 do Mapa da Conquista seja o Quilombo do Catingá ou Salitre, apesar de não haver uma correspondente direção geográfica, uma vez que nos croquis o Quilombo do Salitre estaria localizado à sudeste do Quilombo de São Gonçalo; no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos”, entretanto, se localizaria em direção noroeste do referido quilombo.

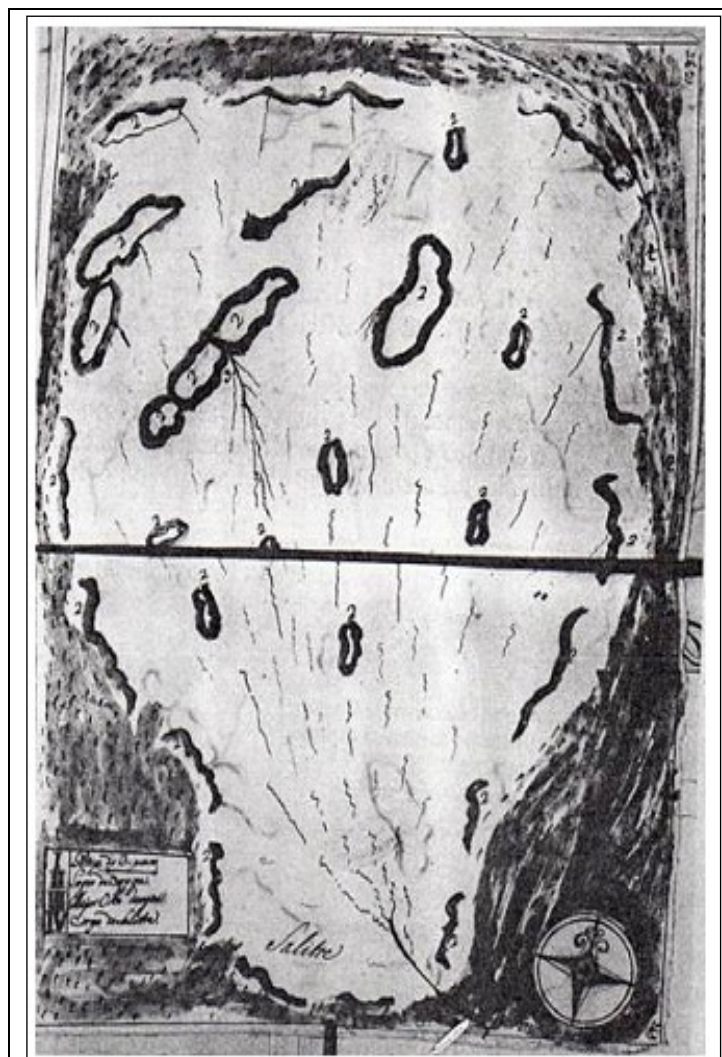


Figura 16: Quilombo do Salitre

Salitre 1: Pelipé de 3 passos; II: Lages de canga; III: Maior Olho de água; IV: Corgo do Salitre. - Canga: concentrações de óxido de ferro à superfície do solo.

Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p.112

O Quilombo da Sambabaia encontra-se numerado nos croquis de mapas com o número 76 (Fig.17). A descrição no relato da expedição também confere esse número ao quilombo (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 106), mas devido às dificuldades na leitura do documento histórico, não foi possível identificar essa numeração no croqui abaixo.

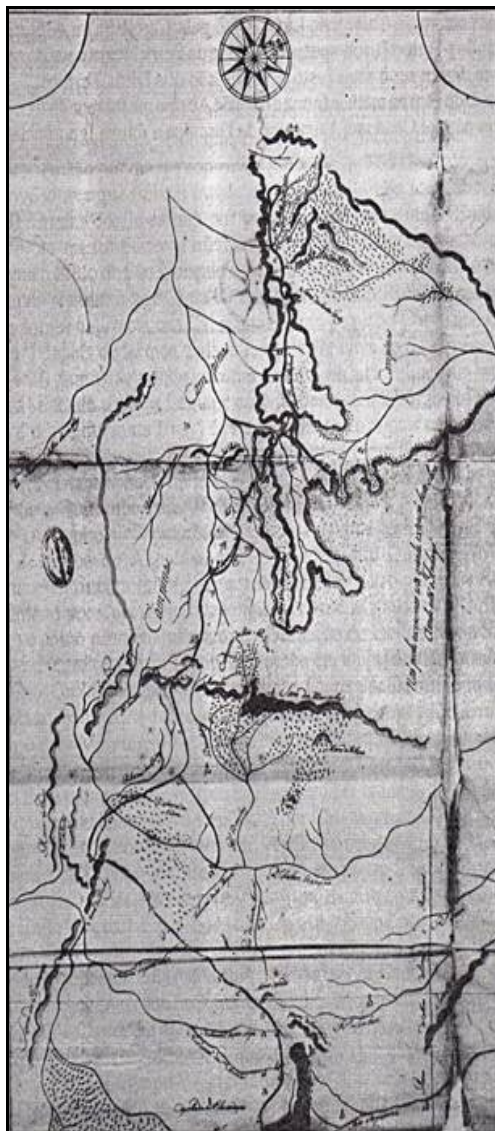


Figura 17: Mapa elaborado pelo escrivão da expedição  
Fonte: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 104

O relato da expedição informa que uma semana após terem passado pelo Quilombo do Ambrósio, os entrantes, viajando a sudeste desse quilombo, alcançaram uma localidade chamada “Sambabaia”, onde existia um quilombo. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 70). Acredita-se também que esse quilombo se encontrava abandonado, uma vez que em suas imediações foram organizadas plantações pelos expedicionários. Após o término desse trabalho, a expedição seguiu sua jornada, montando acampamento às margens do Rio das Onze Mil Virgens, encontrando dificuldades para continuar a viagem devido às inundações provocadas por esse rio.

De conformidade com o relato do escrivão, o Quilombo da Sambabaia estaria localizado entre o Quilombo do Ambrósio e o Rio das Onze Mil Virgens, na porção centro-oeste do documento, onde se pode concluir que o quilombo grafado sob o número 36 no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos” se refere ao Quilombo da Sambabaia.

Os quilombos de números 32, 37 e 42 grafados no “Mapa da Conquista do Mestre de Campos” constam como “destruídos pelo Mestre de Campos”, porém não consta, nos croquis de mapas e nos textos que relatam o diário da expedição, a descrição de tais quilombos ou sua localização.

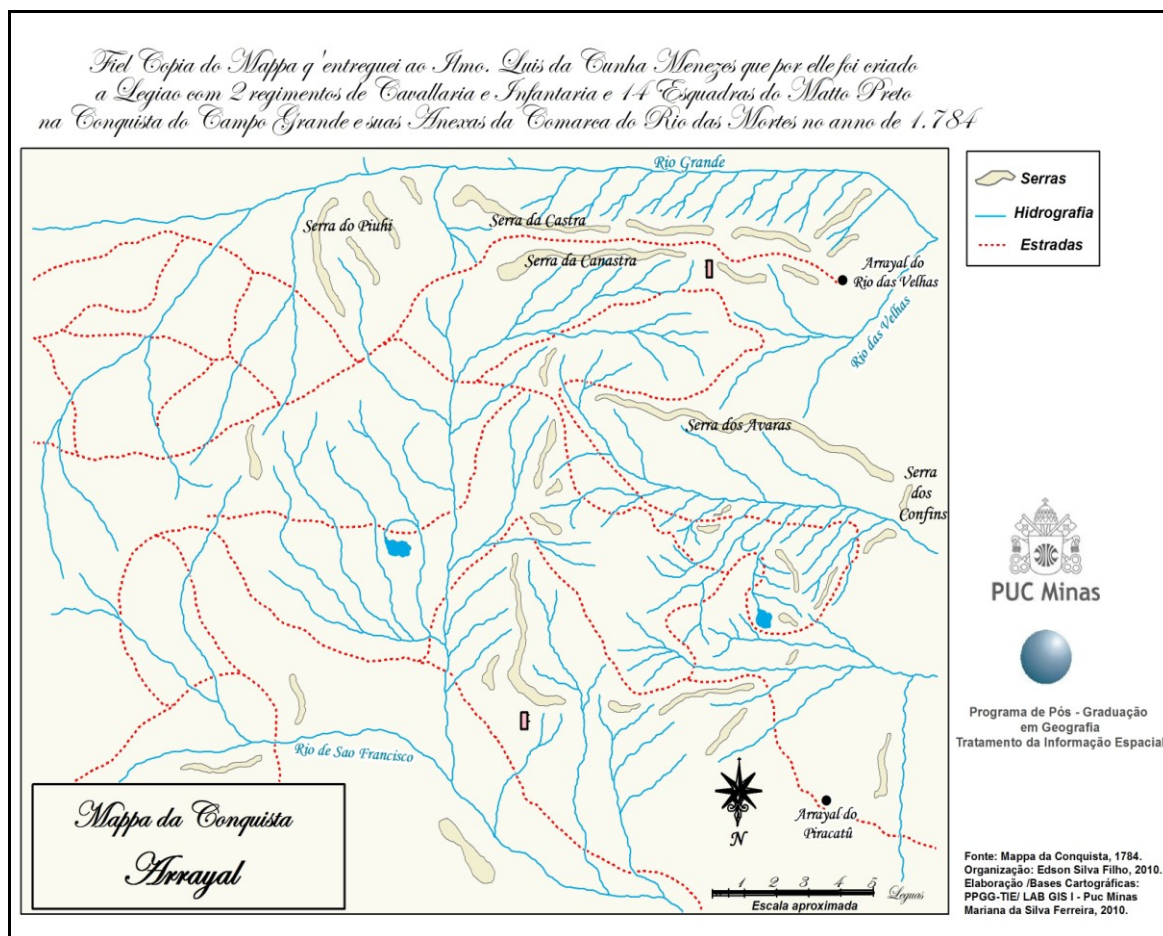
O Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correia Pamplona parece ter sido utilizado pelas autoridades mineiras para a efetiva dominação e ocupação da região, bem como para o planejamento administrativo. Como Costa et al., (2002) destacam, consta no título do mapa que

este era cópia fiel e que foi entregue ao Ilmo. Sr. Luiz da Cunha Menezes, Conde de Lumiares e Governador da Capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788, que a utilizou para a criação de uma Legião com dois Regimentos de cavalaria e Infantaria e Esquadras do Matto, envolvidas na Campanha do Campo Grande e de suas anexas da Comarca do Rio das Mortes, no ano de 1784. A localização dos destacamentos mandados instalar por ordem do Visconde de Barbacena deve ter sido acrescentada a cópia posteriormente, considerando que o mesmo só foi Governador da Capitania de Minas Gerais no período de 1788 a 1797. (COSTA et al., p.65, 2002).

No mapa, distinguem-se os arraiais de Paracatu e do Rio das Velhas<sup>69</sup>, indicados possivelmente como os maiores núcleos populacionais na porção da Capitania que é representada. (Mapa 18)

---

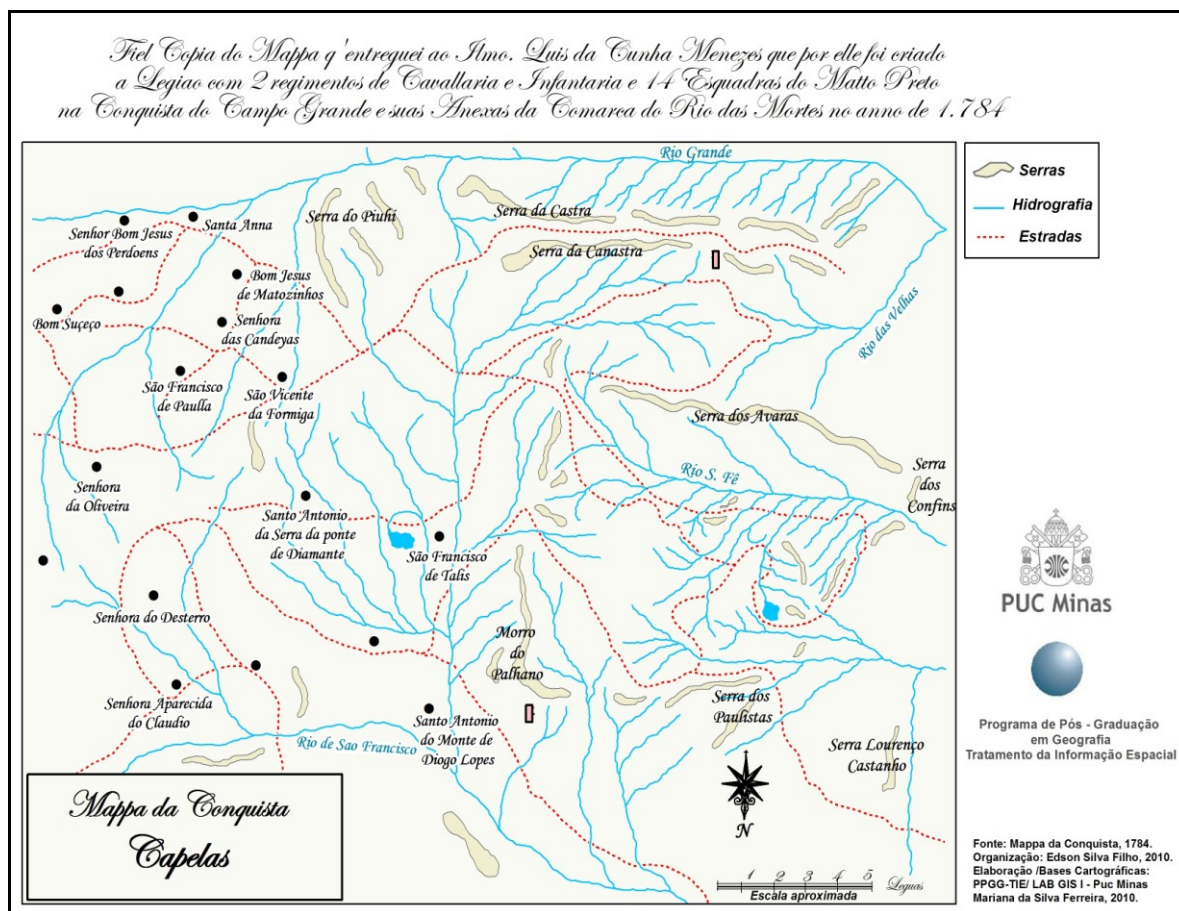
<sup>69</sup> Atual cidade mineira de Raposos. Ver Grossi (1998).



Mapa 18: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Arraial

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

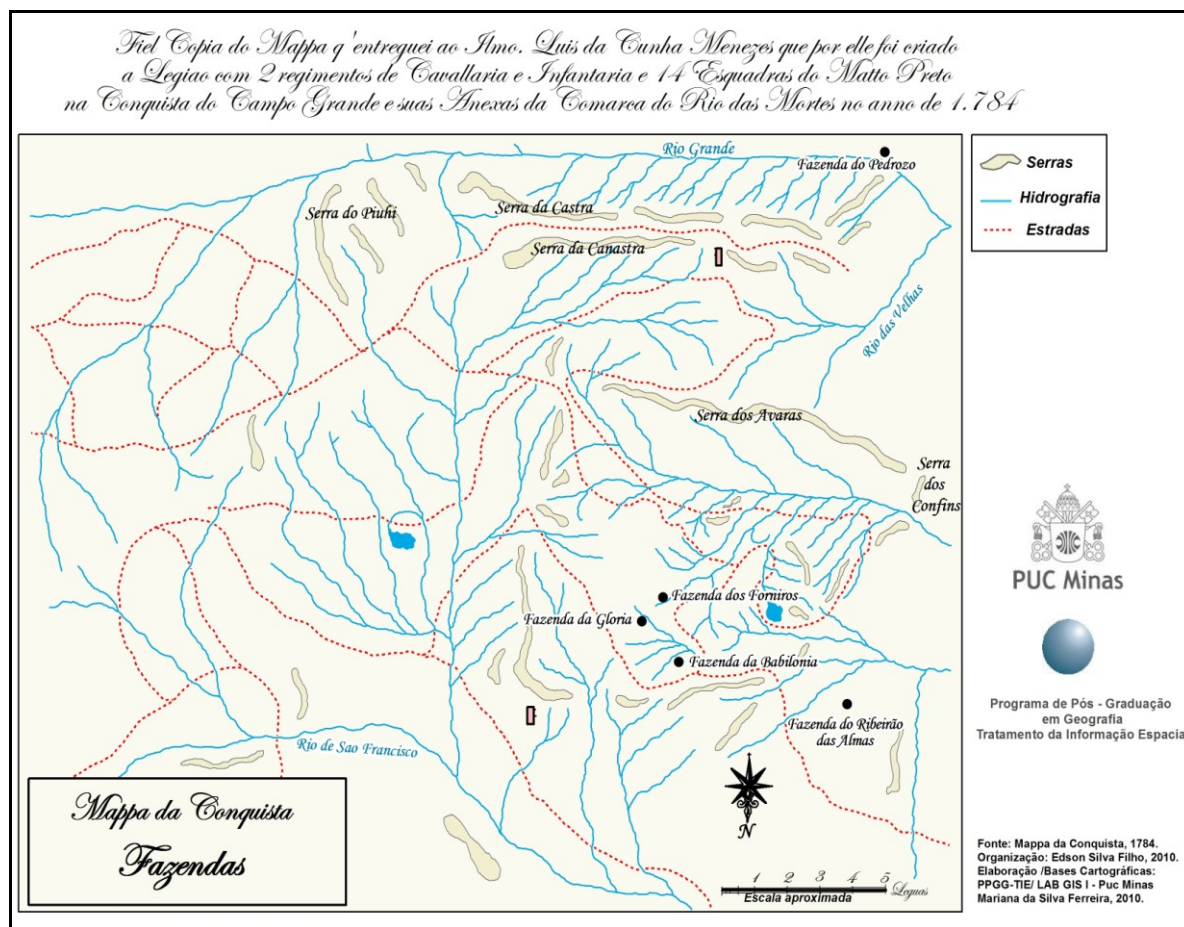
Além desses núcleos, verifica-se a ocorrência de capelas que se distribuem em toda a área cartografada, o que indica a presença de pequenos arraiais. É relevante observar que, na sua maioria, as capelas localizam-se na porção leste da região representada, onde é menor a ocorrência de quilombos, enquanto que o oeste é marcado pela presença de fazendas e pelo adensamento dos quilombos. (Mapa 19)



Mapa 19: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Capelas

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

Dessa maneira, deduz-se que parte dessa população quilombola provavelmente seria originária de fugas das fazendas localizadas nessa área, uma vez que nas áreas auríferas o processo de alforrias já era grande (Mapa 20). É importante também destacar que os dois arraiais localizam-se nessa área, sendo que grande parte dos quilombos localizava-se entre essas duas povoações. Provavelmente Paracatu encontrava-se no limite da área mais significativamente povoada, a oeste na Capitania, constituindo-se assim em local de contatos comerciais e outros interesses.

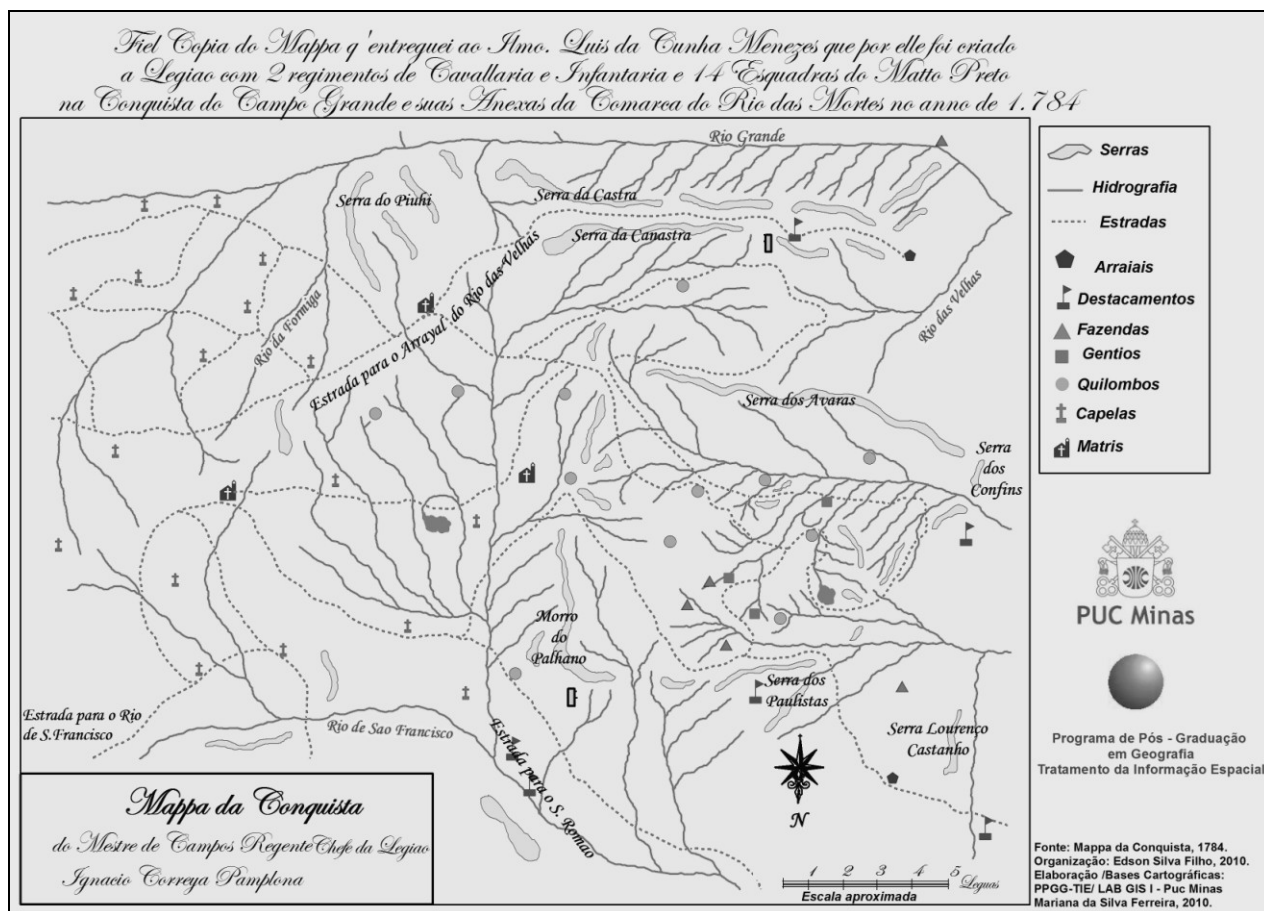


Mapa 20: Mapa da Conquista do Mestre de Campo - Fazendas

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

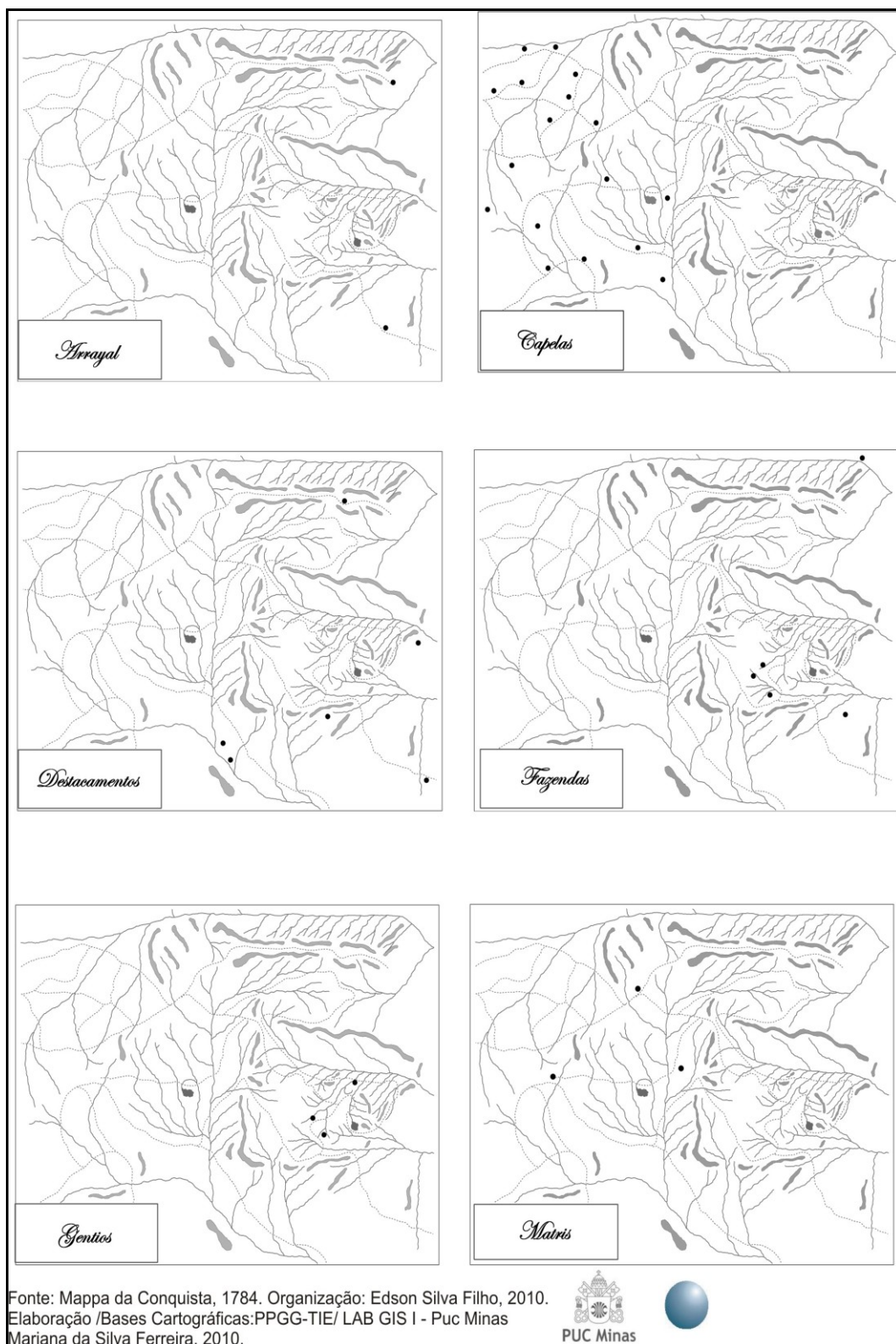
Analisando os núcleos quilombolas destruídos, a partir da Serra da Canastra pode ser observado que grande parte dos quilombos encontrava-se ao sul desse relevo, estando em sua grande maioria próximos dos cursos d'água e cortados por caminhos, fatores indispensáveis à sobrevivência, à prática da agricultura, aos deslocamentos, à prática do comércio, etc.

Com vistas a possibilitar uma visão geral dos diferentes informações contidas nos documentos foi elaborado o mapa exaustivo (mapa 21) e a coleção de mapas (mapas 22, 23 e 24) conforme apresentação abaixo.



Mapa 21: Mapa Exaustivo do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original



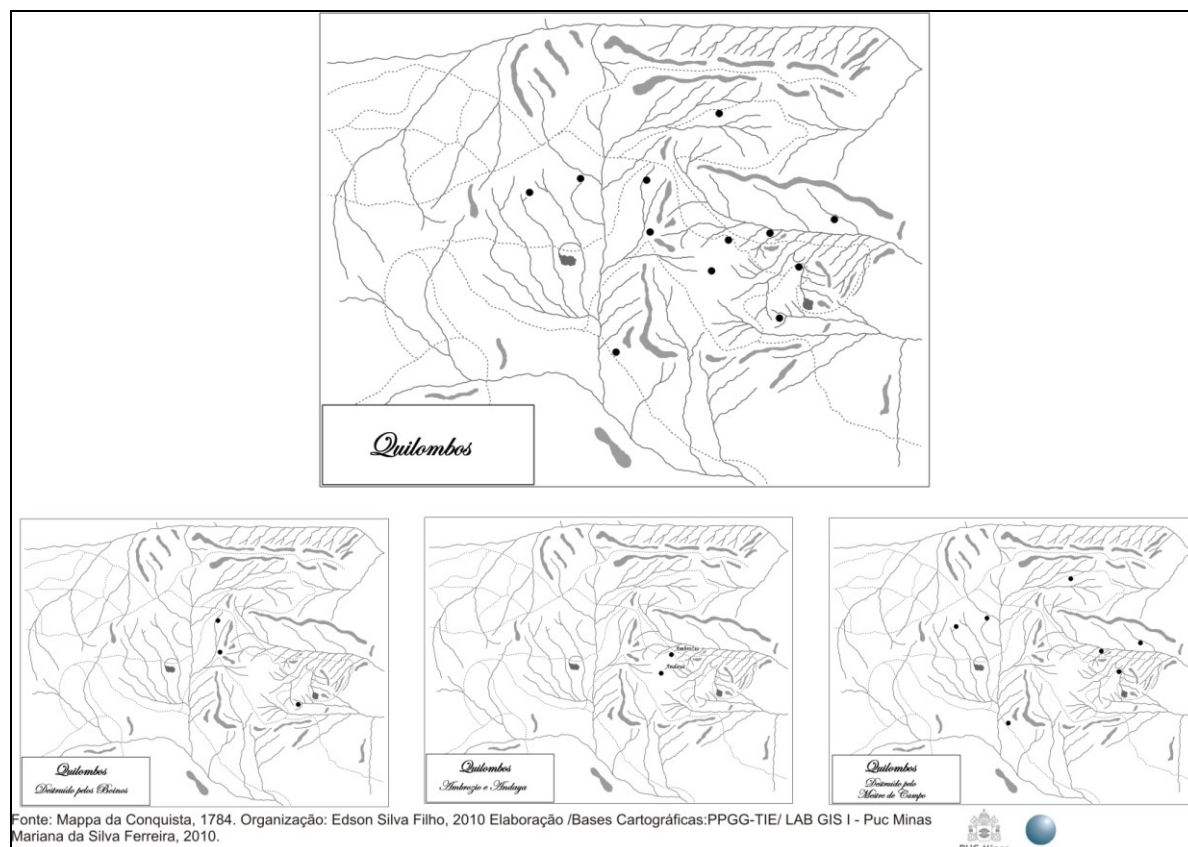
Mapa 22: Coleção de Mapas do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original



Mapa 23: Coleção de Mapas do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande

Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original



Mapa 24: Coleção de Mapas do Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande - Quilombos  
 Fonte: Mapa sob guarda do AHU, citado por COSTA, 2004, p.62, retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

Aprofundando a análise sobre os quilombos da região do Campo Grande, no próximo capítulo será apresentado o resultado da técnica utilizada para se fazer a localização dos quilombos, que consistiu basicamente nos seguintes pontos: Posição Geográfica; orientação cartográfica e elementos naturais; a utilização de topônimos como recurso de localização. Será apresentada uma análise da localização dos quilombos proposta por Martins (1995), as concordâncias e discordâncias com esse autor, a localização geográfica atual com as referências municipais de onde teriam existido os antigos quilombos da região do Campo Grande e o Mapa construído com base na provável localização dos quilombos do Campo Grande em Minas Gerais utilizando-se como referência os municípios atuais.

## 5 ANÁLISE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS QUILOMBOS DO CAMPO GRANDE

### 5.1 Objetos e objetivos

Para se realizar a localização dos quilombos cartografados no “Mapa de Todo o Campo Grande” (mapa 25) de acordo com as referências atuais, foram utilizados os estudos desenvolvidos por Martins (1995), onde foram comparadas as informações do documento histórico com os mapas do Estado de Minas Gerais das décadas de 1930 a 1940, anteriores à construção da hidrelétrica de Furnas. Esse pesquisador realizou um extenso trabalho de campo, no qual procurou cruzar as informações históricas e geográficas com os topônimos encontrados em cada lugar. (MARTINS, 1995, p. 177).

De acordo com a nota explicativa anexa ao documento histórico, o mapa teria sido confeccionado pelo Capitão Antônio Francisco França, no lugar onde se encontrava o quilombo “Boa Vista adonde se fez a cirtuação o capitão França”. Segundo Martins, “fazer a situação significa demonstrar a localização, o modo como alguma coisa está situada em relação a determinado ambiente; posição, localização.” Dessa forma, quando o Capitão França elaborou o mapa, ele se encontrava nessa localidade. (MARTINS, 1995, p. 174).

Ainda de acordo com os estudos realizados pelo referido autor, foi possível concluir que: as principais alterações na geografia da área se referem à hidrografia, principalmente na margem esquerda do Rio Grande, onde os cursos de pequenos rios podem ter sido alterados; a região do Campo Grande sofreu um intenso processo de repovoamento, uso e ocupação do solo, o que pode ter provocado a mudança na nomenclatura de alguns topônimos, mas apesar desse intenso processo de reocupação, são muitos os lugares que fazem referência à existência de antigos quilombos; o Capitão França teria equivocado-se ao nomear alguns dos quilombos, uma vez que, em alguns casos, o nome não tem correspondência com a localização geográfica; há indícios de que a população de alguns quilombos era itinerante, pois o mesmo nome encontra-se grafado em lugares diferentes.

(MARTINS, 1995, p. 177).



Mapa 25: Mapa de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q'parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Pihuy Cabeceyras do Rio S. Francisco, e Goyazes na entrada que se fez para os sertões das conquistas do Campo grande por ordem do Illmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am. Antônio Francisco França. - cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada, sob a guarda do IEB; USP (COL. JFAP, 23, fl. 19)  
 Fonte: COSTA, 2004, p.62

O Mapa traz a localização de 24 (vinte e quatro) núcleos de quilombos localizados e/ou destruídos pelo bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado, abrangendo uma vasta região que hoje corresponde às regiões do sul, Triângulo, Centro-oeste, Alto e Médio São Francisco, do atual Estado de Minas Gerais. O mapa foi confeccionado em uma rede de drenagem dendrítica arborescente, ou seja, apresentando a disposição dos rios formando um esgalhamento, aludindo a uma árvore com muitos galhos. O documento não apresenta indicação de escala e coordenadas geográficas. No mapa, encontram-se referências sobre o número de casas existentes em cada um dos quilombos. Apresenta uma nota explicativa onde são feitas referências à procura por ouro e à destruição de pelo menos um desses quilombos, localizado no Rio da Conquista, que contém as seguintes informações:

MAPA DE TODO O CAMPO GRANDE, TANTO DA PARTE DA CONQUISTA, QUE PARTE COM A CAMPANHA DO RIO VERDE E SÃO

PAULO, COMO DE PIHUI, CABECEIRAS DO RIO DE S. FRANCISCO E GOIASES

Na Entrada que se fez a pós sertões das conquistas do Campo Grande por ordem do ilustríssimo Sr. Conde de Bobadela, como ordenou ao capitão Antônio Francisco França, o qual agora põe na presença do ilustríssimo e Ex.mo. Sr. General Diogo Lobo da Silva, como do presente ordena o seguinte: Saímos da Povoação dos Buenos ao Arraial de Sta. Anna das Lavras, que são quatro léguas, de onde se prosseguiu a viagem por terra entre o Rio Grande e o Rio Verde, em partes têm de distância de um a outro 25 a 30 léguas. Primeiramente se passaram dois ribeirotos grandes chamados o Servo em rumo direito à Serra das Três Pontas, até chegar ao quilombo queimado chamado de Boa Vista, já há tempos demolido, o qual estava situado entre o Rio Verde e o Rio Grande, como se mostra no título do mapa e em todos os mais daquele continente; e fazendo-se experiências de ouro em toda aquela campanha não mostrou coisa alguma; e somente pegada a Serra da Cordilheira das Esperanças mostrou algumas tênues faíscas, cuja diligência prosseguiu o capitão Antônio Francisco França enquanto se foi a destruir o Quilombo chamado o Cascalho que se achava nas cabeceiras do Ribeirão da Conquista, o qual é de limitada faisqueira; e para cima da outra banda do Sapucaí ficam os ribeirões do Cabo Verde e Águas Claras, donde hoje é o descoberto chamado do Espíndola, e para as cabeceiras do Rio das Velhas e de S. Francisco havia feito o capitão Bartolomeu Bueno do Prado algumas experiências em que achou faisqueiras de jornal de [...] até seis vinténs por dia em dois corgos somente; e por respeito de entrarem as águas e adoecer muita gente de bexigas saímos para fora com toda gente e cavalgadas para o Arraial de Sta. Anna, deixando estradas e pontes em todos os rios e corgos que se julga serem do Rio Sapucaí, que fica adiante do Ribeirão das Araras, até a capital de Vila Rica do Ouro Preto 50 léguas mais ou menos; embarcamos no Porto Real abaixo de Sta. Anna, pelo Rio Grande abaixo, até as cachoeiras das Esperanças, donde se fizeram várias experiências de ouro e no Rio, em algumas [...] e hoje se acharam algumas faíscas de ouro, porém, nas grupiarias que vertem ao Rio Grande [...] para o sertão em que hoje se acha o descoberto de São Pedro de Alcantra, e aprovando-se em várias partes se acharem faisqueiras de três quartos de oitava por semana e nas margens do dito Rio Grande se fizeram algumas experiências e se achou ser de tênues faisqueiras; como depois desta diligência se entrou a povoar com gente que concorreu de São Paulo e Goiáses e destas Gerais, em que já esta Crisma próxima passada se desobrigaram mil e cem pessoas, pouco mais ou menos. (Mapa de Todo o Campo, cópia de 1765, medindo 43 x 89,5 cm, manuscrita e aquarelada, sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros, IEB - USP (COL. JFAP, 23 – Folha 19). (MARTINS, 1995, p. 172-173)

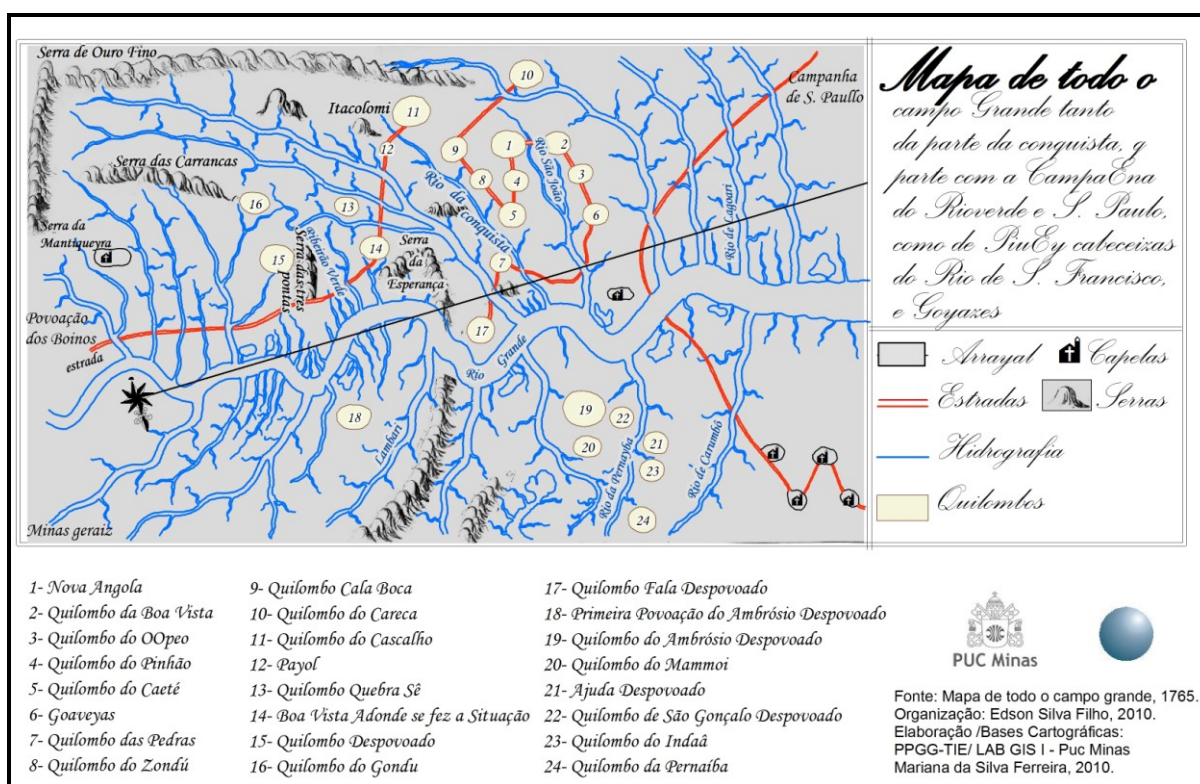
Martins (1995), ao se referir ao conjunto de quilombos da Região do Campo Grande, afirma que o Campo Grande teria sido uma confederação de quilombos conhecida por Quilombo do Ambrósio ou Campo Grande, abrangendo uma vastíssima região que era subdivida em três “Comarcas Quilombolas”, a saber:

- I- margem direita do Rio Grande e norte de São José e São João Del Rei, entre os rios Pará e Paraopeba;
- II- Ibiá / Serra da Saudade e Medeiros, região onde se misturavam as indefinidas fronteiras entre as capitânicas de Minas Gerais e Goiás;

III- Sapucaí, compreendendo a vasta região, á margem esquerda do rio Grande, entre os rios Pardo e Sapucaí, tendo ao meio os rios Jacuí e Conquista, região cujos descobertos os paulistas tentaram anexar a São Paulo, gerando enorme conflito só “resolvido” em 1749, com a extinção da Capitania de São Paulo (MARTINS, 1995, p.157).

De acordo com a análise de Amantino (2001), o que se convencionou chamar de Quilombo do Ambrósio ou do Campo Grande (mapa 26) foi, na realidade, uma confederação de quilombos de portes distintos - não necessariamente formados apenas por negros fugitivos - e divididos, de acordo com a região, em dois grandes grupos:

1. Na margem direita do Rio Grande estavam os quilombos do Ambrósio, São Gonçalo, Mamoi, Ajudá, Indaiá, Pernaíba e Marcela. (sete quilombos)
2. Na margem esquerda do Rio Grande, ou seja, na região do Sapucaí, estavam localizados os quilombos do Gondú, um sem nome e despovoado, Quebra-Sê, Boa Vista, Paiol, Cascalho, Primeira Povoação do Ambrósio, o Fala, das Pedras, Goiabeiras, Oopeu, Boa Vista (na realidade, Nova Angola), Nova Angola (na realidade, Cala Boca), Pinhão, Caetê, Zondu e Careca. (dezessete quilombos). (AMANTINO, 2001, p. 137)



Mapa 26: Mapa de Todo o Campo Grande Completo

Fonte: Mapa Sob guarda do IEB-USP, citado por COSTA, 2004, p. 62 retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

O Pesquisador Carlos Magno (1988), catalogou 138 quilombos em Minas Gerais durante o século XVIII. Amantino, ao comparar os levantamentos de Magno com os quilombos do Sertão Oeste de Minas Gerais, conclui que dos 138 quilombos catalogados, 44 encontravam-se na área delimitada como sendo do Quilombo do Campo Grande, fato que reforça a teoria de uma confederação quilombola na Região. Quadro 3

| <b>Número</b> | <b>Nome</b>          | <b>Ano</b> |
|---------------|----------------------|------------|
| 1             | Mariana              | 1711       |
| 2             | Currálinhos          | 1714       |
| 3             | Brumado              | 1716       |
| 4             | Palmital             | 1718       |
| 5             | Serra da Caraça      | 1719       |
| 6             | São Bartolomeu       | 1719       |
| 7             | Sabará               | 1720       |
| 8             | Palmital             | 1720       |
| 9             | Santa Bárbara        | 1720       |
| 10            | Serro Frio           | 1720       |
| 11            | Curral do Torino     | 1722       |
| 12            | Casa da Casca        | 1726       |
| 13            | No Turvo             | 1728       |
| 14            | Tejuco               | 1731       |
| 15            | Do Queimado          | 1732/3     |
| 16            | São João D'EL Rey    | 1733       |
| 17            | No Ribeirão do Carmo | 1733       |
| 18            | Rio da Velhas Abaixo | 1733       |
| 19            | Carijós              | 1733       |
| 20            | Mariana              | 1733       |
| 21            | Baependi             | 1736       |
| 22            | Guarapiranga         | 1736       |
| 23            | São Sebastião        | 1736       |

|    |                                  |        |
|----|----------------------------------|--------|
| 24 | Ibituruna                        | 1737   |
| 25 | Rio Verde                        | 1737   |
| 26 | Baependi                         | 1737   |
| 27 | Rio Abaixo                       | 1737   |
| 28 | São Caetano                      | 1737   |
| 29 | Guarapiranga                     | 1737   |
| 30 | São Miguel                       | 1738   |
| 31 | Sabará                           | 1738   |
| 32 | Caeté                            | 1738   |
| 33 | Congonhas do Campo               | 1738   |
| 34 | Inficionado                      | 1738   |
| 35 | São Caetano                      | 1738   |
| 36 | Catas Altas                      | 1738   |
| 37 | Itambé                           | 1738   |
| 38 | <b>Paracatu</b>                  | 1738   |
| 39 | <b>Pitangui</b>                  | 1739   |
| 40 | Rio Verde                        | 1740   |
| 41 | Vila Rica                        | 1740   |
| 42 | Suassui                          | 1741   |
| 43 | <b>Ambrósio</b>                  | 1741/6 |
| 44 | Paraopeba                        | 1741   |
| 45 | Sertão das Contagens             | 1741   |
| 46 | <b>Comarca do Rio das Mortes</b> | 1742   |
| 47 | <b>Forquim</b>                   | 1743   |
| 48 | <b>Guarapiranga</b>              | 1743   |
| 49 | Serra de São Bartolomeu          | 1743   |
| 50 | São Bartolomeu                   | 1745   |
| 51 | Vale do Prata                    | 1745   |
| 52 | Arassuai                         | 1745   |
| 53 | <b>Campo Grande</b>              | 1746   |
| 54 | Vila Rica                        | 1748   |
| 55 | <b>Borda do Campo</b>            | 1748   |

|    |   |      |
|----|---|------|
| 56 | <b>Sapucaí</b>                          | 1751 |
| 57 | Parauna                                 | 1751 |
| 58 | Demarcação Diamantina                   | 1752 |
| 59 | Demarcação Diamantina                   | 1753 |
| 60 | Sabará                                  | 1753 |
| 61 | <b>Campo Grande</b>                     | 1754 |
| 62 | Brejo do Salgado                        | 1754 |
| 63 | Itaverava                               | 1755 |
| 64 | Caeté                                   | 1755 |
| 65 | Rio da Prata                            | 1755 |
| 66 | <b>Rio das Velhas</b>                   | 1756 |
| 67 | São João D'EL Rey                       | 1756 |
| 68 | Indaiá e outros                         | 1757 |
| 69 | Ambrósio                                | 1757 |
| 70 | Itaverava                               | 1758 |
| 71 | Entre Lambari e São Francisco           | 1758 |
| 72 | <b>Pitangui</b>                         | 1758 |
| 73 | <b>Indaiá</b>                           | 1759 |
| 74 | <b>Serra da Marcela</b>                 | 1759 |
| 75 | <b>Sapucaí (Campo Grande)</b>           | 1759 |
| 76 | <b>Ibituruna</b>                        | 1759 |
| 77 | <b>Comarca do Rio das Mortes</b>        | 1760 |
| 78 | Mariana                                 | 1760 |
| 79 | Paraibuna                               | 1764 |
| 80 | Sítio da Caveira                        | 1764 |
| 81 | <b>Serra da Marcela e São Francisco</b> | 1765 |
| 82 | Inficionado                             | 1765 |
| 83 | <b>Serra da Marcela</b>                 | 1766 |
| 84 | <b>Pitangui</b>                         | 1766 |
| 85 | Paranaíba                               | 1766 |
| 86 | <b>Pitangui</b>                         | 1766 |
| 87 | Vila Rica                               | 1767 |

|     |  |      |
|-----|--|------|
| 88  | <b>Rio Pomba</b>                       | 1768 |
| 89  | <b>Pedra Menina</b>                    | 1768 |
| 90  | <b>Pitangui</b>                        | 1768 |
| 91  | <b>Indaiá e Abaeté</b>                 | 1768 |
| 92  | <b>Borda do Campo</b>                  | 1769 |
| 93  | <b>Cabeceiras do Parnaíba e Indaiá</b> | 1769 |
| 94  | <b>Catinguá</b>                        | 1769 |
| 95  | <b>Santos Fortes</b>                   | 1769 |
| 96  | <b>São Gonçalo</b>                     | 1769 |
| 97  | <b>Morocos</b>                         | 1769 |
| 98  | <b>Samambaia</b>                       | 1769 |
| 99  | <b>Paraibuna</b>                       | 1769 |
| 100 | Suassui                                | 1769 |
| 101 | Cachoeira do Campo                     | 1769 |
| 102 | Tabua                                  | 1769 |
| 103 | <b>Serra Negra</b>                     | 1769 |
| 104 | Carijós                                | 1770 |
| 105 | Rio do Pinto ou dos Cachorros          | 1770 |
| 106 | Paragem do Quilombo                    | 1770 |
| 107 | <b>Borda do Campo</b>                  | 1770 |
| 108 | <b>Fazenda do Marimbondo</b>           | 1770 |
| 109 | <b>Bambui</b>                          | 1770 |
| 110 | <b>Tamanduá</b>                        | 1770 |
| 111 | Caeté                                  | 1770 |
| 112 | Casa da Casca                          | 1770 |
| 113 | Mariana                                | 1770 |
| 114 | Brumado                                | 1771 |
| 115 | Morro do Chapéu                        | 1772 |
| 116 | Fidalgo                                | 1772 |
| 117 | Mariana                                | 1772 |
| 118 | <b>Paracatu</b>                        | 1773 |
| 119 | <b>São João do Rio das Mortes</b>      | 1773 |

|     |                                   |      |
|-----|-----------------------------------|------|
| 120 | Curimatai                         | 1773 |
| 121 | Arassuai                          | 1774 |
| 122 | <b>Rio do Peixe e Pombal</b>      | 1776 |
| 123 | Forquim                           | 1777 |
| 124 | Rio do Sono                       | 1778 |
| 125 | São José                          | 1780 |
| 126 | Paraopeba                         | 1780 |
| 127 | Mariana                           | 1780 |
| 128 | Curral D'EL Rey                   | 1781 |
| 129 | <b>Paracatu</b>                   | 1781 |
| 130 | Serro                             | 1782 |
| 131 | Matheus Leme                      | 1782 |
| 132 | Itamarandiba                      | 1785 |
| 133 | <b>São José do Rio das Mortes</b> | 1785 |
| 134 | Caeté                             | 1785 |
| 135 | Local desconhecido                | 1786 |
| 136 | <b>Rio Pomba</b>                  | 1786 |
| 137 | Serra do Funil                    | 1788 |
| 138 | Itaverava                         | 1795 |

Quadro 3: Quilombos em Minas Gerais durante o século XVIII  
 Fonte: GUIMARÃES, 1988, p.137-142

Para a compreensão do “Mapa de Todo o Campo Grande”, é fundamental observar que o Rio Grande ocupa lugar de destaque, uma vez que os quilombos encontram-se localizados em suas duas margens. Como já esclarecido anteriormente, o mapa não apresenta indicação de escala, legenda ou coordenadas geográficas, a orientação é dada por meio de uma flor-de-lis estilizada, que apresenta o norte invertido. Dessa forma, os cursos d’água, formas de relevo e topônimos são elementos de fundamental importância para que se possa realizar a provável localização desses quilombos com vistas às feições atuais.

Confrontando as informações do “Mapa de Todo o Campo Grande” com as informações da pesquisa topográfica, formulou-se a seguinte correspondente

localização geográfica: o Quilombo do Gondu, primeiro citado no mapeamento, possuía 80 casas, de acordo com o documento histórico, e localizava-se entre as duas nascentes do “Ribeirão do Couro do Servo”, a sudoeste do município de Carmo da Cachoeira, no Sul de Minas Gerais. As evidências dessa localização se referem principalmente à rede hidrográfica e aos topônimos. Consultando o Mapa Geológico Folha de Nepomuceno (2008),<sup>70</sup> pode-se verificar que, entre o Rio do Carmo e o Ribeirão do Salto, existe uma fazenda chamada “Couro do Servo”, que é o mesmo nome da antiga rede hidrográfica que drenava a região à época dos fatos.

As afirmações abaixo, que fazem referência à provável localização dos quilombos do Campo Grande, foram extraídas de conclusões das pesquisas e trabalho de campo realizados por Martins (1995), na ampla região em que se localizavam os quilombos cartografados no “Mapa de Todo o Campo Grande”. Para identificar a provável localização geográfica, o autor baseou-se nos topônimos ligados à língua bantu e das cidades de nações africanas.

O Quilombo Despovoado é o segundo quilombo desse mapeamento que, de acordo com as conclusões de Martins (1995), poderia ter se localizado em três diferentes áreas do município de Nepomuceno. A noroeste da sede municipal existe um lugar chamado “Trombuca”, que lembra “Tombuctu”, “Timbuctu” ou “Timbutu”, na língua banta e que hoje corresponde a uma cidade da República do Mali. As palavras contendás, conquista e campanha geralmente marcam a geografia dos lugares onde ocorrem conflitos. Na margem esquerda do Ribeirão do Servo, existe um ribeirão chamado Contendas, em cuja margem esquerda está assentada a fazenda Contendas. De acordo com o raciocínio apresentado acima, podemos deduzir tratar-se da localização provável do quilombo. O mesmo pode ser dito a respeito de “Calunga”, uma palavra da língua bantu, que dá nome a uma fazenda localizada na margem esquerda do Córrego Monte Alegre. (MARTINS, 1995, p.179).

O quilombo chamado “Quebra Sê” era formado por 80 (oitenta) edificações, possivelmente abandonadas, segundo informações contidas nos círculos indicativos dos quilombos. Esse quilombo foi localizado no município de Três Pontas, de acordo com o “Mapa de Todo o Campo Grande”. Ele estaria situado entre o Ribeirão das Araras e o Rio Verde. De posse dessas informações, pode-se levantar três hipóteses sobre a possível localização desse quilombo: já no complexo de Furnas é

---

<sup>70</sup> BRASIL, 2008.

encontrado o Córrego da Boa Vista, formado pelos rios Boa Vista ou Cascalho e pelo Jataí, cujas nascentes localizam-se nos lugares chamados “Fazenda Bela Vista” e “Fazenda Boa Vista”. Para Martins, o Capitão França equivocou-se ao elaborar o mapa, pois o quilombo nomeado como “Quebra Sê” seria, de fato, o Quilombo Boa Vista. (MARTINS, 1995).

O quilombo chamado de “Boa Vista adonde se fez a situação o Cap. França” foi provavelmente o local onde o “Mapa de Todo o Campo Grande” teria sido elaborado. Segundo o referido autor, esse quilombo seria de fato o “Quebra Sê”. Há evidências que fazem referência à sua localização no município de Campos Gerais, pois no distrito de Córrego do Ouro, na porção oeste dessa cidade, existe uma propriedade denominada “Fazenda das Contendas”, podendo fazer alusão aos conflitos ocorridos nesse período; no município de Santana da Vargem, existe o topônimo “Serra Quebrada”, que se aproxima muito do nome “Quebra Sê”. (MARTINS, 1995).

De acordo com o “Mapa de Todo o Campo Grande”, o Paiol estaria localizado entre o Ribeirão da Conquista e a margem esquerda do Rio Sapucaí. Não foi possível concluir, no desenvolvimento desse trabalho, se o Paiol se constituía na verdade em um quilombo propriamente dito, ou se em um depósito onde se recolhiam as colheitas e demais gêneros alimentícios produzidos em outro quilombo, possivelmente do “Quilombo do Cascalho”, aqui entendido como um arraial, devido ao grande número de edificações ali presentes, como é possível identificar pelos balões informativos contidos no documento histórico. De acordo com as evidências levantadas por Martins (1995), o Paiol estaria localizado no município de Carmo do Rio Claro, em uma localidade na margem esquerda do Rio Sapucaí, em um lugar denominado Paiol, entre o Córrego do Meio e a Fazenda da Barra.

Diante dos estudos de Martins (1995), que indicam diferentes localidades onde o Paiol pudesse ter se localizado, considerou-se, nesse trabalho, sua localização no município de Alfenas, tendo em vista sua mais provável localização geográfica, uma vez comparadas as direções apontadas no “Mapa de Todo o Campo Grande” com a cartografia do mapa político de Minas Gerais, confeccionado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O “Quilombo do Cascalho” era formado por 80 (oitenta) edificações e, segundo considerações de Martins (1995), esse quilombo poderia ter existido entre

os municípios de Alterosa e Carmo do Rio Claro, pois nessa localidade existem dois cursos d'água de nome cascalho. Próximas às nascentes do primeiro ribeirão, existem uma fazenda e uma localidade com o mesmo nome; na porção sudoeste desse município, há mais uma indicação da existência de antigos quilombos, porque existe, naquela região, um lugar chamado “Quilombo”.

Levando-se em consideração a direção geográfica indicada pelo “Mapa de Todo o Campo Grande”, acredita-se que esse quilombo tenha existido na porção sul do município de Alfenas, possivelmente abrangendo áreas dos municípios de Machado e/ou Serrana, tendo o Paiol, citado anteriormente e aqui entendido como depósito do “Quilombo do Cascalho”, se localizado ao norte de Alfenas. Para efeito didático considera-se o “Quilombo do Cascalho” localizado na cidade de Machado e o “Paiol”, localizado no município de Alfenas.

Acredita-se que a “Primeira Povoação do Ambrósio despovoada” tenha sido o primeiro núcleo do Quilombo do Ambrósio, atacado e destruído pelas expedições enviadas pelas autoridades na década de 1740, especificamente em 1746. Sua localização geográfica está assentada na margem esquerda do Rio Grande; a oeste, o Rio Lambari; a leste, o Rio Jacaré e a sul, uma lagoa não nomeada, provavelmente localizada no atual município de Cristais.

Nessa margem direita, o rio Grande, dentro de sua grande volta, acusa dois riachos mais compridos entremeados por dois menores; depois, mostra uma lagoa, outro riacho bem maior, um mais curto e, finalmente, o rio Grande que tem, como afluente esquerdo, o rio Jacaré. Pois, bem, é nas nascentes dos dois riachos compridos intermeados por pequenos que se situa a Primeira Povoação do Ambrósio, entre os limites dos municípios de Cristais, Aguanil, Campo Belo e Santana do Jacaré. (MARTINS, 1995, p.185).

Sua localização é também indicada pelas seguintes referências históricas e conclusões de Martins (1995):

Primeiro ataque ao Ambrósio I: em 1741 Gomes Freire lavrou uma portaria autorizando o sargento-mor João da Silva Ferreira a apenar capitães-domato para a conquista do Campo Grande. Atacaram os negros, mas não conseguiram destruí-los, ou talvez tenham sido derrotados. Os quilombos atacados situavam-se na região dos atuais municípios de Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí e Queluzita, a Norte e Nordeste de Oliveira.

Segundo ataque ao Ambrósio I: em janeiro de 1743, o tenente Manoel Cardoso da Silva e o Alferes Sebastião Cardoso de Menezes atacaram “*um lote de negros no Campo Grande que havia saído a roubar pela comarca do Rio das Mortes*”.

Terceiro ataque ao Ambrósio I: em julho de 1746, Gomes Freire promove o

maior de todos os ataques ao Ambrósio-I, confiando o comando ao capitão de cavalaria Antônio João de Oliveira e ao Capitão Manoel de Souza Portugal. Antes do ataque, *“no dia 09 de julho, deveriam todos os capitães designados estar com sua gente reunidos no Sítio dos Curtumes, adiante da Ponte Alta”*. Ponte Alta, hoje, fica perto de Pontevila, é distrito de Formiga e localiza-se no centro do território municipal. O edifício da velha fazenda, provavelmente com mais de duzentos anos, é explorado como restaurante para os turistas atraídos pela FURNASTUR. (MARTINS, 1995, p. 185-186).

Ainda segundo Martins (1995), teria existido em locais distintos dois quilombos chamados comumente de “Quilombo do Ambrósio”. O primeiro deles, que o autor chama de “Ambrósio I”, estaria grafado no mapa com o nome de “Quilombo do Ambrósio - Despovoado”. Seria o núcleo destruído pelas expedições da década de 1740 e teria se localizado na imediações das cidades mineiras de Formiga ou Cristais; o quilombo chamado por Martins (1995), de “Ambrósio II” seria aquele atacado e destruído pela expedição de Bartolomeu Bueno do Prado em 1759 e que se localizava nas imediações da cidade de Ibiá.

O “Quilombo Fala - Despovoado” foi mais um desses núcleos que se encontravam abandonados. Evidências levam a crer que o quilombo provavelmente tenha existido no atual município de Guapé. O município de São Gonçalo do Sapucaí era conhecido, no século XIX, por São Gonçalo da Campanha ou Campanha do Rio Verde. Desse arraial faziam parte outros termos, dentre eles os de “Ouro Ronca”, com 58 fogos e 288 almas, e de “Ouro Fala”, com 42 fogos e 431 almas. (MARTINS, 1995, p.188). Acredita-se que o termo “Ouro Fala” tenha sido inicialmente o núcleo onde se localizou o “Quilombo o Fala”, que se encontrava despovoado quando a expedição o alcançou em 1759. É possível que o sítio desse quilombo não tenha sido inundado pelas águas da represa de Furnas, como o foi a antiga sede do município de Guapé, uma vez que os quilombos geralmente se localizavam nas porções mais elevadas do terreno.

Para realizar a localização do Quilombo das Pedras, Martins (1995) se baseou principalmente nos topônimos encontrados conforme a direção do “Mapa de Todo o Campo Grande”. Dessa forma, as evidências de sua localização estão assentadas nos atuais municípios de Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro. Em Alpinópolis, encontram-se a Serra e a Fazenda do Quilombo; em Conceição Aparecida, existe uma localidade chamada de “Mandembo”, palavra possivelmente de origem bantu, “abrasileirada”, que significaria lugar de difícil acesso; em Carmo do Rio Claro, existem duas localidades chamadas “Serra da

Pedra” e outra denominada “Pico da Pedra”. Esse núcleo tem sido, até o presente momento, o que apresentou o maior grau de dificuldade na atribuição de sua localização, considerando-se a direção geográfica do documento histórico. De acordo com o mapa do Capitão França, esse quilombo estaria localizado a nordeste do Quilombo Caeté, e não a noroeste, como fica apontado com as pesquisas de Martins (1995). Mas devido às limitações de informações contidas na documentação histórica e topônimos, não foi possível determinar com maior precisão sua localização. Para efeito desse mapeamento, considera-se a existência desse núcleo no município de Alpinópolis.

No “Quilombo Caeté”, encontra-se assinalada a existência de 90 (noventa) casas, formando possivelmente uma comunidade numerosa. Esse quilombo, de acordo com as conclusões de Martins (1995), seria na verdade o quilombo do “Pinhão” e não “Caeté”, como cartografado no “Mapa de Todo o Campo Grande”. Ainda de acordo com esse autor, esses quilombos possivelmente poderiam ter se localizado nos municípios mineiros de Nova Resende ou Passos, embora as indicações de topônimos encontradas até o presente momento não fazem referência a nenhum dos quilombos citados. Levando-se em conta a direção geográfica indicada no documento histórico de referência, considerar-se-á a localização desse núcleo no município de Passos.

Segundo o “Mapa de Todo o Campo Grande”, o Quilombo do Pinhão localizava-se ao norte do Quilombo Nova Angola. Era também uma grande comunidade formada por 100 (cem) edificações, que pode ter reunido aproximadamente 600 (seiscentas) pessoas, se considerarmos o número médio de 06 (seis) habitantes por residência. Levantando-se a hipótese de que as taxas de mortalidade e natalidade eram altas, sendo esses quilombos agropastoris, com grande disponibilidade de água e terras férteis, que favoreciam a prática da agricultura (BARBOSA, 1970), as comunidades deveriam ser, em tese, numerosas. Martins (1995) acredita que, nessa localidade, encontrar-se-ia o Quilombo Zondu e não o Pinhão, como consta no mapa, e que estaria localizado no atual município de Jacuí. Existem nessa localidade três topônimos com o nome “Zundum”: o ribeirão, a serra e a Fazenda do Zundum. Para efeito desse mapeamento, considera-se a localização desse quilombo no atual município de Jacuí

O Quilombo Nova Angola, cartografado no mapa do Capitão França, agregava uma comunidade que reunia 90 (noventa) casas. As referências à localização desse quilombo são também imprecisas e o nome dos topônimos não coincidem como o nome do quilombo. De acordo com Martins (1995), esse quilombo na verdade seria o Cala Boca e não o Nova Angola”. As evidências desse fato se referem ainda aos nomes dos lugares; na região sudoeste da divisa entre os municípios de Guaranésia e Guaxupé, encontra-se um pequeno rio chamado Cala Boca, local onde também se encontra uma fazenda de mesmo nome. Existem, já no Estado de São Paulo, duas localidades que fazem referência ao termo “Angola”. A primeira, localizada na cidade de Carmo do Rio Claro, onde está a Fazenda da Angola, e a segunda, no município de Itamogi, onde é encontrado o Córrego do Angola. Para efeito de mapeamento e tendo em vista a direção geográfica mais aproximada, considerou-se que esse núcleo quilombola tenha existido no município de Guaranésia.

O Quilombo do Zondu formava uma comunidade composta por 80 casas. De acordo com as pesquisas de Martins (1995), esse quilombo, na verdade, se chamaria Caeté e estaria localizado no município de Nova Resende. Existe, na porção sudoeste desse município, na margem direita do Rio Claro, uma localidade chamada Caeté; um dos afluentes do Rio Claro chama-se Córrego Caeté.

O Quilombo do Cala Boca é também um daqueles que possuíam uma população estabelecida. Consta, nos “balões” explicativos, que esse núcleo possuía 70 casas. As evidências ligadas à identificação dos topônimos levaram Martins (1995) a indicar a possível localização desse quilombo no município de Monte Belo. As pesquisas do autor mostram que, na margem direita do Rio Muzambo, existe uma fazenda chamada Quilombo. Há ainda um afluente desse rio, chamado Córrego do Quilombo, também associado à região onde possivelmente existiu esse núcleo.

O Quilombo do Careca foi o maior de todos os quilombos, segundo os dados dos balões informativos contidos no “Mapa de Todo o Campo Grande”. Possuía 220 casas, podendo sua população ser estimada em 1320 (um mil trezentos e vinte) pessoas, podendo variar para mais ou para menos, uma vez que não foi possível estimar a população exata, devido à inexistência de dados oficiais, como registros de igrejas, batismos, casamentos e falecimentos. Esse quilombo, além de ser possivelmente o mais populoso, é também o mais extremo da margem esquerda do

Rio Grande, ocupando a porção oeste-sudoeste do documento. Segundo os levantamentos de Martins (1995), a localização desse quilombo extrapolaria os limites de Minas Gerais, abrangendo o atual município de Divinolândia, no Estado de São Paulo. Na porção sudoeste desse município, existe o Córrego das Contendas, Contendas Sítios e Quilombo-Sítios, todos os nomes fazendo alusão à existência de quilombos em tempos remotos. A povoação teve origem no século XIX, sendo ampliada pela chegada de imigrantes italianos, que desconheciam a história pregressa da região. Chama a atenção, nessa região, a recorrência do topônimo “Quilombo”.

O Quilombo da Boa Vista encontra-se cartografado no mapa reunindo um total de 200 (duzentas) residências. De acordo com Martins (1995), esse quilombo na verdade se chamaria Nova Angola e não Boa Vista, como cartografado no “Mapa de Todo o Campo Grande”. Analisando o documento histórico, esse quilombo estaria localizado ao sul do Quilombo do Oopeo, nas nascentes do Rio São Pedro de Alcântara. Devido às possíveis mudanças realizadas na hidrografia da região ao longo dos anos, não foi possível identificar a exata localização desse núcleo quilombola. Ele poderia estar localizado nos municípios de Capetinga ou na divisa dos municípios de São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino, onde existe um pequeno rio chamado Angola. Apesar das considerações de Martins (1995), levando-se em consideração a posição desse quilombo em relação ao quilombo Nova Angola, entende-se que ele poderia ter existido na região do município de Monte Santo de Minas.

No Quilombo do Oopeo, existiriam 137 residências; um arraial considerável à época, tendo em vista tratar-se de região distante dos núcleos mineradores e urbanos. Acredita-se que nos quilombos maiores, como é o caso do Oopeo, houvesse uma divisão de funções e atividades desempenhadas pelos habitantes da comunidade, como já foi mencionado anteriormente por Barbosa (1970). De acordo com as pesquisas de Martins, esse quilombo teria se localizado no município mineiro de Capetinga e, conforme as indicações dos topônimos, esse núcleo seria o Quilombo Boa Vista II e não Oopeo, como apontado no mapa. Nesse município, existe o Córrego da Boa Vista, em cujas nascentes está localizada a Fazenda da Boa Vista, que fica ao sopé da Serra da Boa Vista.

O Quilombo das Goiabeiras, localidade onde se encontravam edificadas 90

(noventa) casas, segundo consta no documento histórico, apresenta referências geográficas que até o presente momento não permitiram precisar sua localização, considerando as referências atuais. De acordo com o levantamento de Martins, existem 4 (quatro) localidades onde esse quilombo poderia ter existido. No município de Pedregulho/SP, na porção leste da cidade, existem o bairro e a fazenda Trombucas. O autor infere que esse quilombo poderia ser o Trombuca II, a exemplo do segundo quilombo citado nesse mapeamento, que aparece no “Mapa de Todo o Campo Grande” como “Despovoado” e é nomeado por Martins (1995) como Trombuca, levando em consideração os topônimos. Ainda no Estado de São Paulo, entre os limites dos municípios de Franca, Ibiraci, Cássia e Capetinga, próximo das nascentes do Rio Sapucaizinho, existe uma localidade chamada Quilombo. No norte do município de Capetinga/MG, há uma localidade também denominada Quilombo. É registrada somente uma localidade que faz referência ao nome Goiabeira, que localiza-se no município de Carmo do Rio Claro, à margem esquerda do Rio Sapucaí, mas de localização geográfica que não corresponde ao apontado no mapa confeccionado pelo Capitão França. A provável localização desse quilombo, tendo em vista sua posição geográfica, é o município paulista de Pedregulho.

De acordo com o mapa elaborado pelo Capitão França, são 7 (sete) os quilombos localizados à margem direita do Rio Grande. Segundo as informações contidas nos balões explicativos no mapa, o Quilombo do Ambrósio Despovoado consistiria no segundo núcleo onde teria existido o Quilombo do Ambrósio, localizado no município de Ibiá.

O Quilombo São Gonçalo, também citado como despovoado, é localizado no atual município de São Gotardo.

O Quilombo do Mammoí, que acusa a existência de 150 casas, teria se localizado às margens do Rio Bambuí, entre os municípios de Medeiros e Bambuí. No caso dos 2 (dois) últimos quilombos citados, Martins (1995) não explicita como teria chegado à conclusão de tal localização. Acredita-se que tenha considerado os topônimos e direção geográfica, por meio de comparação entre o “Mapa de Todo o Campo Grande” e as indicações atuais. Para efeito desse mapeamento, considera-se a localização desse quilombo no norte do município de Bambuí.

Segundo Martins (1995), o Quilombo de Ajudá Despovoado provavelmente teria se localizado entre os municípios de Medeiros e de Bambuí, em uma localidade

denominada Paiol Queimado, próximo às nascentes do Ribeirão de Ajudá (MARTINS, 1995). Para efeito desse mapeamento, considera-se a localização desse quilombo no sul do município de Bambuí.

O Quilombo do Indaiá, maior comunidade quilombola dessa margem do Rio Grande, 200 (duzentas) casas, é apontado por Martins (1995) como possivelmente localizado entre os municípios de Estrela do Indaiá e Serra da Saudade

O Quilombo Pernaíba, de acordo com a cartografia dos quilombos, era uma comunidade formada por 70 residências. Ter-se-ia localizado no território onde hoje se encontra o município de Rio Paranaíba.

É relevante apontar que o Quilombo da Marcela, citado na documentação histórica, mas não cartografado no Mapa, é também analisado por Martins (1995), tendo sua provável localização entre os municípios de Campos Altos e Santa Rosa da Serra, ou entre Córrego Dantas e Luz.

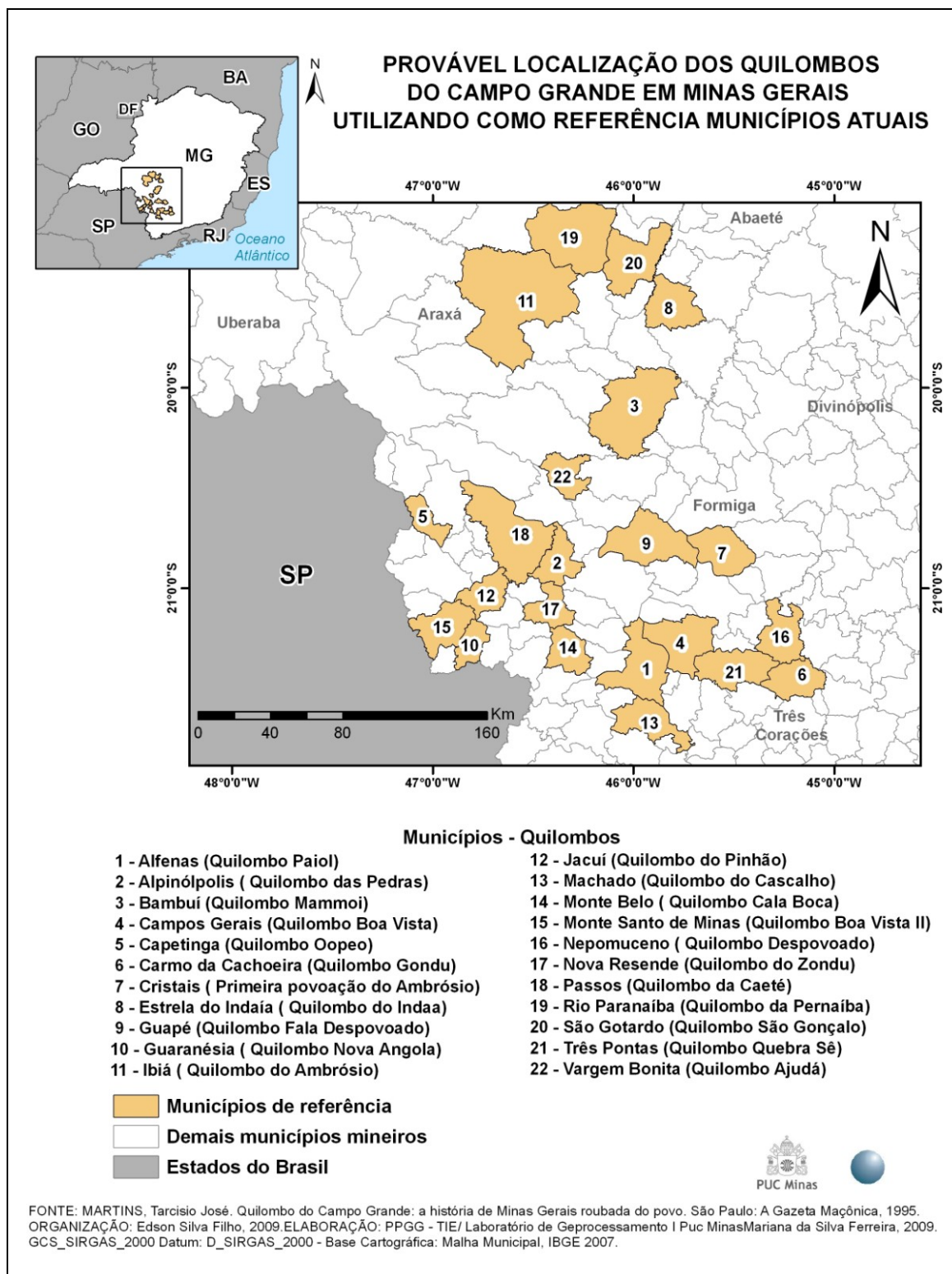
Considerando-se as pesquisas de campo desenvolvidas por Martins (1995), o estudo das indicações e direções geográficas, topográficas, hidrografia, topônimos e a técnica de análise de documentação cartográfica histórica aplicada nesse trabalho, com a finalidade de atribuir a provável localização geográfica atual ao conjunto de quilombos cartografado na região do Campo Grande, chegou-se ao seguinte conjunto de resultados, conforme indicação apresentada no Quadro 5 abaixo:

| <b>Número</b> | <b>Nome do Quilombo no Mapa de Todo o Campo Grande</b> | <b>Provável localização Municipal atual</b> |
|---------------|--|---|
| 01            | Quilombo do Gondu                                      | Carmo da Cachoeira                          |
| 02            | Quilombo Despovoado                                    | Nepomuceno                                  |
| 03            | Quilombo Quebra Sê                                     | Três Pontas                                 |
| 04            | Quilombo Boa Vista                                     | Campos Gerais                               |
| 05            | Paíol  | Alfenas                                     |
| 06            | Quilombo do Cascalho                                   | Machado                                     |
| 07            | Primeira Povoação do Ambrósio                          | Cristais                                    |
| 08            | Quilombo Fala Despovoado                               | Guapé                                       |
| 09            | Quilombo das Pedras                                    | Alpinópolis                                 |
| 10            | Quilombo da Caeté                                      | Passos                                      |
| 11            | Quilombo do Pinhão                                     | Jacuí                                       |
| 12            | Quilombo Nova Angola                                   | Guaranésia                                  |
| 13            | Quilombo do Zondu                                      | Nova Rezende                                |
| 14            | Quilombo Cala Boca                                     | Monte Belo                                  |
| 15            | Quilombo do Careca                                     | Divinolândia (São Paulo)                    |
| 16            | Quilombo Boa Vista (II)                                | Monte Santo de Minas                        |
| 17            | Quilombo Oopeo   | Capetinga                                   |
| 18            | Quilombo das Goiabeiras                                | Pedregulho (São Paulo)                      |
| 19            | Quilombo do Ambrósio Despovoado                        | Ibiá  |
| 20            | Quilombo São Gonçalo                                   | São Gotardo                                 |
| 21            | Quilombo Mammoi  | Bambuí                                      |
| 22            | Quilombo Ajudá   | (sul) Bambuí                                |
| 23            | Quilombo do Indaiá                                     | Estrela do Indaiá                           |
| 24            | Quilombo da Pernaíba                                   | Rio Paranaíba                               |

Quadro 5: localização geográfica atual do conjunto de quilombos cartografado na região do Campo Grande

Fonte: MARTINS, 1995

Como resultado da aplicação da técnica de análise de documentação cartográfica histórica, nesse trabalho aplicada ao estudo do “Mapa da Conquista de Todo Campo Grande”, chegou-se às indicações dos municípios onde teriam existido os quilombos do Campo Grande conforma tabela acima. Com base nesses dados e com os dados da malha municipal do IBGE (2007), elaborou-se o mapa abaixo, que foi construído em programa Arcgis 9.0.



Mapa 27: Municípios Atuais Referências de Quilombos  
Fonte: Dados da Pesquisa

## 5.2 Considerações sobre a população absoluta do Campo Grande

Comparando os quilombos cartografados na margem direita do rio Grande nos dois documentos históricos utilizados nessa pesquisa enquanto fonte primária de informação e pesquisa percebemos que não há no Mapa da Conquista do Mestre de Campo nenhuma referência quanto ao número da população ou de casas dos quilombos destruídos. Entretanto, comparando o “Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande” com o “Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correia Pamplona”, percebe-se que, em ambos, o número de quilombos povoados localizados na margem direita do Rio Grande é quase o mesmo, sendo 6 no primeiro, e 7 no último.

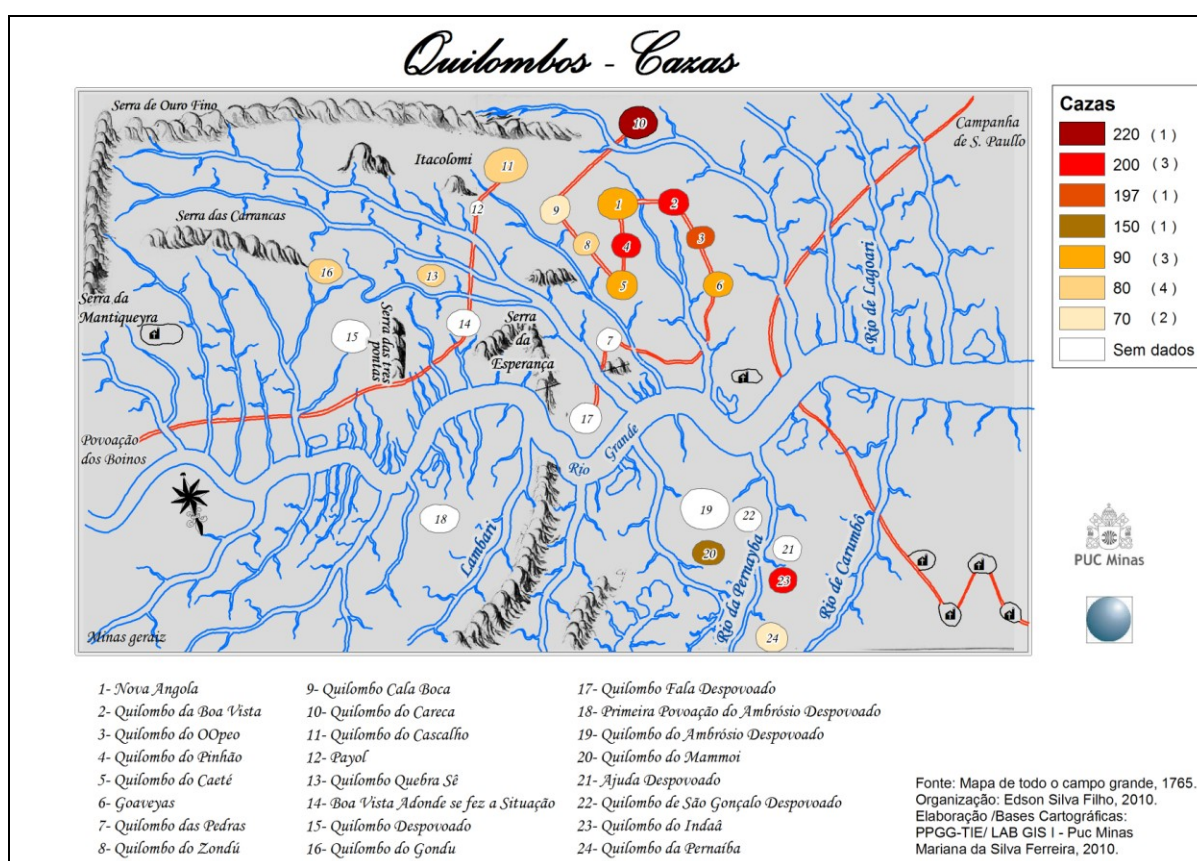
Acredita-se que quilombos destruídos pela expedição de Bartolomeu Bueno do Prado, cartografados no “Mapa de Todo o Campo Grande”, foram novamente reconstruídos na mesma região, mas em locais diferentes, conforme cartografia do “Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande do Mestre de Campos Ignácio Correia Pamplona”.

Pode-se inferir, com a expedição de Pamplona, que não ocorreu um grande repovoamento dos quilombos do Campo Grande, destruídos por Bartolomeu Bueno do Prado na expedição de 1759. Ao atacar alguns quilombos, Pamplona encontrou uma pequena população de negros, envolvidos em atividades de subsistência. O Quilombo do Ambrósio foi encontrado em ruínas, aliás como destaca Souza (1996, p.206).

Há duas hipóteses que procuram explicar o não repovoamento dos quilombos do Campo Grande. Em primeiro lugar, Bueno foi muito competente em sua missão de eliminar os quilombos e quilombolas. Provavelmente, esse bandeirante realizou um verdadeiro “genocídio” no sertão das Minas. Ressalta-se que, dos 24 quilombos destacados no “Mapa de Todo Campo Grande” (mapa 28), em 15 deles encontra-se registrado o número de casas encontradas que somadas totalizam um conjunto de 1637 (um mil seiscentos e trinta e sete) edificações. Levando-se em consideração que, em tese, não existiam preocupações contraceptivas, teoriza-se que as taxas de natalidade e mortalidade eram elevadas. Dessa forma, se considerarmos o número médio de habitantes por casa correspondente a 6 (seis) indivíduos, haveria uma

população de 9.822 (nove mil oitocentas e vinte duas) pessoas, subdivida em 15 dos 24 núcleos quilombolas. O que aconteceu com essa população, considerando que o registro de prisioneiros, conforme destaca Barbosa (1970), é pequeno? Tudo indica que foi exterminada.

Outro fator que explica a não intensificação dos quilombos após 1759 é que, devido ao esgotamento do ouro, somado ao imposto da capitação, muitos pequenos proprietários se viram obrigados a alforriar seus escravos, uma vez que alimentá-los tornou-se muito oneroso. Esses novos libertos provavelmente engrossavam as filas dos desocupados nas antigas vilas das comarcas, ou realizavam atividades ligadas ao meio urbano. O fato é que, uma vez alcançada a liberdade, não havia a necessidade da fuga nem do refúgio em quilombos, já que a liberdade era o bem maior buscado por essa população. (SOUZA, 1996).



Mapa 28: Todo Campo Grande: Quilombos - Casas

Fonte: Mapa Sob guarda do IEB-USP, citado por COSTA, 2004, p. 62 retrabalhado por Silva Filho a partir do mapa original

Até essa fase final da pesquisa, não foi ainda possível afirmar, devido à falta de elementos de mensuração, qual era a média populacional desse conjunto de quilombos. Para efeitos de cálculo aproximado, acredita-se que o estudo de Cunha Matos (1981), o qual aponta o número de 6 (seis) pessoas por residência nas vilas da Capitania de Minas em 1834 e que também é utilizado como referência para os estudos de Martins (1995), é o que mais se aproxima, em tese, da possível realidade populacional dessa “Comarca Quilombola”. Essa avaliação leva em consideração, também, a necessidade de mão-de-obra para as atividades agropastoris e de defesa. De acordo com as informações contidas nos balões informativos do documento histórico, dos 24 (vinte e quatro) quilombos cartografados na região, 15 (quinze) apresentavam indicação do número de residências. Quando somadas, chega-se a um total de 1637 (um mil seiscentas e trinta e sete) residências; quando multiplicadas por 6 (seis), chega-se ao total de 9822 (nove mil oitocentas e vinte e duas) pessoas.

Os números defendidos por Amantino (2001) que indicam 4 (quatro) pessoas por domicílio para os 15 núcleos quilombolas, nos parecem tímidos face às necessidades anteriormente listadas. Mesmo se considerássemos os números defendidos, por Amantino (2001), que indicam 4 (quatro) indivíduos por residência, quando multiplicados pelo número de casas (1637), chegamos a uma população composta por aproximadamente 6548 (seis mil quinhentos e quarenta e oito) pessoas, um quantitativo elevado, se aplicado somente a indivíduos oriundos do cativeiro. Assim, acredita-se que, nesses quilombos, também existisse a presença de indivíduos, homens e mulheres, que não se enquadravam na condição de escravizados fugitivos do cativeiro, como pretos e pardos forros, brancos empobrecidos e talvez a existência de indígenas que, juntando-se aos negros, buscavam apoio para a defesa de suas terras.

### **5.3 Divergência Bibliográfica e Cartográfica Histórica**

Confrontando as análises da documentação cartográfica histórica com a bibliografia consultada, percebe-se que as informações nem sempre são

convergentes.

O professor Waldemar de Almeida Barbosa (1972), em sua obra “Negros e Quilombos em Minas Gerais”, dedica todo o segundo capítulo desse livro, intitulado, “Os Escravos eram Submissos: as lendas, criadas pelos próprios negros, confirmam a asserção”, a criticar autores que abordaram as tentativas de revoltas dos escravizados das Minas Gerais do Século XVIII, como Artur Ramos e Xavier da Veiga. Barbosa defende, então, que as revoltas de escravizados ocorreram principalmente na Capitania da Bahia, entre a população negra islamizada, e não nas Minas Gerais. Ainda no capítulo destacado, Barbosa (1972) informa que a Vila de Paracatu, em 1745, possui 10.000 (dez mil) habitantes, dos quais 8.545 eram escravizados. Nesse mesmo ano, segundo dados apresentados pela Intendência, foram catalogadas somente 93 (noventa e três) fugas, ou seja, cerca de 1% da população escravizada.

O autor apóia-se no pequeno registro de fugas na Vila de Paracatu, no ano em tela, procurando, dessa forma, comprovar que a grande maioria dos escravizados não fugia, devido à grande submissão a seus senhores. Questiona-se, então, porque Barbosa não apresenta os dados de fugas de escravizados da Intendência da referida Vila nos anos anteriores e posteriores a 1743? Que fato aconteceu, nesse ano, que impediu ou dificultou as fugas? Trata-se de um período considerado o auge da mineração, que se inicia em 1733 e vai até 1745. (SOUZA, 1982).

Tomando-se por base a Tabela Média da População Negra existente em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais – 1735 a 1749, pode-se observar que são vários os fatores que estavam condicionados ao crescimento ou não da população escravizada, e que as fugas eram apenas mais um dos elementos pelos quais se pode analisar essa dinâmica populacional. Quadro 6.

| Anos | Vila Rica |        | Mariana  |        | Rio das Mortes |        |
|------|-----------|--------|----------|--------|----------------|--------|
|      | Escravos  | Forros | Escravos | Forros | Escravos       | Forros |
| 1735 | 20.863    | 316    | 26.892   | 176    | 14.400         | 144    |
| 1738 | 20.985    | 215    | 26.482   | 190    | 15.314         | 138    |
| 1741 | 21.311    | 177    | 25.949   | 237    | 14.315         | 119    |
| 1744 | 20.945    | 245    | 24.108   | 253    | 14.807         | 113    |
| 1746 | 19.758    | 230    | 22.778   | 234    | 13.781         | 114    |
| 1747 | 18.217    | 214    | 21.708   | 247    | 13.568         | 122    |
| 1749 | 18.516    | 185    | 20.276   | 237    | 13.713         | 104    |

Quadro 6: Média da População Negra existente em Comarcas e Vilas da Capitania de Minas Gerais - 1735 a 1749

Fonte: CAMPOLINA, et al., 1998, p. 31

A análise da tabela acima nos permite algumas conclusões importantes, principalmente para o período em tela. Tomando-se por base a Comarca de Vila Rica, pode-se observar que a variação do número total de escravos não é constante e nem atende ao mesmo padrão. Observa-se um gradual aumento do número de escravos nos anos de 1738 e 1741; um decréscimo entre os anos de 1744 a 1747; e finalmente um pequeno aumento no ano de 1749. O número de alforrias também não obedece a uma lógica, aumentando e diminuindo ao longo do período. A análise da Vila de Mariana apresenta uma dinâmica diferente, uma vez que ocorre um gradual decréscimo do número de escravos nos anos de 1735 a 1749. Observação relevante se refere ao número de forros que, a partir do ano de 1741, foi igual ou superior a 234 (duzentas e trinta e quatro) alforrias/ano. A análise da população escravizada da Comarca do Rio das Mortes se aproxima da já citada Comarca de Vila Rica, uma vez que o número de escravos aumenta e diminui ao longo dos anos. Quanto ao número de alforrias dessa comarca, observa-se que nunca foi superior a 144 (cento e quarenta e quatro) por ano, durante o período em análise.

Percebe-se, nesse período, que o tráfico negreiro ainda era intenso. Entretanto, é preciso considerar a possibilidade de terem sido elevadas as taxas de mortalidade entre os escravizados envolvidos na mineração do ouro e diamantes, sobretudo devido à grande insalubridade, aos perigos e ao desgaste físico ligado a

essa atividade, aos maus-tratos e a uma alimentação racionada e de qualidade duvidosa. Todos esses fatores somados possivelmente tenham contribuído para uma baixa expectativa de vida do escravizado. (BOXER, 2000). É relevante ainda citar que os escravizados do garimpo não tinham acesso às mulheres; conseqüentemente, as taxas de natalidade eram baixíssimas entre esses cativos do garimpo. Assim, o aumento e a renovação dos plantéis, nesse período, estavam intimamente ligados à aquisição de novos africanos.

Diante do exposto, verifica-se que a variação da população escravizada ocorria por dinâmicas diferentes em cada uma das Comarcas, podendo apresentar semelhanças ou diferenças de acordo com o período em análise. Assim, pode-se inferir que, mesmo ocorrendo fugas, mortes e alforrias, a população escravizada até mesmo aumentava, como é o caso da Comarca de Vila Rica, pois no ano de 1738 apresentava uma população cativa de 20.985 (vinte mil novecentos e oitenta e cinco) e, já em 1741, essa população somava 21.311, (vinte um mil trezentos e onze) indivíduos, perfazendo um acréscimo de 326 (trezentas e vinte seis) pessoas. Diante dos fatos, não é possível concordar com a análise de Barbosa (1970), que considera a população negra submissa, levando em conta apenas os dados de um único ano e não de um período, além de não observar outros fatores que condicionavam as fugas e toda a dinâmica que envolvia o sistema escravista mineiro. Diante das análises ora apresentadas, não se sustenta a afirmativa de que “os escravos eram submissos”, defendida por Barbosa (1970). Levando-se em consideração toda a estratégia das autoridades no enfrentamento às fugas e organização de quilombos e todo o extenso período em que os quilombos foram citados na documentação histórica, haja vista que somente o “Mapa de Todo o Campo Grande” apresenta uma cartografia de quilombos destruídos nas décadas de 1740 até a expedição de 1759, foram aproximadamente 20 anos de luta sem que o Estado conseguisse de fato o domínio e o controle dessa região.

Barbosa (1972) afirma que o que de fato aconteceu nas Minas Gerais foi o surgimento de um elevado número de quilombos, principalmente após a década de 1740, porém com uma população insignificante. Comparando a conclusão desse autor com as informações que podem ser extraídas da fonte cartográfica em análise, pode-se afirmar que a população dos quilombos não era insignificante, pois somente os quilombos do Campo Grande apresentavam uma população estimada de 9.000

(nove mil) indivíduos, podendo ser comparada à população total da Vila de Paracatu no século XVIII.

A historiadora Laura Melo de Souza (1996), a exemplo de Barbosa (1972), trouxe grande contribuição ao estudo e entendimento da História de Minas Gerais. No entanto, ao se confrontar a análise do “Mapa da Conquista do Mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correia Pamplona” com o artigo da referida autora, publicado em 1996, percebe-se um desencontro de informações.

Em seu texto, Souza procura descrever o cotidiano da expedição comandada por Pamplona e, ao referir-se aos quilombos, cita a destruição de apenas um deles, chamado São Gonçalo. Porém, a análise do mapa permite a identificação de 7 (sete) quilombos destruídos pelo Mestre de Campo.

Destacam-se ainda, nessa pesquisa, as importantes contribuições realizadas por Martins em seu trabalho publicado em 1995, no qual elabora uma análise detalhada do “Mapa de Todo o Campo Grande”, sugerindo a hipótese da existência de verdadeiras Comarcas Quilombolas localizadas em ambas as margens do Rio Grande. Apresenta ainda o resultado de 10 (dez) anos de pesquisas sobre o assunto, realizadas no APM (Arquivo Público Mineiro) e em diferentes localidades do Estado de Minas Gerais.

É significativa a discussão apresentada por Amantino (2001), que afirma que o Quilombo do Ambrósio ou do Campo Grande foi, na realidade, uma confederação de quilombos de portes distintos, nem sempre formados apenas por negros fugitivos, divididos em 2 (dois) grandes grupos localizados em ambas as margens do Rio Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou destacar a organização dos negros das Minas Gerais dos setecentos em quilombos, levando em consideração fatores histórico-geográficos e culturais que condicionaram a ocupação do espaço e os interesses econômicos e políticos na Capitania das Minas Gerais no século XVIII. Dois documentos cartográficos históricos - “Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande” e o “Mapa da Conquista do Mestre de Campo” - foram de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois após retrabalhados, possibilitaram a elaboração de hipóteses sobre a organização, vida e luta dos negros das Minas Gerais, sobretudo daqueles que viveram e morreram nos quilombos do Campo Grande. As conclusões relativas a esse trabalho estão divididas em três grandes tópicos:

### **- Dos Negros e da Formação de Quilombos**

No que se refere aos negros forçadamente trazidos para o trabalho cativo no Brasil, conclui-se que pertenciam a dois grandes grupos culturais. O primeiro deles refere-se aos sudaneses, que ocupavam a região geográfica que hoje possivelmente corresponderia aos territórios da Guiné, Mali, Burkina, Níger, Nigéria, Chade, Sudão e Golfo da Guiné, com destaque para a Nigéria e o Togo (antigo Daomé). Essa região destacou-se pela presença dos lorubás, povo com organização social de base urbana, que vivia em cidades-estados ou em pequenos reinos, mantinha rotas comerciais e tinha como prática religiosa a adoração dos vários elementos da natureza representados em um grande panteão de divindades conhecidas como orixás. Essa tradição religiosa, juntamente com as pessoas, foi introduzida no Brasil. O Candomblé constitui-se numa das mais significativas contribuições da cultura afro-brasileira que tem origem nessa porção da África ocidental. É também nessa ampla região sudanesa que tiveram origem os negros muçulmanos escravizados e trazidos para o Brasil, conhecidos genericamente na Bahia por Malês.

O grupo dos Bantos ou Bantus ocupava a região geográfica da África equatorial e tropical, região do Golfo da Guiné, Congo e Angola, planaltos da África oriental e costa sul-oriental, abrangendo uma vastíssima região, que hoje corresponderia aproximadamente aos territórios do Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Zâmbia, Tanzânia, Quênia, Uganda e Etiópia. A estrutura política dos Bantus era marcada pela centralização do poder. Um exemplo significativo é o antigo reino do Congo, que no século XVI tinha por capital a cidade de “Mbanza Congo, hoje situada na atual Angola, perto do Rio Congo.” (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 58). A estrutura administrativa era composta por aldeias, distritos e províncias. Os governadores das províncias eram nomeados pelo rei e podiam ser transferidos ou substituídos de acordo com a vontade do governante.

A prática do escravismo no Brasil colonial foi marcada por graus diferenciados de violências simbólica e física, por meio das quais o ser humano era reduzido à condição de mercadoria ou ferramenta, que poderia ser comprada, vendida, alugada, herdada ou presenteada a alguém. Nesse tipo de relação, um ser, uma pessoa tornava-se propriedade de outro, sem proteção ou direito legal. Esse tipo de relação comercial era desprovido de noções de direitos humanos, uma vez que a legislação procurava garantir a submissão do escravizado e o lucro ao seu senhor.

No Brasil, o resgate da dignidade humana ocorreu na luta e resistência à escravidão. As manifestações de resistência da população negra a esse regime foram muito diversas: múltiplas formas de guerrilhas e banditismo que se espalharam geograficamente pelo país, insurreições urbanas, fugas e formação de quilombos.

As fugas e a organização em quilombos foram dois comportamentos significativos da luta do escravo contra o regime. Existiram em todo o período escravista e em praticamente toda extensão da Capitania. Sua existência manifestava-se nacionalmente como afirmação de luta contra o escravismo e a brutal forma de tratamento dispensada à grande maioria dessa população.

Nessa pesquisa, trabalhou-se com um conceito ampliado de quilombo, entendendo-se tratar de local geralmente distante do núcleo urbano, onde se reuniam os negros fugidos das fazendas, das minas, da casa dos senhores, com o objetivo de escaparem do sistema escravista que os oprimia. Para o quilombo se dirigiam negros livres, forros, mestiços e até mesmo brancos empobrecidos, que por

motivos variados refugiavam-se nesses núcleos.

Acredita-se que a formação de quilombos ocorria devido a uma série de fatores que derivam principalmente da luta do negro contra sua condição de escravizado, devendo ser entendida no todo, considerando tanto os aspectos da sobrevivência física quanto aqueles relativos ao exercício da dignidade humana, ligada diretamente ao direito de liberdade e expressão.

A organização dos grandes quilombos era muito variada e dependia da conjugação de uma série de fatores: localização do sítio, fertilidade do solo, disponibilidade de recursos naturais, população, etc. Mas, definitivamente, não era um simples aglomerado em que as pessoas não tivessem papéis específicos a desempenhar. Existia um poder centralizado, sendo o “binômio economia – defesa” o eixo de preocupações mais importantes dos dirigentes do quilombo.

Acredita-se que o quilombo do Ambrósio tenha sido um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário, onde todos trabalhavam para a manutenção, sustento e defesa da comunidade. Não foi identificado relato de trocas monetárias dentro da estrutura do quilombo e o negro Ambrósio é descrito pela literatura como um exemplo de pessoa com grande capacidade de liderança e decisão.

Além de desenvolver internamente uma série de atividades que garantiam a alimentação de sua população, é importante também destacar o intenso intercâmbio entre os habitantes dos quilombos com escravizados das senzalas e demais sujeitos oprimidos que formavam a sociedade mineradora escravista dos Setecentos. Os quilombolas realizavam um intenso escambo com os pequenos proprietários locais, mascates e outros grupos das regiões onde atuavam, no intuito de conseguirem os materiais de que necessitavam, especialmente de armas e pólvora.

Destaca-se ainda a provável formação populacional dos quilombos das Minas Gerais, que não teriam sido formados unicamente por escravizados de origem africana ou brasileira, mas também por homens e mulheres forros, livres.

Ao estudar a organização dos negros das Minas Gerais do século XVIII, em quilombos que ocuparam extensas áreas da antiga Capitania das Minas Gerais, Goiás e São Paulo, é necessário distingui-los dos quilombos das regiões produtoras de açúcar do Nordeste, pois, nas Minas Gerais, o processo de alforrias foi muito amplo e variava pela forma, indo de prêmio pelos bons serviços prestados até a

motivação pelo trabalho. Quando um cativo encontrava um diamante de grande valor, recebia, geralmente, como prêmio, a sua liberdade, fato que motivava e incentivava os demais. Restavam ainda aos escravizados comprar sua liberdade ou fugir.

O real conhecimento sobre as especificidades que envolveram a vida, organização social, produção, resistência, arte e cultura da população quilombola das Minas Gerais e especificamente sobre os quilombos do Campo Grande, ainda carecem de um estudo mais aprofundado. Apesar de novas pesquisas e publicações estarem sendo feitas sobre o tema, ainda temos, na totalidade, uma baixa produção acadêmica e um conhecimento localizado e pouco divulgado sobre os modos de vida e a organização dessa população.

#### **- Da Análise da Documentação Cartográfica Histórica**

O Mapa de todo o Campo Grande trata da localização dos quilombos destruídos por expedições militares iniciadas na década de 1740. Estas tinham por objetivo destruir o Quilombo do Campo Grande e demais quilombos que se localizavam em uma vasta área, até então despovoada, limitada pela Bacia do Rio Grande, no atual Triângulo Mineiro, percorrendo também regiões do Sudoeste, Sul e Centro-Oeste mineiros, abrangendo principalmente a bacia do Rio São Francisco. A área em questão tem como referência as atuais cidades de Ibiá, São Gotardo, Formiga, Cristais, Bambuí e Piumhi, todas situadas em Minas Gerais.

O documento traz a localização de 24 (vinte e quatro) núcleos de quilombos localizados e/ou destruídos na expedição realizada em 1759, comandada pelo Bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado. No mapa são feitas referências quanto ao número de casas existentes em cada um desses núcleos, fato que nos permitiu inferir o número aproximado de população existente em cada um dos quilombos. Uma nota explicativa anexa ao documento traz informações sobre a procura de ouro, das dificuldades enfrentadas pela expedição e de ataque a um dos quilombos. Apresenta ainda uma detalhada cartografia das estradas utilizadas para se cumprir a missão de destruir quilombos e realizar pesquisas minerais.

A citação do nome do Capitão Francisco França como pessoa responsável pela entrega do mapa nos leva a acreditar que ele tenha sido, muito provavelmente,

o responsável pela elaboração do mapa de “Todo o Campo Grande”, confeccionado tendo por base uma rede de drenagem dendrítica arborescente.

O Mapa da Conquista do Mestre de Campo contém mais informações do que o analisado anteriormente. Além dos quilombos, traz a localização de capelas, igrejas matrizes, arraiais, fazendas, estradas, aldeias indígenas, de destacamentos militares, de elementos do relevo, da hidrografia e da vegetação. O documento compreende toda a margem direita da área cartografada no Mapa de Todo o Campo Grande. O mapa é resultado da expedição chefiada por Ignacio Correya Pamplona. Esse encargo lhe foi atribuído pelo governador da Capitania, José Luiz de Menezes Castelo Branco, o Conde de Valadares, que se empenhava em aumentar os rendimentos auríferos da Coroa por meio de novas descobertas e em ampliar o povoamento para o sertão.

A localização do Quilombo do Ambrósio (ou Campo Grande) é assinalada no lugar chamado “Sertão da Farinha Podre”, situado entre as Capitânicas de Minas Gerais e Goiás (BARBOSA, 1972). Entretanto, a partir da análise do “Mapa de Todo o Campo Grande” e de “O mapa da Conquista do Mestre de Campos Ignacio Correya Pamplona”, procurou-se definir melhor a localização correspondente às áreas e aos núcleos quilombolas destacados nos mapas, contrastando-a com as referências geográficas atuais.

### **Reflexões sobre a Importância da Geografia no Tratamento da Informação Cartografia Histórica e a sua Contribuição para o Estudo dos Quilombos Mineiros dos Setecentos**

A criação de um banco de dados e de “layers” do “Mapa da Conquista de Todo o Campo Grande” e do “Mapa da Conquista do Mestre de Campo” possibilitou a análise de uma série de informações histórico-geográficas contidas nos dois documentos. A representação temática permitiu a realização de análises de cunho individual, nas quais cada um dos mapas referiu-se a um tema específico, podendo também ser analisados em seu conjunto através do mapa exaustivo.

Para a análise das diferentes informações relativas aos quilombos contidas no “Mapa da Conquista do Mestre Campo”, foi elaborada uma coleção de mapas, tendo por objetivo possibilitar uma visão global sobre os diferentes tipos de informação

referentes aos quilombos.

O tratamento da documentação cartográfica histórica em ambiente digital possibilitou a análise e a decodificação dos mapas originais, gerando novos mapas e coleções de croquis interpretativos que possibilitam a realização de análises mais acuradas. Criou-se um banco de dados com informações importantes sobre a organização dos negros das Minas Gerais em quilombos no período setecentista, fato, até o momento, pouco explorado pelas pesquisas científicas e agora disponível para estudiosos e pessoas interessadas pelo assunto, o que poderá contribuir para a elaboração de novas hipóteses.

O processo de Georreferenciamento dos documentos históricos constituiu-se em fator desafiador para a realização do trabalho, tendo em vista que tal procedimento deve seguir a normalização construída por MARQUES, citada por Castro (2006, p.6), que afirma o seguinte:

a conversão de valores de longitude é, de acordo com as normas internacionais de descrição bibliográfica de material cartográfico (ISBD-CM), obrigatória. Esta obrigatoriedade justifica-se na medida em que os valores de longitude só podem constituir um ponto de acesso para pesquisa se possuírem um plano de referência comum.

As dificuldades de aplicação do processo de georreferenciamento aos dois documentos históricos utilizados como fonte primária de informação e pesquisa diz respeito ao fato de ambos não terem sido elaborados a partir de uma rede de paralelos e meridianos, seja da época (Ferro) ou atuais (Greenwich).

A metodologia de análise de mapas históricos desenvolvida por Castro e utilizada no trabalho não pôde ser aplicada em sua totalidade, tendo em vista a impossibilidade de se realizar o processo de georreferenciamento dos mapas, conforme descrito anteriormente. No entanto, a aplicação dos recursos da Cartografia Digital e da multimídia possibilitou a criação de uma coleção de mapas digitais, com representações ora elementares, ora exaustivas, que permitiram diferentes análises de cunho geográfico e histórico seguidas de informações históricas referentes ao conjunto de quilombos aos quais se referem as fontes históricas.

Ao realizar o estudo sobre a Cartografia, História, Cultura, resistência e outros elementos ligados ao modo de existir e produzir no espaço geográfico dos

habitantes dos quilombos do Campo Grande, esse trabalho procurou refletir sobre os condicionantes da Geografia física, sócio-econômicos, políticos, o imaginário coletivo, os mecanismos de repressão à formação de quilombos e a luta contra o sistema escravista que envolveu o Brasil setecentista e especificamente a Capitania de Minas Gerais.

Para realização da pesquisa, além do estudo bibliográfico, cartográfico, dos recursos da Cartografia digital e multimídia, foram de fundamental importância as reflexões sobre a Geografia Histórica e Cultural no entendimento do espaço como paisagem cultural. A pesquisa foi o resultado da aplicação dos recursos da Geografia produzida na transição do século XX para o XXI, que traz consigo ferramentas muito poderosas de análise espacial, baseadas em Sistemas de Informação Geográficas.

Ao realizar o estudo sobre a cartografia dos quilombos do Campo Grande, esse trabalho procurou oferecer elementos para que novas pesquisas possam ser realizadas sobre o assunto. Devido aos limites propostos para o desenvolvimento dessa pesquisa, não foi possível a realização de trabalho de campo, que possibilitaria o desenvolvimento de um inventário inicial sobre esses sítios culturais, ou seja, sua inexistência, preservação, localização real e outros aspectos ligados à herança cultural, Geografia e História dessa população.

Como em grande parte do Estado de Minas Gerais ainda existem remanescentes de antigos quilombos, seria recomendável uma ampla pesquisa de campo na região do antigo Campo Grande, no sentido de identificar os possíveis remanescentes dessa população, de forma a desenvolver mecanismos para a preservação de sua cultura que em grande parte é de base oral

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou a realização de análises, inferências, hipóteses, possibilidades e outros aspectos que envolvem um trabalho científico, mas também permitiu a reflexão sobre o processo de constituição do saber geográfico, marcado pela dinâmica transformação do espaço geográfico em sua dimensão social, cultural, natural e histórica. Como pode ser identificado na pesquisa, a transformação do espaço está também inserida na dinâmica dos interesses políticos, econômicos que movem o Estado e as elites da época.

A utilização da multimídia e da cartografia digital utilizada na reconstrução dos mapas históricos a partir dos originais, possibilitou a análise complexa do espaço o

que significou a possibilidade do cruzamento de uma série de informações que vão muito além da simples localização dos fenômenos no mapa.

O trabalho reafirmou a importância da Geografia na compreensão e evolução dos espaços regionais, num diálogo entre o passado e o presente, marcado pelo estudo das fontes históricas e pela reconstrução dos documentos históricos pelas ferramentas dos SIG, possibilitando a reflexão e o questionamento de como a análise histórica vinha tratando os quilombos do Campo Grande, até então. A Ciência Geográfica foi de fundamental importância na realização desse trabalho, uma vez que contribuiu para o entendimento da realidade e do processo de transformação que envolveu os quilombos mineiros da região do Campo Grande. Apresentou o papel importante da Geografia no entendimento do mundo, seu processo de transformação que a torna uma ciência inquieta, no sentido de repensar e explicar a realidade e no caso desse trabalho, o passado.

## REFERÊNCIAS

AMANTINO, Marcia Sueli. **O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais. século XVIII.** Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. 426 f. Disponível em: <<http://www.homemdocerrado.com/PDF/mundodasferas.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2007.

AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY LIBRARY DIGITAL MAP COLLECTION, 27 May 2009. Disponível em: < <http://www4.uwm.edu/libraries/digilib/maps/index.cfm>> Acesso em: 02 maio 2011.

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e suas conseqüências para o ensino da Geografia. **Revista Geografia e Ensino.** Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 5-18, mar. 1982. p. 6

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL: Textos e Estampas relativos à situação do Negro no Brasil - Encontrando Quilombos Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. v. 8.

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL: Textos e Estampas relativos à situação do Negro no Brasil - Encontrando Quilombos Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. v. 108.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Gente Intratável: os motins do Pitangui. In: ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII.** Belo Horizonte: C/Arte, 1998. 151p. (Horizontes históricos )

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII.** Belo Horizonte: C/Arte, 1995. 168p. p. 89-90. (Horizontes históricos )

ANJOS, Rafael Sanzio dos. **Territórios das comunidades quilombolas no Brasil: Segunda Configuração Espacial.** Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 239p.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 239p.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Casa dos Contos - 20135. S.J. Del Rei. Datas: 17/10/1959 – 17/10/1758. Caixa: 80. Carta de José Antônio de Almeida sobre a expedição aos quilombos realizada pela companhia comandada pelo Capitão Bartolomeu Bueno do Prado. 514 bobinas.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Casa dos Contos - 20135. S.J. Del Rei. Datas: 17/10/1959 – 17/10/1758. Caixa: 80. Carta de José Antônio de Almeida sobre a expedição aos quilombos realizada pela companhia comandada pelo Capitão Bartolomeu Bueno do Prado. 514 bobinas.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Casa dos Contos - Cx. 30553. Vila Rica. 18/01/1781. Ordem do Governador D. Rodrigo José de Menezes para os comandantes, oficiais de auxiliares e ordenanças, dos distritos de Pium-i, Bambui, Campo Grande, Picada de Goiás e outras sobre a nomeação de Inácio Correia Pamplona como Mestre de Campo.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Casa dos Contos - Cx. 30553. Vila Rica. 18/01/1781. Ordem do Governador D. Rodrigo José de Menezes para os comandantes, oficiais de auxiliares e ordenanças, dos distritos de Pium-i, Bambui, Campo Grande, Picada de Goiás e outras sobre a nomeação de Inácio Correia Pamplona como Mestre de Campo.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Casa dos Contos - Cx. 43 - 30219. Rio de Janeiro. Datas-limite: 24/10/1748 - 24/10/1748. Carta de Gomes Freire Andrada sobre a ordem de invasão e destruição dos quilombos. 514 bobinas.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - Sessão Colonial - 199. Registro de Cartas do Governador Concernente à Repressão de quilombos. Data limite, 1773-1773. Microfilme: 42 bobinas- 42-Gav.G3.

BARBOSA, Waldemar Almeida de. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. SATERB, 1970. 549p.

BARBOSA, Waldemar Almeida de. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v.1-2-3.

BARBOSA, Waldemar Almeida de. **Negros e quilombos em Minas Gerais**. BH:[s.n], 1972, 183p, p. 31.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferenças e**

desigualdades na formação da sociedade brasileira. Pretrópolis, RJ: Vozes, 2009. p 54-65

BIBLIOTECA NACIONAL - Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica dos séculos XVI a XVIII. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/cartografia/projeto.html> > Acesso em 10 maio 2011.

BOSCHI, Caio César. **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 3v. (Mineiriana. Obras de referência)

BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Trad. de Lair de Lacerda; prefácio à primeira edição de Carlos Rizzini 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 405p, p. 27-28.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Varginha CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Mapa Geológico Folha Varginha SF.23-V-D-VI ESCALA 1:100.000 - UFRJ/CPRM - 2008. Disponível em: < <http://www.cprm.gov.br/publique/media/varginha.pdf> > Acesso em:

CAMPOLINA, Alda Maria Palhares et al. **Escravidão em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura - APM/Copasa MG, 1998.

CARNEIRO, Édison. **Ladinos e crioulos: (estudos sobre o negro no Brasil)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 240p. (Retratos do Brasil; 28 )

CARTA geographica da Capitania de Minas Gerais. [s.l.]: [S.n.], 1804. 1 carta

CASTRO, José Flávio Moraes. et al. visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA E V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 6, 5, 10 a 14 de out. 2006, Belo Horizonte.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARTOGRAFIA HISTÓRICA. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, 10-3 nov. 2009, nov. **Anais...** Ouro Preto, 2009. Disponível em: < <http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/intro2.htm> > Acesso em: 14 maio 2011.

CHAIB, Lúcia; RODRIGUES, Elizabeth. **Ogum, o rei de muitas faces e outras histórias dos orixás**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. p.8

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 224p

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Cartografia da Conquista do Território das Minas**. Belo Horizonte: editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. 244p

COSTA, Antônio Gilberto et al. **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 1 atlas em porta-fólio, p. 180-181.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831**. São Paulo: Melhoramentos, 1971 107p.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831**. São Paulo: Melhoramentos, 1971 107p.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/>> Acesso em: 14 maio 2011.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. Mapoteca: arquivo biblioteca cartografia temática. 2010.  
Disponível em: < <http://web.lettras.up.pt/mapoteca> > Acesso em: 14 maio 2011.

FARIA, Maria Dulce de. **O Atlas factício de Barbosa Machado**. . In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, 2009, nov. **Anais...** Ouro Preto, 2009.

FERREIRA, Luís Gomes. **Erario mineral**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. 2v. (822 p.) (Mineiriana. Clássicos)

GIORDANI, Mário Curtis. **A História da África anterior aos descobrimentos**. Rio de Janeiro. Vozes, 1985.183p.

GROSSI, Ramon Fernandes. Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (primeira metade do século XVIII). LPH – Revista de História - ICHS/UFOP (8): p. 11-26, 1998. Disponível em: <

<http://www.asminasgerais.com.br/qf/univlrcidades/Cidades/Raposos/area.htm>  
Acesso em: 1 jun. 2011.

GUARDA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB), Universidade de São Paulo (USP) (COL. JFAP, 23, fl.19).

GUIMARÃES, Carlos Magno; DANNA, Ana Letícia Duarte. Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. **Pesquisas; estudos de Arqueologia e Pré-História brasileira**. São Leopoldo, 1980. n. 32

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação da ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais nos séculos XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População jovem no Brasil. 1999. Disponível em: <  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/populacao\\_jovem.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/populacao_jovem.pdf)> Acesso em: 14 jun 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População jovem no Brasil. 2007. Disponível em: <  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/populacao\\_jovem.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/populacao_jovem.pdf)> Acesso em: 14 jun 2011.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985 139p. (Coleção Reconquista do Brasil; 88)

MARTINS, Tarcisio José. **Quilombo do Campo Grande**: a história de Minas Gerais roubada do povo. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1995. 318p.

MARTINS. Francisco José Corrêa. **Compilar para conhecer**: alguns mapas do território Colonial brasileiro da mapoteca do arquivo histórico do Exército. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3, 10-3 nov. 2009, nov. **Anais...** Ouro Preto, 2009.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1981

MELTZER, Milton. **História ilustrada da escravidão**. Trad. de Mauro Silva. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981a. 100p (Tudo é História)

MOURA, Clovis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios).

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 3 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981b.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil hoje**: histórias, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004, p. 19 (Coleção Viver, Aprender).

NOGUEIRA, Miguel. Cartografia histórica: as coleções de cartografia histórica em formato digital disponível na Mapoteca. 2010. Disponível em: <[http://web.lettras.up.pt/mapoteca/portugues/ARQUIVO/arquivo\\_-\\_cartografia\\_historica](http://web.lettras.up.pt/mapoteca/portugues/ARQUIVO/arquivo_-_cartografia_historica)> Acesso em: 14 maio 2011.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão Africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. 2 ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006, 188p

PALHARES, Ricardo Henrique. **AutoCAD Map 2002**: introdução, noções e conceitos básicos: Belo Horizonte: Dept de Geografia / Laboratório de Cartografia - PUC Minas.

PLANTA GERAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAES. Ca. 1800; 47,0 x 39,4 cm, litografia (Schlicht, Mannheim); BN (CEH 3162)

PLANTA GERAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAES. Ca. 1800; 47,0 x 39,4 cm, litografia. (Schlicht, Mannheim); BN (CEH 3162) Edson, o autor aqui é o Schlicht?

REIS, João José GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RENGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. Do Descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da capitania de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2005, **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2005.

REZENDE, Rodrigo Castro. As “Nossas Africas”: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte, UFMG, FAFICH, 2006, 178p. p. 40

ROCHA, José Joaquim da. **Mapa da comarca do Rio das Mortes**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1778. 1 mapa: color.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**: período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 319 p.

RUMSEY, D. ; WILLIAMS, M. **Historical Maps in GIS**: Past Time, Past Place: Gis for History. California: A.N Knowler Redlens, 2002, p. 1-17

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975 158p. (Reconquista do Brasil v. 8)

SALGADO, Graça (Cood). **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil Colonial, RJ: editora Nova Fronteira, 1985. 452p.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 224p.

SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 1072p, p. 415-416

SILVA, Alberto da Costa e. Comprando e vendendo Alcorões no Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18 , n.50 , p. 285-294, jan./abr.2004.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. UFRJ, 2003

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. UFRJ, 2003

SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2, 2007, 25 e 26 de out. Disponível em: <<http://www.igeo.pt/servicos/CDI/Parado/simposio/IISimposioLBCH.htm>

> Acesso em: 14 maio 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no RJ, século XVIII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85p.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 237p.

SOUZA, Laura de Mello e. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85p. (Tudo é história 28)

SOUZA, Laura de Mello e. *Violência e Práticas Culturais no Cotidiano de uma Expedição Contra Quilombolas em Minas Gerais, 1769*. In: REIS, João José GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Trad. de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Digital: Cartografia Histórica. Disponível em: < <http://www.cartografiahistorica.usp.br/>> Acesso em: 14 maio 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. In: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3, 26 a 30 abr. 2010.

UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, Territórios: documentos, imagens e representações, 4, 9-12 nov. 2011. Disponível em: < <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/default.aspx>> Acesso em: 1 jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. História natural e jardim botânico da UFMG. Centro de referência em cartografia histórica. Disponível em: < <http://www.ufmg.br/mhnpj/centroreferencia.html>> Acesso em: 14 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE CARTOGRAFIA 23, 1 Congresso Brasileiro de Geoprocessamento. 21 out. 2007 à 24 out. 2007. Cartografia como instrumento de preservação da integridade nacional. Disponível em: < <http://b200.nce.ufrj.br/sbc/base.htm> > Acesso em: 14 maio 2011.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974 p. 196

VOLPATO, Luiza. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888**. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, 251p.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em áreas de fronteiras. In: REIS, João José GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

WAGNER, Philip L; MIKESELL, Marvin W. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 224p

WAGNER, Philip L; MIKESELL, Marvin W. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 224p